

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS
Programa de pós-graduação em História Social - PPGHIS

Dissertação de Mestrado

O Caso servo do Discurso

A “Escola de Tácito” e a historiografia de D. Francisco Manuel de Melo na
Europa do XVII.



Bruno Martins Boto Leite

Orientador: Prof. Dr. Carlos Ziller Camenietzki

Rio de Janeiro – 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS
Programa de pós-graduação em História Social - PPGHIS

Dissertação de Mestrado

O Caso servo do Discurso

A “Escola de Tácito” e a historiografia de D. Francisco Manuel de Melo na
Europa do XVII.

Dissertação apresentada ao programa de
Pós-Graduação em História Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro –
UFRJ – como parte dos requisitos
necessários à obtenção do grau de Mestre
em História.

ORIENTADOR:
Prof. Dr. Carlos Ziller Camenietzki

Rio de Janeiro
Abril de 2007

O *Caso* servo do *Discurso*: A “Escola de Tácito” e a historiografia de D.
Francisco Manuel de Melo na Europa do XVII.

Bruno Martins Boto Leite

Orientador: Prof. Dr. Carlos Ziller Camenietzki

Dissertação de Mestrado submetida ao programa de pós-graduação em
História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como
parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada por:

Presidente, Prof.

Prof.

Prof.

Prof.

Prof.

Rio de Janeiro
Abril de 2007

LEITE, Bruno Martins Boto

O *Caso* servo do *Discurso*: A “Escola de Tácito” e a historiografia de D. Francisco Manuel de Melo na Europa do XVII. / Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

Orientador: Carlos Ziller Camenietzki

Dissertação Mestrado (pós-graduação em História Social) – IFCS – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

Referências bibliográficas: f. 159.

1. Política – História – Portugal – século XVII. 2. Historiografia – Tacitismo português. 3. D. Francisco Manuel de Melo.

*Exsequi sententias haud institui, nisi insignes per honestum aut notabili
dedecore: quod praecipuum munus annalium reor, ne virtutes sileantur,
utque pravis dictis factisque ex posteritate et infamia metus sit.*

*Mon dessein n'est pas de rapporter tous les avis des sénateurs; je me
borne à ceux qui offrent un caractère remarquable d'honneur ou
d'opprobre, persuadé que le principal objet de l'histoire est de préserver
les vertus de l'oubli, et de contenir, par crainte de l'infamie et de la
posterité, les discours et les actions vicieuses.*

TACITE. *Annales*. Paris: J.J. Dubochet et Compagnie, 1844.

Agradecimentos

Oferto os meus estimados agradecimentos a todos aqueles que estiveram presentes na confecção deste trabalho:

Ao meu orientador Carlos Ziller Camenietzki, pela oportunidade de compartilhar um espírito carregado de vivacidade intelectual, pelos exemplos de paciência e perseverança, pela amizade e pelas incisivas conversas que ajudaram a reformular todos os pensamentos estagnados.

Ao amigo Luís Miguel Carolino, pelo exemplo de rigor que ajudou a dar novo alento à vontade de prosseguir.

A minha mãe, pela ajuda incondicional, pelos sentimentos de afeto e pelos exemplos de virtude que sempre vêm à tona nos momentos os mais difíceis.

Ao meu irmão, pelo carinho e gentileza característicos de sua personalidade e pela amizade confortante.

A todos os meus familiares que estiveram presentes na minha existência e na minha formação.

A minha namorada Laura Nielsen Reis Soares, por suportar minhas alterações de humor e, ainda assim prosseguir cúmplice até o fim.

Ao amigo Carlos Scherer, pelas prazerosas tertúlias.

Aos amigos, pela presença e estímulo que ajudam a perseverar, e aos inimigos, pelos exemplos a não serem seguidos.

Sou grato a todos que participaram desta peregrinação.

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar o projeto político para o Estado português seiscentista formulado por D. Francisco Manuel de Melo, tendo por fonte seus escritos históricos. O estudo foca a observação das matrizes utilizadas por este sábio português visando elencar suas influencias e os seus diálogos de modo a compreender a inserção deste personagem no contexto cultural da Europa Moderna. Portanto, além deste personagem, analisaremos personalidades importantes citadas por este autor em uma de suas obras de relevo, estas são: Justo Lipsio, D. Francisco de Quevedo y Villegas e Trajano Boccalini. O estudo leva em conta as implicações políticas dos pensamentos destes personagens observando a importância adquirida pelo relato histórico entre esses pensadores. Esta ênfase na historiografia nos permite salientar a relação existente entre a confecção de toda historiografia e a confecção de determinados projetos de poder.

Abstract

The aim of this work is to analyze the political propositions for a Portuguese State in the seventeenth-century formulated by D. Francisco Manuel de Melo based on his historical writings. The study points to the observation of the sources used by this Portuguese thinker in a way to comprehend the insertion of this character in the cultural context of Modern Europe. Besides this character we have seen important personalities quoted by this author, such as: Justus Lipsius, Quevedo and Trajano Boccalini. The work values the importance of the historical narrative among these thinkers. This valorization of historiography allowed us to evidence the relation between the writing of every historical narrative and the making of specific propositions of power.

Índice:

Introdução.	p. 7
I: História da historiografia do período moderno: o estado da arte.	p. 12
1. Ed. Fueter e a sistematização da historiografia do período moderno.	p. 12
2. O debate contemporâneo – Luciano Canfora e François Hartog.	p. 27
II: Como os homens do Barroco entenderam a escrita da história – Luciano/Mascardi/Melo.	p. 43
III: A Escola de Tácito.	p. 69
IV: D. Francisco Manuel de Melo.	p. 102
Conclusão.	p. 153
Anexo.	p. 157
Bibliografia.	p. 159

INTRODUÇÃO

Colocou-se como problema fundamental deste estudo, a importância da historiografia no momento da formação dos Estados Modernos, especificamente da formação do Estado português moderno. Como o ato de narrar os acontecimentos do passado pode influir sobre a dinâmica do presente? Qual é a diferença existente entre o ato de escrever um relato e o ato convencer? Que lugar ocupou a historiografia na afirmação do poder?

O Estado Moderno caracterizou-se pela soberania do Estado, segundo muitos, fundamentado na idéia de “Razão de Estado” formulada por Maquiavel. Caracterizou-se também pela unificação do poder, da justiça e da tributação e pela criação de um exército permanente. Em suma, caracterizou-se, sobretudo pela soberania de um poder impessoal na origem da organização administrativa.¹

A Europa estava vivendo, desde o século X, uma brutal reorganização política e territorial. No século XVII, a soberania de alguns Estados já estava consolidada e alguns territórios, tais como os vemos hoje, já estavam configurados.

Portugal teve sua autonomia política desmantelada pelo domínio castelhano, que durou de 1580 até 1640. Castela lutava para incorporar integralmente o território português ao seu forte poder estatal. Desde a década de vinte do século XVII, Castela vivia uma nova fase de sua vida política, cada vez mais este Estado aumentava sua projeção unificadora impondo aos seus domínios uma total subserviência: em 1621, o

¹ Sobre a formação do Estado Moderno, conferir: HELLER, H. *Teoria del Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987; MEINECKE, Friedrich. *La Idea de la Razón de Estado en la edad moderna*. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1983; STRAYER, J. *As origens medievais do Estado Moderno*. Lisboa: Gradiva, s.d.; ULMANN, W. *A history of political thought: the middle ages*. Harmondsworth: Penguin, 1965.

Conde-Duque de Olivares propôs para o governo um projeto de repartição e uniformidade fiscal, e em 1626, lançou o projeto de “União de Armas”, preparando a constituição um exército de 140.000 homens recrutados e mantidos nas diversas províncias dominadas por Castela.

Muitos portugueses, na década de trinta de século XVII, organizaram-se habilmente com propostas firmes de modo a se oporem a esta nova orientação da política castelhana. A ação impositiva de Castela incentivou uma resposta revoltosa por parte de seus domínios. A sociedade, a economia e a política castelhanas se fragilizaram, dando alento ao espírito, já irrequieto, de alguns fidalgos portugueses, levando-os a ação.

Em 1640, estes fidalgos se organizaram, invadiram o Paço e expulsaram todos os personagens incumbidos da administração castelhana. Depois da Restauração, e mesmo antes dela, os portugueses tiveram que formular e propor projetos que servissem a estruturação de seu Estado. Por isso, muitos sábios verteram rios de tinta dos bicos de suas penas com o intuito de estruturar o Estado português sob outros alicerces. Os diversos grupos políticos em Portugal produziram as mais diferentes propostas com base nos seus interesses.

Porém, não é tema deste estudo compreender a totalidade da cultura política produzida neste momento, mesmo porque isto não seria tema para uma dissertação. Pretendemos com esse trabalho analisar um importante agente português que se encontrava bastante comprometido com os problemas da política da época e que ainda assim, somente foi estudado no que diz respeito a sua produção estética.

Hoje em dia, apesar de muitos possuírem uma concepção definida a respeito da natureza do Estado e observarem o desenvolvimento do poder de maneira unívoca, neste

momento muitas concepções estavam sendo formuladas e propostas. Apesar de muitos pesquisadores da Política definirem Maquiavel como o autor de referência na construção do Estado Moderno, muitos outros sábios, desde o século XV, já vinham pensando e propondo orientações neste sentido. No século XVII, destacaram-se além do próprio Maquiavel que se apresentou como um autor de referência, Jean Bodin, Giovanni Botero, Francisco Suárez e Justo Lúpsio. Assim, seria importante observar quais foram, dentre estes, as possíveis matrizes que serviram aos intelectuais portugueses na composição de seus projetos de Estado e de governo.

Uma grande quantidade de intelectuais, provenientes dos mais diversos grupos sóciopolíticos, se apresentou na arena de combate para definir qual o melhor modelo para o Estado português. Jesuítas, fidalgos, burgueses, militares e sábios cada um apresentou sua proposta, cada um utilizou uma forma particular de exposição.

A orientação da atual historiografia se preocupou mais com o produto dos feitos humanos do que com o processo da história, pouco foi percebido ou dito a respeito da participação política dos agentes antes da consolidação das estruturas. Propomos portanto, observar não somente o desfecho das ações humanas, mas seu desenvolvimento, preocupando-nos com as produções e com suas estratégias de convencimento.

Daí que, os textos escritos no passado não se nos apresentam somente como obras ou produtos culturais, mas como vontades que se materializaram em palavras. Relacionar a escrita dos relatos históricos com o intento hegemônico dos agentes no interior do Estado é observar a historiografia sob outro prisma. É analisar os relatos históricos não como verdades em si, mas como interpretações de agentes que buscavam se afirmar no interior da sociedade e da política de Portugal.

Questionar a natureza da escrita historiográfica pode significar, portanto, neste momento da história portuguesa, pensar a ação de relatar o passado como maneira de afirmar projetos no presente com vistas a que estes se tornassem hegemônicos no futuro. A historiografia pode ser estudada de diversas formas, contudo interessa-nos neste trabalho compreender sua função e importância na dinâmica do poder.

Neste sentido, estudar o papel de um importante agente da Restauração portuguesa analisando criticamente sua produção historiográfica nos ajudará a observar diversas questões reveladoras a respeito deste passado. Podemos indagar a respeito da existência ou não de propostas de poder num momento em que os historiadores acreditaram não existir um Estado em Portugal; podemos analisar as propostas de Estado e de governo aceitas pelos intelectuais portugueses da época e estudar seu valor na discussão política travada em nível europeu; e, por fim, observar a existência de propostas políticas não vitoriosas em Portugal que nos permitiriam ver a história deste lugar de forma mais dinâmica, levando em conta os sucessos e as derrotas dos agentes. Isso nos ajudaria a valorar este passado com base nos esforços humanos, e constatar a especificidade do desenvolvimento desta sociedade não pelos seus ganhos ou perdas, mas pela especificidade da experiência vivida por estes agentes.

Acreditamos que D. Francisco Manuel de Melo foi um personagem exemplar no processo político português do XVII; ele esteve envolvido nos mais importantes problemas da política portuguesa seiscentista: fora militar, diplomata e sábio. Como militar, lutou nas mais importantes batalhas a serviço de Portugal e de Castela. Como diplomata, serviu ao rei Afonso VI na Inglaterra, França e Itália tratando de assuntos os

mais significativos. Como sábio, formulou e escreveu uma enorme quantidade de obras que trataram dos problemas políticos mais polêmicos de sua época.

D. Francisco Manuel de Melo, além de seus escritos teóricos, epistolares e literários, possui uma grande quantidade de relatos e narrativas historiográficas. Por isso, este autor se prestará ao nosso intento de pensar a importância da história no interior dos debates pela afirmação do poder. Analisaremos suas obras historiográficas buscando compreender sua posição política, sua filosofia e seus projetos, para com isso esboçar o grupo ou parte política em que estava inserido. Além disso, vamos analisar suas matrizes de pensamento, para pensá-lo sempre em diálogo com as formulações teóricas mais importantes de sua época, fazendo um paralelo de seu posicionamento com o de seus modelos de pensamento de modo a, cada vez mais detalhadamente, desenhar as características deste personagem que foi tão significativo para a história política de Portugal e de seus domínios.

Portanto, em resumo, analisaremos as obras históricas de D. Francisco Manuel de Melo buscando compreender seu pensamento político, sua inserção política, suas matrizes de pensamento e suas relações com personagens portugueses e europeus.

Para isso, começaremos nosso estudo analisando as discussões a respeito da natureza da história. Analisaremos o debate acerca da historiografia na atualidade e, na seqüência, estudaremos os debates da época de D. Francisco Manuel de Melo a respeito da essência da história travados fora do âmbito da história, para assim, compreendermos de maneira mais abstrata o caráter da historiografia, ou da arte da história para os homens do século XVII.

CAPÍTULO PRIMEIRO:

História da Historiografia do período moderno: o estado da arte.

1. Ed. Fueter e a sistematização da historiografia do período moderno:

A historiografia do período moderno foi objeto de poucos estudos acadêmicos. Até o início do século XX nenhum trabalho sistemático a respeito da história do Renascimento e do Barroco havia sido empreendido. Podemos caracterizar a importante obra de Eduard Fueter, *Geschichte der neueren Historiographie*² como o trabalho inicial que buscou definir a apreensão do Ocidente acerca do tema em questão. Posteriormente, todos os estudos feitos sobre a historiografia deste período se apoiaram em menor ou maior grau neste trabalho.

O trabalho de Fueter, entretanto, possui particularidades importantes a serem levadas em conta. A obra figurou-se num empreendimento de legitimação de uma determinada maneira de fazer história, de um determinado “método” de análise historiográfico. Daí o interesse de Fueter e de seus contemporâneos em compreender o modo como evoluiu a historiografia do passado.

Fueter escolheu, mormente o período moderno porque é neste momento que a cultura do ocidente toma novos rumos. É nesse momento que a possibilidade de existência de um saber laico torna-se real, é nesse momento que proposições de poderosos métodos críticos saem à luz. O Renascimento e o Barroco ofereceram ao

² Utilizamos para este estudo a edição argentina – FUETER, Eduard. *Historia de la historiografia moderna*. Buenos Aires: Editorial nova, 1953. (primeira edição em alemão: 1911).

mundo posterior o sentimento de que os homens podiam dominar e compreender tudo aquilo que estava ao seu redor.

Os elementos defendidos por Fueter poderiam ser mais bem compreendidos se analisássemos os princípios teóricos e metodológicos que compuseram a orientação da historiografia iniciada no século XIX com uma certa hegemonia da filosofia positivista. Entretanto, não iremos nos alongar demais num estudo que nos desviaria de nosso tema de análise, a historiografia do século XVII, e nos aproximaria mais das produções do século XIX.

Contudo, ainda que não pretendamos adentrar em profundidade nesta discussão, podemos observar os componentes do pensamento historiográfico de Fueter e seus aliados de forma mais circunscrita. Seu modelo historiográfico pode ser resumido a uma orientação laica e universal, uma história fundamentada em larga erudição e um método analítico capaz de permitir ao historiador um aparato crítico bastante eficaz. Fueter possuía uma concepção de “Verdade” demasiadamente amadurecida dentro das certezas fundadas pela ciência natural do século XIX.

Assim, podemos dizer que toda a sua análise preocupou-se em argumentar um processo teleológico que teria por cume a filosofia manifesta no *modus operandi* da historiografia do século XIX, na historiografia de Ranke, Monod, Langlois e Seignobos. Sua obra, apesar de prestar um enorme serviço pelas análises críticas de produções pontuais, é marcada pela valorização de determinada historiografia.

Fueter inicia sua análise observando as obras históricas de Boccaccio e Petrarca. Tendo nestes dois personagens os iniciadores de uma pretensa escola que teria

redimensionado os princípios da antiga historiografia medieval proporcionando-nos o que hoje entendemos como história.

Leonardo Bruni foi, para Fueter, o mais importante integrante desta escola. Foi ele quem, depois de anos, primeiro se serviu da palavra história para denominar sua narrativa.

As inovações propostas por esta escola se deram no campo temático e metodológico pelo recurso ao saber greco-romano há muito tempo inacessível. Como esclarece o próprio autor, os aportes da escola florentina foram: o retorno às formas retóricas dos antigos, a secularização da história e uma inclinação para a preponderância da parcialidade política.³

Estes aportes teriam sido, para o autor, os novos princípios, ou a nova concepção de mundo, que estruturaram os valores historiográficos sob novos alicerces. Teria sido na república florentina, o lugar onde nasceu o laicismo.

Assim, a historiografia que nasceu em Florença, segundo Fueter, foi embebida de um espírito político que enxugou a escrita historiográfica das superstições e intenções teológicas das antigas produções. Nasceu ali uma história secular, uma história que se estruturou com base nos acontecimentos humanos pelo legado que teve da cultura antiga: uma história única em sua época. Entretanto, esta história trouxe um elemento que para o positivista Fueter foi nefasto: o regionalismo.

A estruturação da proposta da escola florentina fez com que seu *modelo* fosse disseminado através de toda Europa, começando pela península itálica, como nos faz ver

³ Este interessante traço da historiografia humanista de Florença fez com que estes homens analisassem o período medieval sem levar em conta a Igreja. Segundo o próprio Fueter: *Sea lo que fuere, los humanistas relataron, en tanto que fué posible, la historia de los Estados medievales como si no hubiera habido Iglesia universal ni clero internacional a los que los gobernantes debiesen cuidar en la administración de sus territorios. El papa mismo es para ellos un soberano como cualquier otro.* Idem. p. 27.

o historiador alemão. As diversas regiões presentes na península viram na historiografia um meio de propagar seus projetos, convencer seus cidadãos e fazer face aos poderes invasores de alguns ducados da região – como o de Milão, governado na época pelo Duque Gian Galeazzo Visconti.

Fueter contemplou a faísca iniciada em Florença se disseminar por todos os estados da península itálica, viu a origem do seu Telos. Ao contrário, não observou, com a República florentina, o nascimento de um novo mundo pela proposição de novas relações de poder.

A faísca florentina incendiou toda a península e serviu de modelo a todos aqueles que buscavam sua autonomia política. Daí que, depois de Petrarca, Boccaccio e Leonardo Bruni muitos historiadores – como Benedetto Accolti, Bartholomeo Scala, Gianozzo Manetti e Matteo Palmieri – se formaram nesta república e auxiliaram na disseminação de uma nova visão de mundo traduzida numa nova historiografia.

Em Veneza, historiadores de envergadura – tais como Marcantonio Coccio, dito Sabellicus, Andrea Navagero e Pietro Bembo – se formaram à luz do novo modelo historiográfico, talvez até do novo modelo ético-político.

Nápoles contou também com importantes intelectuais como: Lorenzo Valla – quem, segundo Fueter, não somente continuou a proposta humanista de Florença, mas também desenvolveu a historiografia no que diz respeito ao método crítico –, Bartholommeo Fazio, Giovanni Giovano Pontano etc.

Milão apresentou Lodrisio Crivelli, Giovanni Simonetta, Giogio de Merlani (Merula), Bernardino Corio como seus regentes historiográficos, todos eles devedores da escola de Florença.

Por fim, os estados pontifícios também se serviram desse modelo historiográfico tentando, entretanto, adicionar argumentos mais favoráveis à Igreja. Teve no seu exército intelectual o importante historiador Bartolomé Sacchi, dito Platina, quem escreveu a história da vida dos pontífices.

Isto posto, observamos que Fueter continuou sua análise observando um desenvolvimento, quase linear, da história moderna com raízes na Europa. A escola laica de Florença é animada pelos trabalhos de Lorenzo Valla no que diz respeito ao método crítico e pela periodização de Paolo Giovio. Fueter desenhou uma linearidade condicionada em conseqüências historiográficas, diria eu filosóficas, que estavam no cerne da proposta da escola metódica.

De Florença para a Itália e, num momento posterior, da Itália para Florença. A linha desenhada pelo alemão inicia-se em Florença e irradia-se pela Itália voltando posteriormente para o lugar da faísca. Fueter mostrou o laicismo florentino se equipando com novos elementos inventados pelos intelectuais italianos e os novos intelectuais de Florença se apropriando destes novos aportes.

Nicolau Maquiavel e Francesco Guicciardini se apresentaram como personagens importantes deste novo alento historiográfico. O primeiro pela crueza de sua visão e o segundo por sua ampliação narrativo-geográfica que, segundo Fueter, constituiu nexos mais complexos sobre as relações entre as cidades da península.

Assim, a partir do século XVI temos um novo desdobramento linear que desembocou do afluente do antigo rio iniciado por Petrarca, Boccacio e Leonardo Bruni. Este novo caminhar teve como protagonistas: Gianmichele Brutus, Jacobo Pitti, Bernardo Rucellai, Francesco Vettori, Filippo de Nerli, Jacobo Nardi e Benedetto Varchi. Contudo,

não convêm citar a todos, pois transformaria meu relato em uma lista acumulativa de nomes sem nenhuma observação substancial mais interessante.

Este processo do desenvolvimento da história, segundo Fueter, tomou novo alento quando o historiador romano Flavio Biondo propôs um tipo historiográfico profundamente baseado na erudição e na acumulação de informações. Daqui em diante, segundo o autor, a historiografia tomou um rumo que consolidou mais e mais as futuras escolas historiográficas.

Os aportes de Leonardo Bruni, Lorenzo Valla, Paolo Giovio e Flavio Biondo sintetizaram, para o alemão, os elementos que estariam na raiz do desenvolvimento do saber histórico. Bruni ofereceu uma proposta de história humanista e secular, Valla ofereceu uma importante inovação através da crítica filológico-histórica, Paolo Giovio inovou com o uso de periodizações interpretativas e Flavio Biondo, ou Blondus, ressaltou a importância da erudição na produção historiográfica.

Todo esse desenrolar da análise de Fueter, é interessante notar, baseou-se na interpretação, ou organização, de um desenvolvimento da produção historiográfica que argumentou um certo sentido teleológico. O autor escolheu ou determinou um fim evolutivo que conferiu sentido a toda essa produção passada, se preocupando pouco com uma certa legitimidade interna desses aportes e dessas produções.

Edmond Fueter propôs um modelo historiográfico secular, crítico, periodizado, erudito, universal e imparcial; e, com base nisso, desenvolveu todo seu julgamento narrativo em torno deste modelo. A história de Fueter é a história do desenvolvimento das escolas históricas, ou mais ainda, é a história das origens de sua própria escola histórica, a dita “Escola Metódica” ou a “Escola Positivista”.

Toda a análise posterior a respeito da historiografia do período moderno é marcada por esta visão evolucionista que não observou, ou não quis observar, em cada produção um significado intrínseco determinado.

Contudo, o trabalho de análise empreendido pelo estudioso nos permite entrever, no meio de seu esforço laudatório, diversos elementos específicos que compuseram o funcionamento interno da escrita da história dos intelectuais do período moderno.

Se nos servíssemos dos elementos pontuais elencados por Fueter, interpretando-os sob lentes orientadas por outros princípios, poderíamos obter conclusões surpreendentes. Façamos então, um pequeno exercício de análise das informações disponíveis neste estudo.

Utilizaremos quatro exemplos de personagens citados e analisados pelo autor observando-os com o cuidado de compreender um certo funcionamento interno de suas produções historiográficas. Chamamos funcionamento interno à relação dialética existente entre a obra produzida, o produtor da obra e o agrupamento sóciopolítico onde se inseriu o produtor da obra. Cada um desses exemplos terá um tratamento cuidadoso e preocupado com os diversos elementos que dão sentido e significado a todas narrativas produzidas.

Analisaremos quatro historiadores, a saber: Leonardo Bruni, Nicolau Maquiavel, Francesco Guicciardini e Bossuet. Escolhemos tais personagens pelo fato da história da historiografia tradicional fazer amplo recurso destes autores.

Leonardo Bruni⁴ nasceu em 1369 em Arezzo. Estudou jurisprudência e se interessou fortemente pela cultura antiga sob a influência de Chrysolaras. Em 1405, obteve, pela mediação de seu amigo Coluccio Salutati, o emprego de secretário do papa.

Posteriormente, em 1415, Bruni residiu em Florença e recebeu, um ano depois, o direito de cidadania. Em 1427 tornou-se conselheiro de Estado da cidade e, em 1439, é isentado de impostos e censos por ter escrito sua história de Florença. Morreu em 1444.

A *Historiarum Florentinarum Libri XII*, publicada em 1442 será, portanto nosso primeiro objeto de indagações a respeito da relação existente entre produtor e produto. Vimos que Leonardo Bruni foi um importante personagem do humanismo cívico florentino, se destacando por sua obra histórica e, sobretudo, por sua atuação política para a defesa e manutenção da república de Florença. A sua história de Florença, podemos dizer, é indicio desta atuação na luta pela conservação do poder republicano florentino.

Florença possuía uma estrutura política de colegiados, onde participavam “todos” os seus integrantes, ainda que por meios indiretos. Os grandes senhores e os representantes das corporações de ofício se reuniram em torno de uma assembléia deliberativa que determinava os assuntos da cidade.

A “arraia miúda” ou, usando terminologia adequada, os “Ciompi” participavam indiretamente por meio dos representantes das corporações onde se inseriam. Não obstante, a partir de 1378, quando da chamada “revolta dos Ciompi”, foi posto a prova o tênue equilíbrio participativo da sociedade florentina. A revolta se deu pela insatisfação

⁴ Para saber mais sobre os humanistas florentinos e sua historiografia conferir: GARIN, Eugenio. *L'umanesimo italiano: filosofia e vita civile nel Rinascimento*. Bari: Laterza, 1952; WILCOX, Donald J. *The development of florentine humanist: historiography in the fifteenth century*. Cambridge: Harvard University Press, 1969.

popular a respeito de sua inserção deliberativa, e não por causa de insatisfações fiscais como eram de praxe os motivos dos levantes populares.

A Florença vivida por Bruni era uma sociedade que iniciava seu declínio político para uma forma de governo sublinhada pelos poderes dos grandes senhores, como foi a hegemonia dos Médici desde o século XV com Cosme o Velho.

Salientamos estes elementos para compreender a produção de Bruni no interior dos problemas colocados pelo mundo onde viveu, o que é crucial para observarmos a singularidade de sua narrativa. Leonardo Bruni, assim como Coluccio Salutati e Poggio Bracciolini, lutou para manter o antigo equilíbrio igualitário das forças políticas no interior da “cidade de Florença”. Bruni preocupava-se, sobretudo com o funcionamento interno de sua cidade e a defesa desta contra as outras cidades da península itálica, não se interessava pela comunicação e pelas trocas comerciais com estas outras cidades, nem buscou expandir seu território. Preocupou-se somente em conservar o que já tinham os florentinos.⁵ As relações de Florença com a Igreja romana só eram importantes para estes atores, na medida em que diziam respeito aos interesses da cidade.

Leonardo Bruni escreveu a “História de Florença” organizada somente em torno da experiência histórica florentina: não era sua preocupação a expansão do poder de seus concidadãos, antes somente interessou-se em manter em equilíbrio aquele poder jurisdicional. Esta “História” se estruturou ao redor do projeto político da cidade de Florença, dos humanistas florentinos.

⁵ Para saber mais sobre a sociedade florentina nos séculos XIV e XV, conferir: CHABOD, Federico. *Escritos sobre el Renacimiento*. México: Fondo de cultura econômica, 1990; GARIN, Eugenio. *L'umanesimo italiano: filosofia e vita civile nel Rinascimento*. Bari: Laterza, 1952; id. *Ciência e vida civil no Renascimento italiano*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996; PRAZ, Mario. *Il sei-settecento: libera cattedra di storia della civiltà florentina*. Florença: Sansoni, 1956; TENENTI, Alberto. *Florença en la epoca de los medicis*. Barcelona: Ediciones Península, 1974; VASOLI, Cesare. *Idee, istituzioni, scienza ed arti nella Firenze dei Medici*. Florença: Giunti-Martello, 1980.

Posteriormente, com o desequilíbrio político desta cidade e o predomínio da família Médici no poder, a história de Bruni provou ter sido ineficaz para restabelecer o sistema anterior de participação igualitária. Neste novo período da vida urbana de Florença prevaleceu a filosofia neoplatônica materializada na fundação da “Academia Platônica” de Marsílio Ficino por Cosme o velho. Esta filosofia pregava um modelo político cidadão onde o governo era exercido somente por alguns personagens da aristocracia. Estes elementos configuraram-se num belo exemplo de como uma teoria filosófica se materializa de tal maneira a se constituir como realidade social. A hegemonia da família Médici, para os intelectuais emergentes da escola neoplatônica, prefigurava o modelo político proposto nas modernas releituras da “República” de Platão.

Estes novos personagens hegemônicos não desejavam mais permanecer restringidos a sua *città* e, a partir deste momento, se posicionaram de maneira semelhante aos grandes senhores de Milão, a semelhança de Gian Galeazzo Visconti.⁶ Os Médici não mais precisavam de uma “história de Florença”, porquanto esta família alterou-se de uma posição defensiva para uma atitude ofensiva, vestindo armas para ampliar seu poderio na península Itálica.

Para um novo programa, uma nova narrativa histórica. Os Médici então contrataram Francesco Guicciardini (1483-1540) para “pintar” uma nova história para este novo mundo em fase de construção. Guicciardini apurou sua pena e escreveu uma nova história para o Estado Mediceo. Esta história não era mais uma “historia florentina”, era agora a “História da Itália”, propondo uma organização geográfico-jurisdicional que

⁶ Para melhor entender a dinâmica de poderes entre as cidades da península itálica conferir: SKINNER, Quentin, *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999; MARTINS, Lauro. *Violence and civil disorder in italian cities: 1200-1500*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1972.

inexistia neste momento e se fundamentava numa proposta de expansão política da importante família florentina através de toda a península.

É interessante notar o recorte feito por todos os grandes manuais de história da historiografia, colocando Guicciardini como sucessor de Maquiavel numa escala evolutiva baseada em preceitos um tanto estranhos, por dizerem mais respeito a uma visão posterior do que à inserção destes escritos na realidade em que foram produzidos. O historiador da família Médici é analisado como um passo adiante na “grande corrida da modernidade” em que a historiografia também estava inclusa, porque propôs inovações em termos de métodos historiográficos, do uso de documentos e, sobretudo, pela proposição do alargamento da área geográfico-analítica de seu trabalho. A transformação registrada pela história da historiografia clássica se dá entre Maquiavel, que seguia o modelo da história de Florença, e Guicciardini que propôs a registrar o domínio Médici ao redor de todo o território peninsular.

Acreditamos, ao contrário disto, que não há nenhum avanço de Guicciardini com relação a Maquiavel. É uma forte discrepância de projetos políticos que configurou de maneira particular o empreendimento historiográfico de cada um destes personagens.

Nicolau Maquiavel (1469-1527) era partidário da antiga república de Florença, lutando com seus aliados para restabelecer essa antiga forma isonômica na cidade da Toscana. Por isso, como Leonardo Bruni, escreveu uma “história de Florença”. Francesco Guicciardini, por outro lado, estava associado ao projeto dominador da família Médici que se propunha a obter todo o território da península itálica.

Esses exemplos ajudam-nos a dimensionar a relação direta entre a escrita da história e a intervenção política (projetos políticos), dando-nos a observar a característica

do historiador como um intelectual que intervêm diretamente nos assuntos de governo e de Estado. O que salienta, outrossim, a importância da compreensão dos produtores das obras analisadas. A ‘história dos historiadores e de suas obras’ deveria sobrepujar a ‘história da historiografia’, porque quando estudamos o relato ou o escrito sem pô-lo em relação com seu produtor, desumanizamos a interpretação do passado. Isto posto, quando não levamos em conta o produtor da narrativa analisada não lançamos mão de maior rigor analítico para observar os valores e os princípios do passado.

Por fim, a historiografia de Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704), iminente conselheiro do rei francês Louis XIV, dimensionou a história da mesma maneira que propôs Fueter, em história universal. Por isso, buscaremos compreender a especificidade dialética desta narrativa visando munir-nos de mais ferramentas argumentativas para provar a inoperância de uma proposta de análise historiográfica que se fundamentou em princípios preestabelecidos sem observar a relação entre sociedade, posição do historiador e história.

Diz-se que Bossuet, padre e teólogo francês, foi o publicista da idéia de Absolutismo, fundindo num só mote religião e política, ao argumentar a natureza divina dos reis e o elo direto entre poder secular e poder transcendente. Em seu livro *Discours sur l’histoire universelle a monsieur le dauphin pour expliquer la suite de la religion & les changements de l’empire*, publicado em Paris no ano de 1691, o teólogo construiu uma história marcada pela idéia de providência divina. Esta providência se relaciona diretamente com o desenvolvimento ou a evolução dos impérios, os quais são os únicos ou os mais importantes protagonistas desta idéia de história. Diz o eclesiástico:

Si on n'apprend de l'histoire à distinguer les temps, on représentera les hommes sous la loi de nature, ou sous la loi écrite, tels qu'ils sont sous la loi evangelique; on parlera des perses vaincus sous Alexandre, comme on parle des perses victorieux sous Cyrus, on fera la Grece aussi libre du temps de Philipe que du temps de Themistocle, ou de Miltiade, le peuple romain aussi fier sous les empereurs que sous les consuls; l'église aussi tranquille sous Dioclecien que sous Constantin; & la France agitée de guerres civiles du temps de Charles IX & d'Henry III, aussi puissante que du temps de Louis XIV, où réunie sous un si grand roy, seule elle triomphe de toute l'Europe.⁷

Dois elementos aparecem conectados aqui de maneira clara: as leis regidas pela religião e os impérios como elementos imanentes e indícios destas informações universais. Bossuet, como salientou o próprio Fueter, foi um teólogo que se opôs ferozmente à proposta protestante e, além disso, buscou projetar seu modelo de religião aliado à proposta de um império grandioso, tal a monarquia de seu pupilo Louis XIV. Esta historiografia se conforma inteiramente a uma proposta monárquico-imperial de Estado onde a religião católica aparece com grande espaço.

Tratou-se de uma história que se baseou enormemente no modelo historiográfico proposto na Bíblia. É por isso que seus capítulos são organizados, primeiramente, em torno dos assuntos como os grandes reis e, posteriormente, ao redor dos grandes impérios do mundo.⁸

Com esses exemplos, pretendemos pôr a prova a interpretação proposta pelo alemão como um trabalho mais laudatório do que crítico. Fazemos isso, de certa forma,

⁷ BOSSUET, Jacques-Bénigne. *Discours sur l'histoire universelle a monsieur le dauphin pour expliquer la suite de la religion & les changements de l'empire*. Paris: 1691. pp. 2-3.

⁸ A organização das partes se da desta maneira: Primeira parte: as épocas; Segunda parte: o seguimento da religião; e, Terceira parte: os império. O modo como está arrumado este “sermão historiográfico” nos elucida enormemente acerca da junção que a proposta de Bossuet quer operar entre religião e poder político centralizado na figura do monarca. Neste caso como se ele fosse relativo à um deus, com poder “absoluto”.

detacando uma orientação analítica mais preocupada com o funcionamento interno da produção cultural dentro da sociedade e da política em que foi produzida.

Edmond Fueter, apesar de haver analisado as especificidades de cada modelo historiográfico do período moderno, e haver igualmente criticado cada uma destas produções, se apropriou de uma série elementos de cada uma destas propostas sem observá-las dialeticamente e internamente. De Leonardo Bruni, como já dissemos, apropriou-se da laicidade de seu olhar; de Lorenzo Valla, apropria-se do exame crítico que faz ao ler os textos literários; de Paolo Giovio se serviu do recurso à periodização sistemática. De Flavio Biondo apropriou-se da erudição como recurso para transcender o particular e de Bossuet, apropriou-se do molde universal de compor sua narrativa que faz com que sua história se constitua numa parafernália, instrumento para acessar a “Verdade”. Sobre este teólogo dirá o historiador:

*Lo que importa a la historiografia es que, por entonces, se inaugura una manera totalmente nueva de considerar la historia. Bossuet es el primer historiador que busca los contragolpes universales de un movimiento religioso. Con él, la historia sale por primera vez de la narración de los hechos exteriores y de la crítica de los actores, para buscar las consecuencias generales de un acontecimiento que, quizás, no entraron del todo en la intencion de los protagonistas. En lo que se refiere a Sarpi: ¡cuán sin valor es a este respecto su “Historia del Concilio de Trento”!*⁹

Este trecho mostra claramente que o historiador alemão, ao perder de vista o funcionamento e a pregnância dos relatos históricos no seio da sociedade em que foram produzidos, se coloca a serviço de modelos que dizem respeito a parciaisidades

⁹ FUETER, Ed. *Historia de la historiografia moderna*. Buenos Aires: Editorial nova, 1953, p. 294.

determinadas. Assume uma posição laudatória. Observar a escrita da história como uma narrativa que se pretende imparcial é não compreender seu caráter humano e dinâmico.

Fueter construiu uma análise tendenciosa e cega a respeito da escrita da história, que se baseou na demarcação de uma historiografia que se pretendeu laica, crítica, universal e imparcial por sua erudição e por seu recorte. Abarcou uma idéia de verdade que somente se equiparou à verdade onipresente e onisciente proposta na religião. Constituiu um modelo histórico que se distanciou profundamente dos homens e aproximou-se profundamente da teologia e de um recorte que não se preocupou em ver os homens, ou os grupos de homens como agentes e protagonistas da história. Quis transformar relato histórico em filosofia natural.

Um modelo que se internacionalizou e espalhou, ao redor do mundo, uma preocupação com estruturas condicionantes do processo histórico. A proposta de Fueter não somente sufocou a compreensão da historiografia moderna, como também legou aos historiadores um olhar onde a liberdade e a ação humana perderam seu lugar para classificações estruturais que aprisionaram os homens no calabouço da sua própria vida. Além disso, quando vemos a história como um recurso político, vemos todos os historiadores como homens de grande parcialidade, defendendo projetos políticos determinados, como o fez Fueter.

Dito isto, confrontaremos duas referências no estudo da historiografia dos dias de hoje, observando em que medida os princípios condicionantes têm destaque preponderante no resultado da análise. Estas referências preocuparam-se, mormente com o estudo da historiografia antiga.

O fato de analisarmos intérpretes da cultura antiga é decorrente da escassez de estudiosos preocupados com os historiadores do período moderno. O que não invalida a observação do tratamento analítico de cada um destes intelectuais e a transposição das conclusões da análise para a compreensão da história moderna.

2. O debate contemporâneo – Luciano Canfora e François Hartog:

A escrita historiográfica mais bem analisada do ponto de vista interno, foi a da época clássica. Dentre os muitos que empreenderam tal proposta destacamos somente dois autores devido ao fato de serem contemporâneos à este trabalho. O que nos remete a um dialogo historiográfico em vigor; e, ao mesmo tempo, ao recurso a concepções filosóficas dissonantes que podem nos auxiliar a observar cada uma delas em destaque. Enquanto um deles observa o saber historiográfico e a historiografia como um dado temporal, fruto de questões advindas de problemas histórico-sociais delimitados, o outro observa toda a produção historiográfica inserida dentro de uma linha interpretativa que lhe dá sentido, mas lhe amputa seu significado particular. Confrontamos, pois, um historiador preocupado em afirmar sua posição na análise do passado e outro preocupado em compreender o passado.

Estes dois expoentes são Luciano Canfora com seu importante opúsculo *Teorie e tecnica della storiografia classica*, onde faz uma análise da obra *como se deve escrever a historia* de Luciano de Samósata e François Hartog com seu livro *Memórias de Ulisses – narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*, onde observa as diversas estruturas que condicionam o fazer histórico ao longo da Antiguidade.

Luciano Canfora, intelectual italiano nascido em Bari em 5 de junho de 1942, escreveu inúmeras obras a respeito da história e da literatura clássica, com ênfase na escrita grega. Fez sua “tese di Laurea” sobre a historiografia do ateniense Tucídides¹⁰, bem como uma grande quantidade de livros a respeito da história da literatura grega, da importância do livro, da biblioteca de Alexandria, da crítica da retórica democrática, da importância do saber clássico para o mundo contemporâneo e etc., além de traduções prefaciadas de livros antigos.¹¹

O pequeno opúsculo *teorie e tecnica della storiografia classica* analisa, como já assinalado, o pequeno tratado do importante helenista Luciano de Samósata, *Como se deve escrever a história*. Canfora não se preocupa em inseri-lo num rol de análises que dêem sentido mais abrangente à obra de Luciano, antes preocupa-se em observar como funciona a obra dentro do universo do próprio autor, depreendendo disto sua inserção social.

O autor ressalta a importância deste tratado por ser ele um escrito que tratou da história fora da história. Serve-se, para construir uma análise da historiografia antiga, sobretudo a grega, da observação dos grandes textos de Heródoto e Tucídides através do olhar de Luciano e do choque do pensamento deste com o de outros filósofos anteriores ou contemporâneos. Além disso, formula, a partir desta análise, uma concepção teórica a respeito da produção historiográfica.

¹⁰ Livro publicado pela editora Riuniti, nas *Edizioni Studio Tesi* com o título *Tucidide*. Roma: 1991.

¹¹ Dos muitos livros de Canfora, os poucos publicados em português são: *A biblioteca desaparecida: histórias da biblioteca de Alexandria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; *Livro e liberdade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra e Ateliê Editorial, 2003; e o artigo *As bibliotecas antigas e a história dos textos* presente no livro dos organizadores Marc Baratin e Christian Jacob *O poder das bibliotecas*. Rio de Janeiro: UFRJ editora, 2000. Os livros em italiano são: *Teorie e tecnica della storiografia classica*. Roma-Bari: Ed. Laterza, 1996; *Critica della retorica democratica*. Roma-Bari: Ed. Laterza, 2002; *Noi e gli antichi: perché lo studio dei greci e dei romani giova all'intelligenza dei moderni*. Milão: BUR, 2002; *L'occhio di Zeus: disavventure della "Democrazia"*. Roma-Bari: Ed. Laterza, 2006. Além da tradução do Livro de Tucídides *Il dialogo dei Melii e degli Ateniesi*. Veneza: Marsilio, 1991.

Canfora constituiu, posteriormente à sua análise, uma classificação da historiografia clássica bastante pertinente. Observou na escrita da história antiga duas vertentes delimitadas no que concerne o método e, sobretudo, os princípios que norteiam a produção. Essas vertentes são: a *história desinteressada*, fundamentada numa concepção de história constituída pela proposta das “Histórias” de Heródoto, e a *história pragmática*, estabelecida numa concepção proposta na “História da guerra do Peloponeso” de Tucídides.

A história de Heródoto é tida por “desinteressada” porque, segundo Canfora, não vê um fim político para o empreendimento historiográfico. Preocupou-se somente em observar e compreender o processo histórico, para com isso construir uma concepção de história e de tempo marcada pelos períodos e pelas grandes fases sociais e ou políticas. É por isso que o historiador de Abdera faz a história de “todos” os homens, a história dos gregos e dos bárbaros.

A história de Tucídides, ao contrário, é vista como sendo uma “história pragmática” porque observa uma funcionalidade sócio-educativa inerente ao fazer histórico. Tucídides vê o verossímil através de um critério de grandeza que dimensiona a compreensão do passado somente em relação ao observador. Disse Canfora:

E proprio dell’“archeologia” è stato misconosciuta una rilevante implicazione teorica: che cioè nessun evento è propriamente conoscibile in quanto tale, ma solo in quanto commisurato ad altri dal punto di vista della <<grandezza>>. (...) Un evento cioè, nella concezione tucididea, viene conosciuto come evento storico non nella sua mera puntualità, ma nell’ambito di una categoria del sapere storico, qual è appunto, per Tucidide, il concetto di <<grandezza>>.¹²

¹² CANFORA, Luciano. *Teorie e tecnica della storiografia classica*. Roma-Bari: Laterza, 1996, p. 4-5.

Assim como a historiografia tucidideana, Luciano fundamenta seu opúsculo numa historiografia com uma proposta pragmática, como veremos posteriormente com a análise que será feita do livro de Luciano.

Canfora complementa sua análise dizendo que os trabalhos antigos sobre a história foram reflexões sobre o modo de fazê-la, não, como em Luciano, reflexões sobre a finalidade da história nem sobre a razão da atividade do historiador. Colocando que este tipo de reflexão é inerente a uma concepção que busca observar a funcionalidade da produção cultural, a uma concepção pragmática. Daí a relação entre Luciano de Samósata e Tucídides.

Neste sentido, a oposição entre história desinteressada e história pragmática ajuda ao autor a delinear visivelmente todo o olhar e a proposta de Luciano. Faz isso, questionando o fim “útil” atribuído à história por Luciano e o critério de verdade adotado por Tucídides que se fundamenta na idéia de grandeza. O que observa também dimensionado no importantíssimo debate entre Plutarco e Horácio acerca da verdade em si e da verdade constituída pelo relato. Ao que dirá:

Affiora, nella letteratura classica, una disputa sulla priorità tra politica e storiografia. È una conseguenza dell'impostazione pragmatica e politica tucididea. Se il fine dell'attività storiografica è, appunto, l'educazione politica – o meglio l'educazione dei politici –, sarà lecito chiedersi se sia più importante l'attività direttamente politica o l'educazione alla politica. (...) Nello stesso tempo l'alternativa assume le forme di una controversia teorica, di sapore diatribico: come quando Orazio osserva che ci saranno stati altri sovrani prima di Agamennone, ma sono sepolti nell'oblio perché non ebbero il loro Omero (“carent quia vate sacro”), o quando, inversamente, Plutarco teorizza che, senza le gesta di Pericle, Cleone ecc., non avremmo Tucidide, e che anzi una considerazione del genere vale per ogni opera storica.¹³

¹³ Idem. pp. 6-7.

Canfora bipolariza os tipos historiográficos com base numa dubiedade da concepção de Verdade. O importante intelectual francês Marcel Detienne pode nos ajudar na caracterização mais aproximada deste difícil diálogo trazido à tona pelo italiano. Detienne em seu livro *Mestres da verdade na Grécia arcaica* faz uma análise filológica do conceito de *Alethéia* (verdade) e sua evolução desde a época de Homero até a de Aristóteles.

Inicialmente, na época de Homero, *Alethéia* era tudo aquilo que podia ser lembrado, tudo aquilo que cantava o poeta. O conceito nesse momento filia-se profundamente à uma entidade religiosa caracterizada pela figura da musa, a qual somente pode ser contatada pelo “aedo”. Detienne chega mesmo a propor uma relação de tipo filológico entre a palavra “Mousa”, que gera a conhecida Musa, e o nome de uma dessas Musas, “Mnemosyne”.

Estas *Mousas* são as entidades que permitem, entre os homens da Grécia arcaica, a existência da verdade, de *Alethéia*, e é a memória o veículo mais capacitado a permitir a estes homens a sua presença. Diz Detienne:

“No plano da palavra cantada, a memória possui, então, um duplo valor: ela é, por um lado, o dom de vidência que permite ao poeta dizer uma palavra eficaz, formular a palavra cantada. Por outro lado, esta mesma palavra cantada é uma palavra que não deixa de ser e identificar-se com o ser do homem cantado”.¹⁴

Em outro momento, na narrativa hesiódica, *Alethéia* começa a adquirir um significado mais complexo, assumindo uma dupla conotação. Até então, *Alethéia* estava

¹⁴ DETIENNE, Marcel. *Os mestres da verdade na Grécia arcaica*. Trad. Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 21.

confinada à palavra das musas, à memória capacitada aos homens pela ação do poeta de cantar e materializar o real. Nesta circunstância, Hesíodo concebe um novo significado à palavra *Alethéia* baseado na *rigorosa observância das datas, a repartição dos dias úteis e dos dias proibidos* [que], *é denominada explicitamente, por Hesíodo, Alethéia*.¹⁵

A nova conotação diz respeito diretamente ao trabalho do homem na lavoura, que transforma o conceito de *Alethéia* no “não esquecimento” das atribuições diárias pelo agricultor.¹⁶ Contudo, apesar de aparentemente diferentes, sua discrepância fundamental diz respeito à relação da palavra com dois personagens distintos, um deles, que a profere, o poeta e outro, que a escuta, o lavrador.

Assim, Detienne nos apresenta uma relação interessante entre a semântica dos vocábulos e a apropriação dos mesmos por tipos sociais específicos. O que faz com que esta se transforme sempre que um novo ator social se ampare da palavra para seu uso particular, como é o caso do uso de *Alethéia* pelo dito “ancião do mar”, personagem que neste período se inseria na sociedade por sua função de juiz.

Todavia, não nos interessa aqui, para explicar o debate destacado por Canfora, observar todo o processo analítico constituído por Marcel Detienne em seu primoroso estudo filológico. Interessa-nos, sobretudo, observar a oposição criada no interior deste conceito na época de laicização da sociedade grega entre Simônides de Céos e Epimênides de Creta.

Simônides descaracteriza a função do poeta atribuindo à verdade uma característica puramente de memória, sendo por isso descrito como o inventor da mnemotécnica. Diz Detienne:

¹⁵ Idem. p.22.

¹⁶ Não é de se estranhar que o verbo *Colo* do Latim, que significa cultivar e cuidar, tenha servido de matriz à palavra *Cultura*.

“Com Simônides, a memória torna-se uma técnica secularizada, uma faculdade psicológica que cada um exerce mais ou menos segundo regras definidas, regras postas ao alcance de todos.”¹⁷

Enquanto para o pitagórico Paron o tempo é uma potência do esquecimento, à qual somente a memória, como ascese e como exercício espiritual, permite escapar, para Simônides, ao contrário, o tempo é “a coisa mais prudente”, não por ser Chronos todo-poderoso que nunca envelhece, mas porque “é nele que se aprende e se memoriza”. Fazendo da memória uma técnica positiva, considerando o tempo como o marco de uma atitude profana, Simônides corta com toda a tradição religiosa, a tradição dos poetas inspirados, assim como a das seitas e dos meios filosófico-religiosos”.¹⁸

Detienne elabora um relato do fim da conotação religiosa da palavra *Alethéia* e do início de seu significado puramente secular, além de sua transformação em um conceito essencialmente humano e, por conseguinte, particular. O que faz com que ela seja, em momentos posteriores, associada a doxa, ou seja, à *forma de conhecimento que convém ao mundo da mudança, do movimento, ao mundo da ambiguidade e da contingência*. Diz ainda o autor a respeito do novo conceito:

“Saber inexato, mas saber inexato do inexato. (...) Doxa veicula, então, duas idéias solidárias: a de uma escolha, e a de uma escolha que varia em função de uma situação”.¹⁹

Porém, essa transformação do conceito não fez com que seu antigo significado fosse posto a parte. A *Doxa* desponta como o novo significado de Verdade e *Alethéia* resguarda a antiga acepção. Assim, pondo em movimento a idéia salientada

¹⁷ Idem. p.57.

¹⁸ Idem. p.58.

¹⁹ Idem. p.60.

anteriormente de que Detienne associa a mudança das palavras à emergência de novos grupos sociais que ao utilizar estas mesmas palavras, as redimensionam.

Desta forma, *Doxa* associa-se ao sofista, ao homem que vive na polis e necessita da retórica para convencer os outros de seus projetos e ações, ao passo que a antiga *Alethéia* associa-se a um grupo que, neste momento, se posicionou à margem da polis e chora sua perda, a estes podemos denominar magos. Têm-se, portanto, uma relação de oposição entre o “sofista” (político) e o “mago” (religioso). Sobre estas caracterizações dirá Detienne:

“O sofista é, portanto, um tipo de homem muito próximo do “político”, daquele que os gregos chamam o “prudente”: eles têm em comum um mesmo campo de ação e uma mesma forma de inteligência. São homens que se enfrentam diretamente com os assuntos humanos, ou seja, com este domínio onde “nada é estavel”, e onde, para falarmos com Aristóteles, “cabe aos próprios atores dar conta da oportunidade que têm, como é o caso na arte médica e na navegação”. O domínio do político e do sofista constitui, portanto, um plano de pensamento que se situa no pólo oposto àquele que o filósofo reivindica como sendo seu desde Parmênides: o plano da contingência, a esfera do Kairos, este Kairos que não pertence à ordem da episteme, mas a ordem da doxa. É o mundo da ambigüidade” (...) Neste tipo de pensamento, não há nenhuma distância entre as palavras e as coisas.²⁰

Se o sofista, como tipo de homem e como representante de uma forma de pensamento, é o filho da cidade, e se ele visa essencialmente, dentro de um quadro político, agir sobre o outro, já os magos e os iniciados vivem à margem da cidade e aspiram somente a uma transformação totalmente interior”.²¹

O ponto de tensão deste problema está na fusão, por parte de um destes agentes, pelo sofista, entre o significado das palavras que definem as coisas e a essência real destas coisas. Ao passo que, por outro lado, os “magos” organizam sua visão de forma

²⁰ Idem. p.62.

²¹ Idem. p.63.

que as palavras e as coisas estejam prioritariamente dissociadas. Não há relação direta, para esse grupo, entre os símbolos que utilizamos para caracterizar as coisas do mundo real e as coisas em si. Daí que os sofistas se vêem como agentes da transformação do mundo real, ou das coisas, pelo recurso e domínio da palavra e os magos se vêem como peças de uma realidade maior, e sua interferência somente se dá pela aceitação e submissão a este poder superior.

Assim, na polêmica desenraizada por Canfora entre Plutarco e Horácio, poderíamos conceber Plutarco como um personagem que tende a separar as palavras das coisas, se portando como um mago, e Horácio como alguém que tende a associar diretamente a denominação à natureza do objeto denominado, se enquadrando na figura do sofista.

Luciano Canfora se apropria da controvérsia diatríbica entre estes dois antigos para salientar a organicidade da historiografia pragmática que, ao constituir uma narrativa ornada com os elementos fixados pelo historiador e organizada de forma particular, constrói determinada noção de realidade (ou concepção de mundo) e educa o leitor dentro desta proposta específica. O autor mostra-nos como funciona a historiografia através da concepção de realidade daqueles que a produziram, elencando a importância da análise interna para a compreensão da cultura.

François Hartog situa-se no extremo oposto de Canfora pela forma como concebe os princípios que orientam suas escolhas temáticas e, mesmo, elementares. Este historiador nasceu em 1946 na França e formou-se pela École Normale Supérieure. Atualmente é responsável pela cadeira de historiografia antiga e moderna na EHSS – École de Hautes Études en Sciences Sociales. É um dos intelectuais franceses da

atualidade que dá seguimento à proposta lançada pela importante École des Annales iniciada nas décadas de 20-30 do século XX.

O francês interessa-nos, sobretudo pela oposição teórica que faz ao historiador italiano supracitado. Hartog escreveu inúmeras obras que tratam do assunto problematizado neste capítulo, contudo, serviremo-nos do livro *Memória de Ulisses – narrativas sobre a fronteira na grécia antiga* por conter, de maneira sintética, claramente caracterizada, sua proposta interpretativa.

O livro *Memória de Ulisses* foi publicado em 1996 e se caracteriza por ser uma análise vasta das narrativas historiográficas da antiguidade, desde Homero até Apolônio de Tiana. Tem por eixo a hipótese de que o empreendimento narrativo dos antigos se constituiu de forma a classificar e compreender a “alteridade” bárbara, tal como o faz o antropólogo hodierno. Por isso, conceitos como “fronteira”, “viajantes”, “homens-fronteira”, “viagens”, “outro”, “alteridade” e “limites” são tão recorrentes neste trabalho em questão. Hartog transpõe para a realidade do passado um *modus operandi* funcional que tem início somente no século XIX pelo trabalho dos antropólogos europeus colonialistas face às sociedades dominadas.

O que faz Hartog é investir na idéia de que existe uma similitude funcional entre a figura do historiador do passado e a figura do antropólogo contemporâneo. Daí que a *Memória de Ulisses* é um conjunto de narrativas “sobre a fronteira na Grécia antiga”, observando as leituras dos diversos autores antigos como se fossem narrativas que buscassem compreender as sociedades ditas bárbaras, ou aquelas distintas da grega. Diz ele:

“O objetivo, aqui, não é delinear um mapa dessa cultura antiga, extenso e pesado aparelho sinótico desdobrado sob os olhos do leitor, em que as mudanças são marcadas por uma lenta ou, ao contrário, uma brusca contração das curvas de nível, mas se visa tão-somente escolher alguns viajantes e segui-los por um tempo.”²²

Na Grécia, tudo começa com a epopéia, tudo é inaugurado com ela e permanecerá ao longo dos séculos sob o signo de Homero. É aí que devemos buscar, de início, o estabelecimento e a atualização das principais categorias da antropologia grega”.²³

Como ele mesmo salienta, não se tratam de historiadores os agentes analisados, mas sim de “viajantes” que transitam entre mundos discrepantes e que observam essas realidades como se as mesmas fossem o foco de seu olhar.

Assim, o primeiro viajante analisado está contido no relato homérico da Odisséia. Como diria Hartog, Ulisses é o “herói-olho” que observa em suas viagens as estranhezas da “alteridade” figuradas em personagens monstruosas com costumes totalmente impensáveis no mundo grego. Esses monstros são os cíclopes, a entidade Calypso do momento inicial da epopéia, as harpias, as sereias e todos os seres que se apresentam de maneira estranha aos olhos de nossos contemporâneos.

A seguir, Hartog analisa a idéia de bárbaro como um sinônimo para o moderno conceito de “alteridade” dos antropólogos e salienta o distinto lugar que ocupam os egípcios neste rol valorativo em comparação com as demais sociedades distintas da grega. A moderna antropologia é transposta para a produção cultural antiga visando constituir uma visão de que havia, como há hoje, também entre os antigos, uma certa antropologia, ainda que muitíssimo peculiar.

²² HARTOG, François. *Memória de Ulisses – narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 14.

²³ Idem. p.25. (grifo do autor)

O historiador francês transforma o grande poeta Homero e alguns dos historiadores que narraram seu passado em antropólogos viajantes cujo único objetivo era o de observar, através de sua testemunha ocular, a alteridade residente nas outras sociedades não gregas. O próprio Hartog, ao fazer isso, secundariza a importância específica da história e do historiador dando demasiada atenção à institucionalização de determinadas disciplinas. Não pensa os agentes como filósofos, homens carregados de concepções que condicionam seu olhar.

O restante da obra trata de algumas das “viagens” e dos “viajantes” gregos e romanos, costurando a análise em torno do mesmo fio condutor para o qual, até agora, chamamos atenção. Observa-se em historiadores como Anacársis, Políbio, Dionísio de Halicarnasso, Estrabão, Élio de Aristides, Apolônio de Tiana entre outros, o signo e a função do antropólogo que se quer atribuir ao passado.

Outrossim, o antropólogo francês utiliza, ao longo de toda a caracterização de sua narrativa, um conceito que também serve para estruturar sua leitura dos antigos. Trata-se da idéia de “regime de historicidade”. Esta classificação auxilia Hartog na construção de estruturas periódicas ligadas ao tempo que servem para enquadrar os objetos da análise no interior de periodizações que enclausuram o trabalho e a inserção específica do historiador em sua sociedade.

Como se houvesse grilhões de cultura expressos no tempo que pudessem determinar o modo como os homens agem e se portam em sociedade. Como se não fosse a própria escolha dos homens a responsável pela hegemonia de certas tendências.

François Hartog negligencia o funcionamento da história como vista pelos seus produtores, negligencia, ao contrário de Canfora, as obras que explicavam este mesmo

funcionamento com base em explicações teóricas. Cobre com um pano escuro o modo como os próprios antigos se observaram e se entenderam, e deixa de observar a diversidade dos grupos políticos e a relação estreita existente entre especificidade narrativa e posicionamento político.²⁴

Constrói uma máquina que funciona independentemente da ação transformadora dos agentes e de sua liberdade de escolha perante suas ações. Hartog deixa de fora certas funções da historiografia que não se inserem nessa máquina que intenta incessantemente fragmentar os homens em “Eus” e “Outros” e não os vê em relação, como um “Nós”.²⁵

²⁴ A relação existente entre a produção cultural e a parcialidade do produtor foi muitíssimo bem teorizada na obra: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

²⁵ O francês Lucien Goldmann referiu-se a pregnância da filosofia cartesiana na historiografia dos dias atuais, dizendo que: “O problema dos fundamentos *ontológicos e epistemológicos* da história é um aspecto particular do problema ontológico geral das relações do homem com seus semelhantes, problema que certos filósofos contemporâneos, partindo duma posição cartesiana, designaram pelo nome de problema do “Outro”, que seria contudo designado de modo mais preciso como o problema do “Nós”. Este não é alias um simples jogo de palavras, mas um dos pontos de partida mais importante da filosofia moderna. § “*Ego sum, ego existo*”, escrevia Descartes pondo em relevo este *Ego* que permanecerá o fundamento de toda filosofia racionalista ou empirista, através das mônadas de Leibniz, a sensação dos empiristas, o eu de Fichte e até mesmo os atributos radicalmente separados uns dos outros de Espinosa; fundamento presente ainda em nossos dias quando lemos uma gramática ginásiana, como se fosse óbvia, a afirmação: “Eu não tem plural. Nós é eu e tu”. Nessa perspectiva, sendo o *Ego* o primeiro dado fundamental, o ponto de partida, o problema das relações entre os homens, *quando se põe*, torna-se naturalmente o problema do “Outro”. Os “outros” homens são assimilados à realidade física e sensível. Não são mais do que seres que vejo e ouço, como vejo uma pedra que cai e ouço sua queda. Não é de admirar a constatação que, se há com efeito uma história exterior racionalista ou empírica, não há lugar, no quadro dessas duas perspectivas, para uma *filosofia da história*. É porque para elas o passado é *radical* e meramente passado, não possuindo qualquer importância existencial, nem para o presente nem para o futuro. § O pensamento dialético, ao contrário, começa com uma frase talvez extremada mas que é quase um manifesto: a proclamação da mudança radical que acaba de operar-se no pensamento filosófico. Ao *ego* de Montaigne e de Descartes, Pascal responde: “o eu é detestável”; de Hegel a Marx os “outros” homens se tornam, cada vez mais, não seres que vejo e ouço, mas aqueles *com os quais ajo em comum*. Não se situam mais do *lado objeto* mas do *lado sujeito* do conhecimento e da ação. O “Nós” devém assim a realidade fundamental em relação à qual o “eu” é posterior e derivado. Nos nossos dias, um dos maiores poetas revolucionários, B. Brecht, formulou essa posição em termos que, sem querer, retomam a frase de Bruneau, invertendo os acentos. Ao capitalista colonial que lhe pede sacrificar-se por sua empresa, apresentada como obra civilizadora comum, o cule responde: “Nós e Eu e Tu não são a mesma coisa”. O que significa: somente há “Nós” quando há comunidade autêntica. Ora, na empresa dita comum, o operário procura seu salário, o capitalista, seu lucro. A passagem da falsa situação do “Eu e Tu” para o “Nós” autêntico e consciente é a questão dos fundamentos epistemológicos da história”. GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia: o que é a Sociologia?* Rio de Janeiro: Difel, 1979. pp. 20-22.

A história vista como projeção de programas e propostas de poder perde todo seu significado para o pensador francês, o uso da historiografia para manutenção e ampliação de Estados é totalmente posto em segundo plano. A relação direta entre o relato histórico e as guerras, *bellum omnium pater*, são inteiramente esquecidos e sequer aparecem no texto do francês. Em suma, a filosofia da história vista de dentro é negligenciada e distorcida por propostas que somente têm cabimento no mundo contemporâneo.

Entretanto, apesar dos ataques que estamos desferindo contra os princípios analíticos de Hartog não podemos deixar de elogiar sua intensa investigação com base nas fontes antigas. O autor constrói sua leitura a respeito de uma cultura vigorosa, o que faz com que a obra não se invalide face ao seu imenso teor informativo.

Parece-nos que este intelectual não procura entender o passado antigo, antes busca enquadrá-lo em classificações que o transformam em apêndice do esforço francês de transformar a antropologia em uma ciência social autônoma. O que nos remete para a antiga tradição sistêmica francesa que observa os processos históricos classificados em estruturas “tectônicas” que dimensionam e determinam a ação dos homens nos tempos. Além disso, tende sempre a se apropriar de uma idéia de verdade que dissocia radicalmente, tal como entre os positivistas, as “palavras” das “coisas”.

Neste sentido, não se importa com as ações humanas no desenrolar da história, e como os próprios relatos e narrativas históricas contribuem para alterar este processo.

Dito isto, fica clara a diferença essencial entre os dois historiadores escolhidos para caracterizar nosso posicionamento com relação ao estudo que será empreendido neste trabalho. Luciano Canfora, preocupa-se em observar as produções antigas sem aprisioná-las dentro de classificações ou mesmo princípios que as engessem, fazendo um

esforço para observar as ações dos homens do passado através de seus próprios olhos. O que, mesmo que a realização deste esforço seja improvável, constitui uma noção de história habitada por agentes responsáveis pela direção que tomam os fluxos da sociedade em que vivem. É uma história viva pela participação visível de seus protagonistas.

O historiador aqui serve-se como elemento-guia de seus estudos, não as propostas contemporâneas, mas sim as emitidas na época em foco. Aqui, os guias do historiador são os homens do passado.

Por outro lado, François Hartog preocupa-se em observar a produção cultural da antiguidade estabelecida sobre a idéia de que os antigos, assim como os modernos possam ter se metido a fazer um trabalho parecido com o que faz o moderno antropólogo. Portanto, ao fazer isto, negligencia as preocupações, as vontades, os interesses, os projetos e os programas dos homens de outrora, observando-os sob a égide de seu próprio interesse e de seu próprio programa. Não culpamos, entretanto, Hartog por assim o fazer, pois que vemos, como Canfora, que todo pensamento é parcial e situado de algum ponto de partida ou concepção de realidade. Contudo, a não observância dos programas dos protagonistas estudados e o tratamento do que foi com base numa visão acrítica, desautoriza toda a importância deste pensador como filósofo. Ele não se porta como um crítico da história, mas antes somente como um historiador de uma nova história.

Desta maneira, se ludicamente nos servissemos da polarização construída por Canfora, diríamos que ele próprio seria um representante da proposta de Tucídides e o outro, Hartog, um representante da proposta de Heródoto.²⁶

²⁶ Não é de espantar que Luciano Canfora tenha gasto tanto tempo trabalhando com o próprio Tucídides e que, um dos trabalhos mais importantes de Hartog diga respeito a Heródoto.

Dito isto, fica evidente o caráter crítico de uma historiografia que se preocupa em observar internamente os acontecimentos, os diversos interesses e vontades que se desdobram em determinadas concepções de realidade e o arranjo destas concepções em torno de grupos políticos. Daí que a utilidade da história é o ponto mais importante deste modelo.

Assim, com base nas discussões travadas, iremos privilegiar nos estudos que se seguem a história como veículo de vontades que lutam para se tornarem objetivamente preponderantes, sendo, todo historiador, homem inserido nos problemas de sua sociedade. Isto resulta em que toda escrita dos homens sobre os homens seja calcada em pressupostos filosóficos que dão corpo e organicidade à sua escrita, mesmo esta do escritor que daqui vos escreve.

Estudaremos, antes de mais nada, os homens que escreveram as histórias. Nos preocuparemos com a compreensão de quem foi D. Francisco Manuel de Melo e porque ele se associou ao modelo filosófico da Escola de Tácito. Faremos isso, estudando e compreendendo cada um dos constituintes desta escola.

Justo Lúpsio, D. Francisco de Quevedo, Trajano Boccalini e, sobretudo, D. Francisco Manuel de Melo são os protagonistas desta história. A historiografia desdobra-se da parcialidade e da utilidade que esses agentes imputaram à arte da história.

CAPÍTULO SEGUNDO:

Como os intelectuais do Barroco entenderam a escrita da história

Luciano/Mascardi/Melo.

Iremos agora, como Canfora, observar o debate sobre historiografia travado fora dela. Preocuparemos-nos com o modo como os homens do século XVII entenderam o caráter da historiografia.

A história produzida no século XVII de maneira geral e na Península Ibérica em particular não pode ser analisada de forma exógena e sem as suas referências básicas. É preciso observar não somente a especificidade da produção literária, mas, sobretudo a importância destas literaturas em responder aos problemas de conjuntura, políticos e filosóficos, da época e do lugar em que foram escritas. Além disso, é importante levar em conta as diversas teorias que analisaram o caráter da produção historiográfica.

Acreditamos não ser possível para a compreensão da produção histórica do século XVII, a análise da historiografia baseada em pressupostos metodológicos e filosóficos fundamentados em problemas e questões posteriores. Desta maneira, para a análise das obras feitas pelos historiadores da “Escola de Tácito” e por D. Francisco Manuel de Melo, nos serviremos, de antemão, de discussões travadas fora do âmbito da escrita da história a respeito do caráter da mesma e do historiador. Observando a relação destas teorias com a formulação e a natureza destas produções.

Posteriormente observaremos a relação direta entre a concepção de um relato historiográfico e a concepção política do historiador que escreveu tal relato, colocando

em direta relação os pressupostos filosóficos do historiador e o molde final da história produzida. Observaremos como a política, ou determinada concepção política, atuou como uma *fôrma de bolo* para o intelectual moldar seu produto para que tivesse determinada forma e sabor.²⁷

Além disso, formularemos uma idéia objetiva a respeito do tipo de história produzida no século XVII pela “Escola de Tácito” tendo por base a análise da discussão teórica feita no primeiro momento. Esta empreitada nos ajudará a observar a importância deste tipo de história no seio das diversas comunidades intelectuais européias, seu funcionamento específico, e sua serventia para aqueles que a produziram.

Analisaremos três obras teóricas em voga no século XVII que dão cabo do problema desta historiografia. Uma destas obras foi produzida na antiguidade, é o tratado “*como se deve escrever a história*” de Luciano de Samósata (125-181 d.C.). O recurso a tal texto diz respeito à sua forte difusão nas diversas comunidades intelectuais ao redor de toda a Europa humanista e sua importância para o autor analisado neste trabalho.²⁸

Outrossim, discutiremos a formulação teórica presente no livro “*Dell’arte storica*” do intelectual italiano Agostino Mascardi, bastante influente no meio papal romano do período barroco. Este autor em questão será levado em conta por sua teorização bastante concisa e, também, por sua difusão nos diversos meios intelectuais

²⁷ Observaremos a forma, a retórica, sempre como uma manifestação da matéria, das concepções de mundo, de realidade e de sociedade apropriadas pelos sábios em litígio.

²⁸ O modo como Luciano escreveu suas obras nos remete aos apólogos e ao modo como D. Francisco escreveu esta obra crítico-satírica. Serve-se de personagens de sua época, assim como Luciano, para montar diálogos que se prestam a atacar ou elogiar outros personagens de sua época bem como as diversas tendências culturais. Somente na formação dos personagens recorreu a Ovídio, pois os seus assim como os daquele, são pintados em forma de livros vivos, fazendo recurso à metáfora para causar maior impacto com suas críticas.

europeus. D. Francisco fez citação deste autor numa de suas obras, atribuindo ao mesmo importante destaque na discussão em questão. Diz ele criticando Tito Lívio:

***Quevedo.** Maiores oposições se fizeram à sublimidade de sua História, condenada de seca e infrutuosa.*

***Bocalino.** Os preceitos dela tocam a meu paisano autor, Agostino Mascardi, em sua Arte Histórica, livro de grande e bem logrado estudo.*²⁹

O terceiro livro a ser analisado como propositor de uma discussão sobre a história, e constituído fora do âmbito da história, é o *Hospital das Letras* de D. Francisco Manuel de Melo, que se encontra dentro do já citado *Apólogos Dialogais*. Este livro é um ensaio satírico-crítico que discute temas de diversas naturezas e dá importante destaque à discussão da teoria histórica, formulando certas idéias básicas que serão usadas nesta análise.

Este livro se porta como um mapa do tesouro no que diz respeito à análise do pensamento do intelectual português por apresentar suas idéias organizadas claramente nas palavras dos diversos personagens. Apresentando sem floreios sua opinião a respeito das idéias que nos propusemos trabalhar.

O livro “*Como se deve escrever a história*” de Luciano de Samósata é uma conversa-monólogo entre Luciano e seu amigo Filão. É um dialogo monológico, onde um personagem fala e o outro apenas ouve.

²⁹ MELO, D. Francisco Manuel de. *Apólogos Dialogais*. Lisboa: Sá da Costa, 1959, p. 246.

O autor começa seu texto narrando a história de uma epidemia que teve lugar em Abdera em seguimento a uma apresentação da peça *Andromeda* de Eurípides pelo comediante Aquelaus, deixando neuróticos todos os espectadores. A neurose suscitou nos habitantes de Abdera forte febre e delírios constantes que Luciano compara a atuais movimentos a respeito da derrota da Arménia e da Guerra contra os bárbaros.

Estes movimentos são as excessivas produções historiográficas escritas para retratar e discutir as recentes batalhas. Aqui a guerra aparece como o motor principal da escrita da história, donde o autor se servindo de frase antiga diz: “*la guerre est mere de toutes choses*”, *puisque d’un seul coup elle a produit tant d’historiens!*³⁰ Assim, porque muitos escrevem a respeito deste tema, Luciano se propôs a levar a cabo um empreendimento semelhante, partindo de um lugar diferente daquele dos historiadores que escreveram a respeito das guerras contra os bárbaros. Ele, Luciano, escreveu sobre o empreendimento destes homens ao redigir as suas histórias, analisou teoricamente o ofício do historiador.³¹

Para o sábio o único objeto da história é a “utilidade”. Coloca que é somente da “verdade” que subjaz a “utilidade”, e que a história não necessita de ornamentos, precisa ser clara. Essa utilidade está diretamente ligada a uma idéia de uso moral da história. A história para Luciano seria um instrumento de compreensão das ações dos homens no passado pelos homens do presente, um meio de agir corretamente no presente através do exemplo de outrora.

³⁰ Lucien de Samosate. *Comment il faut écrire l’histoire*. In: “Oeuvres Complètes de Lucien de Samosate”. Traduction de Eugène Talbot. Tome premier. Paris: Hachette, 1912, p. 354.

³¹ Luciano, a respeito de seu empreendimento, se comparou ao filósofo cínico Diógenes, quem no momento de um cerco à cidade de Corinto, vendo todos trabalharem para a defesa do lugar, para não ficar de fora, se pôs a empurrar o barril onde dormia ao redor da cidade. Ao que disse Luciano: *de même, mon cher Philon, pour ne pas rester seul muet en un temps où tout le monde parle, et ne pas ressembler à un figurant de comédie, qui ne dit rien de la bouche*

Esta concepção de história pressupõe a idéia de Imitação. Contudo, não se trata de uma simples imitação, é antes a imitação moral, a imitação do reto agir, da boa ação. A história neste pensamento se configurou como uma maneira de ensinar aos homens a melhor forma de se inserirem na Pólis ou na política de maneira geral.

É por isso que a idéia de verdade para Luciano lhe é tão cara. Porque é o locus onde agem os homens. A verdade é o modo como os homens lutaram nas guerras, – não nos esqueçamos que a guerra é, para este autor, o objeto privilegiado da história – os exemplos que os homens do futuro podem depreender destas vivências. A Verdade é aquilo que vivencia o historiador e serve de matéria para seu relato. É pelo historiador que se aprende a melhor maneira de se comportar, de lutar e de se salvar dos infortúnios na guerra. Daí que a verdade aqui é quase um sinônimo de contingente.

A regra de Luciano se coloca no outro extremo da adulação. A história é contrária a todo tipo de lisonja. O enaltecimento feito pelo historiador deve estar confinado às possibilidades oferecidas pelo que “realmente aconteceu”, sem mentiras nem invenções. Isso para que a utilidade da história não se deponha, não se perca.

Por isso, o historiador para Luciano deve ser alguém que viu de perto os acontecimentos, alguém que observou a “verdade” com os próprios olhos, alguém que seria sábio o bastante para legar aos vindouros sábios conselhos. O historiador é aqui um partícipe da história, ele deve ser uma testemunha do que conta, para que sua narrativa seja mais verossímil e, portanto, mais útil. Diz ele que *Un bon historien doit reunir en soi deux qualités essentielles, une grande intelligence des affaires, une netteté parfaite d’expression*.³²

³² Idem, p.370.

Além disso, salienta, com claras palavras, como deve ser um historiador e o que deve possuir para elaborar uma boa história. Ilustra claramente seu modelo de sábio e com ele seu tema privilegiado. Diz:

*Qu'on me donne donc un élève tel que je le demande, prompt à concevoir et habile à s'exprimer, d'une vue pénétrante, capable de diriger les affaires, si on les lui confie, ayant l'esprit militaire, mais avec la science civile, et sachant par expérience ce que c'est que conduire une armée; je veux, par Jupiter! Qu'il ait été dans les camps, qu'il ait vu les évolutions et les mouvements des troupes, qu'il connaisse les armes et les machines de guerre, ce que c'est qu'une aile, un front, des bataillons, des escadrons, comment ils se forment, ce qu'on entend par charge, par volte; en un mot, je ne veux pas d'un homme qui ne soit jamais sorti de chez lui et qui s'en rapporte au témoignage des autres.*³³

Somente o sábio pode ensinar aos homens futuros para que estes também, por sua vez, se tornem também sábios. Política, guerra, moral e exemplo são os têmperos da história proposta por Luciano. História pragmática porque serve aos homens do futuro; serve para aprender através dos exemplos do historiador com os homens do passado. Por isso é tão radical com relação à imparcialidade do historiador, pois que este é, para o sábio, o empreendedor de uma obra sempiterna. Assim, de alguma forma, a imparcialidade aparece somente devido à vontade do teórico de resguardar a utilidade da história.

O historiador deve se fazer sábio, deve ter participado da batalha que relata, para legar aos homens do futuro um testemunho firme de um conhecimento útil, que permitirá àqueles que o lêem se tornarem mais prudentes.

³³ Idem, p.371.

A história serve para aprendermos com os antigos feitos, ela é exemplar para os combatentes e para os generais na guerra. Mas qual é sua serventia para a compreensão das sociedades e das culturas? Luciano de Samósata está preocupado somente com os combatentes e chefes militares. Esta proposta narrativa não se preocupa com os senadores, com os políticos ou com os sábios, é uma proposta limitada, mas que, contudo nos serve como matriz modelar para a formulação da filosofia da história do século XVII.

De fato, para Luciano de Samósata, a verdadeira “mestra da vida” não é a história, mas sim o historiador.

Contudo, o que é mais interessante e revelador a respeito deste opúsculo teórico é o fato deste pensador colocar a história a serviço da exemplaridade. A história serve ao aprendizado e à repetição, o que nos remete ao uso da mesma como instrumento de manutenção, ou proposição, de relações sociais determinadas. Diz:

*Il (Tucidides) conclut que l'utilité doit être le but que se propose tout homme sensé en écrivant l'histoire, afin que si, par la suite, il arrive des événements semblables, on voie, en jetant les yeux sur ce qui a été écrit, ce qu'il est utile de faire.*³⁴

Ainda que Luciano não deixe claro para nós, sua história serve aos homens do futuro, mas serve também aos do presente, pois que estes buscam sempre fazer valer suas propostas, projetos e concepções. A história é manifestação dos desígnios e interesses dos homens de cada época.

Assim, quando organiza os elementos que possui para escrever sua história de maneira concisa, deixa para a posteridade um legado ímpar, difícil a ser posto abaixo por

³⁴ Idem. p. 374.

outro historiador que não tenha o domínio de boa organização teórica. O historiador proposto não altera a realidade, mas a molda, pondo em relêvo alguns elementos em detrimento dos demais, fazendo com que subsista a lembrança somente de alguns feitos. É o historiador-sábio, homem cuja retidão moral e experiência o capacitam a ensinar aos futuros.

Luciano não propõe a lembrança dos feitos do dia-a-dia, dos homens “vulgares”, ele, antes de mais nada, privilegia a guerra, os exércitos e sobretudo aqueles que os chefiavam, os generais. O privilégio do tema da guerra na historiografia antiga proporciona ao intérprete a capacidade de sempre observar a contingência do mundo, a existência de parcialidades, o que privilegia a primazia da política na leitura das sociedades do passado. Por isso diz que o historiador deve:

*ressembler au Jupiter homérique, qui tantôt jette les yeux sur les pays des Thraces aux rapides coursiers, tantôt sur celui des Mysiens. (...) Il ne doit pas, dans une armée rangée en bataille, fixer ses regards sur une seule partie, sur un seul cavalier, sur un seul fantassin, à moins que ce ne soit un Brasidas qui s'élance sur le rivage, un Démosthène qui repousse une descente des ennemis: en effet, il doit voir, avant tout, les généraux.*³⁵

Entretanto, estes feitos devem ser os existentes. Não podem ser inventados a partir do nada. É por isso que o historiador necessita ter estado no interior da batalha que relata, é preciso que tenha visto e vivido de perto os eventos que conta e que os organize da melhor maneira possível. Assim, diz que:

Il faut croire qu'un historien ressemble à Phidias, à Praxitèle, à Alcamène, ou à quelque autre de ces artistes. Aucun d'eux n'a fabriqué

³⁵ Idem, p.375.

*l'or, l'argent, l'ivoire ou les autres matières dont ils se sont servis; ils les avaient sous la main; elles leur venaient d'Élée, d'Athènes ou d'Argos; ils ne leur ont donné que la forme: ils ont scié l'ivoire, l'ont poli, collé, ajusté et rehaussé d'or. Ce fut un effet de leur art de disposer la matière comme il convenait; c'est aussi le travail de l'historien de donner aux faits une belle ordonnance, et de les produire sous leur jour le plus brillant. Alors, quand celui qui les entend s' imagine les avoir vus, et fait ensuite l'éloge de l'ouvrage, on ne peut dire qu'il est de main de maitre, et qu'il mérite la louange accordée au Phidias de l'histoire.*³⁶

Contudo, a relação historiador-artista nos remete à possibilidade criativa do observador experiente dos eventos. O historiador é artista na medida em que interpreta os acontecimentos da maneira que lhe cabe, fazendo recurso à criatividade. Daí que, podemos dizer que neste modelo existe enorme espaço para o historiador e o político se apresentarem como uma única pessoa, pois que são suas as escolhas filosóficas que dimensionam seu trato historiográfico.

A teoria da história proposta por Luciano de Samósata põe em relevo algumas questões que são basilares para o pensamento e a proposta de D. Francisco Manuel de Melo. Primeiro, a idéia de que a história serve para o aprendizado dos homens num tempo posterior, ainda que a concepção de “Verdade” de D. Francisco esteja impregnada com outro tipo de recheio que veremos posteriormente. Em seguida, o modelo de narrativa onde é preciso que o narrador tenha visto de perto os eventos que relata, tenha sido a testemunha ocular dos eventos descritos.

Entretanto, para o Sírrio, a imparcialidade é ponto determinante na concepção do historiador, ainda que no ato de organizar o relato toda esta idéia se ache diluída. Ao contrário, D. Francisco observa com estranheza a idéia de imparcialidade. Por último, a idéia de que os eventos não podem ser criados, mas podem ser organizados a bel prazer

³⁶ Idem, p.376.

do historiador é um grande fundamento da teoria levada a cabo no século XVII pela “Escola de Tácito” e por D. Francisco Manuel de Melo.

Agostino Mascardi (1590-1640), importante ex-jesuíta expulso da Ordem, permaneceu a serviço do Papa e redigiu uma obra de destaque acerca da arte histórica. Este livro interessa-nos porque se configurou como um tratado teórico nos moldes do *Como se deve escrever a história* de Luciano de Samósata adaptado aos usos e problemas do mundo do barroco.

Todos os pontos suscitados pelo helenista de origem síria são retomados pelo autor e desenvolvidos a luz dos problemas da época. O autor recorre a uma grande quantidade de questões suscitadas por outros autores antigos que trataram da história e da retórica como Cícero, Quintiliano, Políbio e Dioniso de Halicarnasso, dando mais carne à substância discutida e temperando-a de maneira mais complexa e rebuscada.

Quando tratou do objeto da história disse que a finalidade da história é *narrar a história dos acidentes humanos muito memoráveis*.³⁷ Afirmou que a “Guerra” era o cerne da produção historiográfica e o assunto mais relevante. A Guerra não produzia somente morte e caos, mas, sobretudo, dava mais ao falar dos historiadores, ela era o pai de todos.³⁸ O historiador nesta proposta tinha nas batalhas o tema principal de seu trabalho; por isso, estar envolvido nestes eventos era condição necessária para escrever uma boa história. Nesta concepção, assim como na de Luciano, era importante, e às vezes primordial, que o historiador se comportasse como testemunha ocular da história que relatava.

³⁷ MASCARDI, Agostino. *Dell'arte istorica*. Modena: Mucchi, 1994.

³⁸ Da mesma maneira que Luciano dirá: *Bellum omnium pater*.

Contudo, o papel do historiador proposto por Mascardi sofreu ampliações significativas com relação ao de Luciano. O historiador neste momento não era somente o capitão ou o general, eram também os “príncipes, capitães e outros homens de Estado, como os validos e os conselheiros de príncipes”. Isto posto, reconfigura-se totalmente o modo como Mascardi pensou o artífice da história e observou seu papel na sociedade, o que ampliou de maneira substancial o campo de atuação do historiador. O ofício do historiador não se reduziu ao grupo dos militares, outros protagonistas agora o empreendiam.

A sabedoria sofrera enorme ampliação, a guerra deixava de ser o foco central do sábio dando lugar mais destacado para a Política. O tema-eixo para Agostino Mascardi, ainda que saliente a importância da guerra, é notavelmente ampliado. Isto porque ampliou o modo como estabeleceu o caráter ou modelo de homem a ocupar a função do historiador, ampliando também os temas tratados nas narrativas. Agora não é somente a guerra que é relatada, é tudo aquilo que experimentam os “príncipes”, obviamente os “capitães”, e os “outros homens de Estado, como os validos e conselheiros de príncipes”.

Parece-nos assim que, a historiografia se adequou aos homens que dela se serviram para que estes pudessem enaltecer sua identidade na sociedade onde estavam inseridos.

Assim, neste momento, é matéria da história, além das guerras, as genealogias, as negociações de tratados, os levantes populares³⁹, os eventos que servem de exemplo ao homem da política e todas aquelas coisas que se inserem no âmbito da “Razão de

³⁹ No século XVII, entre nobres e fidalgos, os levantes populares foram vistos como *alterações* dos humores. Como se as revoltas do “povo miúdo” fossem uma doença ou um desvio da saúde no “corpo” do Estado. Por isso o tema dos levantes concerne diretamente os Estados, porque estes podem representar o mal uso do Estado pela ação de maus ministros ou o advento do tirano no poder.

Estado”. Por isso não é curioso que esta caracterização do historiador seja discutida no terceiro tratado do *Dell’arte historica*, que se intitula “Da política histórica”, pois a Política neste pensamento constitui o esqueleto da narrativa historiográfica. A política é a razão pela qual pensa, escreve e produz o historiador barroco, que é, antes de mais nada, um homem do poder.

É neste aspecto que a teoria da história de Mascardi é devedora da teoria da história de Luciano de Samósata. Porque Luciano classificou como objetivo da história o “útil”, instituindo uma função pragmática à história, devedora da filosofia moral. A história de Luciano tem a função de educar os homens do futuro, tendo na aceitação futura o critério da boa história. A história proposta por Agostino Mascardi, além de se redimensionar pelo choque da cultura antiga com os problemas específicos do mundo em que viveu, recebeu um condicionamento pelo recurso a outras matrizes clássicas tais como Cícero, Quintiliano, Horácio etc.

A filosofia moral é o instrumento do político para intervir na dinâmica social, e é na máxima de Dionísio de Halicarnasso que se acha a chave para a compreensão do funcionamento da história. Para Mascardi, *a história é uma filosofia composta de exemplos*.

Dito isto, observamos que aqui a história é o meio pelo qual o político faz valer suas propostas, convence seus interlocutores e constrói interpretações mais sólidas a respeito dos problemas que se relacionam diretamente com sua ação. O historiador é aqui contemplado como o grande intelectual que intervêm nos assuntos políticos, pela Ética e pela Moral.⁴⁰

⁴⁰ Seria interessante fazer referência ao quadro de Rafael Sanzio, *A escola de Atenas* pintado numa das paredes do Vaticano, para daí destacarmos dois tipos intelectuais e classificarmos nosso intelectual-

Na filosofia de Mascardi destaca-se, contudo, um elemento de sobeja importância para a compreensão da especificidade historiográfica senão do barroco, pelo menos do grupo contido na dita *Escola de Tácito*. O elemento implicado é o conceito de “verdade”, que se apresenta completamente renovado nas formulações de ex-jesuita.

A “verdade” em Luciano de Samósata era tida como os acontecimentos ou eventos passíveis de serem relatados pelo historiador e organizados de maneira a servirem de referencial aos homens posteriores. O historiador nesta concepção se colocou como aquele que legou aos vindouros o relato do evento “tal como aconteceu”.

Mascardi, ao contrário, vê este conceito de forma bastante singular, sendo sua visão bastante reveladora. Diz ele que a “verdade” é consequência da “fé pública”, da aceitação das narrativas dos eventos pelos espectadores destas propostas.

Esta concepção de verdade não leva somente em conta o vivido pelos homens, mas também, e, sobretudo, o homem que escreve o relato e o leitor ou espectador que lê ou ouve aquelas propostas. Nestes sentido, Mascardi adicionou um elemento determinante na receita que preparou para o novo modelo de historiador.

Neste tocante, a ampliação do papel do historiador se mostrou fundamental, pois, não era mais somente o general ou o capitão os responsáveis pela narrativa histórica, eram, principalmente, o “príncipe” e os “outros homens de Estado” os responsáveis por

político-historiador. No centro do afresco, se acham representados Platão e Aristóteles, o primeiro aponta para o céu e tem em sua mão o *Timeo*, ao passo que o segundo, com as mãos abertas voltadas para baixo, indica o mundo imanente e tem em mãos seu livro *Ética à Nicômaco*. Platão aqui representa a preocupação do filósofo, ou o filósofo preocupado, com as coisas da Natureza: o cosmos, os planetas, as estrelas e também, o transcendente. (o *Timeo* é o livro onde Platão descreveu a natureza e, sobretudo sua cosmologia, apresentando o funcionamento dos céus e a harmonia do mundo.) Aristóteles, ao contrário, se coloca como aquele que vela pela sociedade e os homens, dando sua interpretação a respeito das relações entre os homens. O primeiro representa um intelectual preocupado com concepções de natureza que se preocupa menos com a intervenção no mundo dos homens. Ao passo que o segundo representa o intelectual interventor, aquele que age diretamente através da filosofia moral. Luciano, Mascardi e, como veremos depois, também D. Francisco Manuel de Melo, se inserem neste segundo modelo de intelectual.

esta escrita. Por isso a “fé pública” aparece para redefinir o conceito de verdade, pois o consenso se mostrou como a necessidade primordial ao exercício do poder e à vida em sociedade, ou pelo menos no que diz respeito à “este” exercício do poder e à “esta” vida em sociedade.

Mascardi versa no papel, ao descrever sua teoria da história, toda uma concepção de verdade fundamentada na doutrina do livre arbítrio tão cara à Companhia de Jesus. É a vontade dos homens, que compõem a “República”, que define os problemas e as soluções ético-morais a serem adotadas. Assim, não há “verdade” pré-estabelecida que não se faça pelo consenso geral.⁴¹

Ou ainda, ele se filia a uma concepção de realidade bastante cara ao supracitado modelo de sofista ou político. Isto pode parecer ter uma semelhança com a moral maquiavélica dos “fins justificam os meios”, mas mais do que isso, o que salta aos olhos,

⁴¹ Este conceito é usado em seu antigo significado, exprimindo todos os homens compreendidos no território de determinado Estado. “REPÚBLICA: Estado governado por magistrados, eleytos, & confirmados pelo povo: ou mais amplamente Estado governado por muitos. Dizia hum antigo, que as Respublicas, por serem corpos governados por muitas cabeças, estão sujeitas a muitas enfermidades: nunca teve Roma maior luzimento, do que quando era Republica. Tão grande foi nos antigos o receio da tyrania, que sempre procuraram fazer do seu Estado Republica. Hoje rara é a Republica verdadeira, com governo totalmente popular. Venezianos e Genovezes, chamam aos seus Estados *Respublicas*, sendo o governo delles propriamente Oligarchico, *id est*, governo de poucos. Em Itália, além da Republica de Veneza, & Genova, há a Republica de Luca, & de San Marino, a Republica de Ragusa he em Dalmácia. Os treze cantões dos suíços são Republica. Também temos na Europa as Respublicas de Geneva, & Holanda. Na África há uma Republica chamada *bravo*, ou *barrabos*, nas terras de Azania, perto do rio Quilmanco. Republica algumas vezes se toma geralmente por qualquer gênero de Estado, como quando diz: O desprezo das leis he a ruína da Republica. Dizem que estando comendo com el-rey Ptolomeo sete embaixadores de sete reinos de Antiochia, se movera pratica sobre que Republica era melhor governada, & mandados por el-rey que cada um dissesse três condições da sua Republica, & do seu governo. Disse o primeiro: Na Republica dos romanos, são os templos venerados, os governadores obedecidos, os maus castigados. O segundo: Na Republica de Carthago, os nobres não deixam de pelejar, os plebeos não cessam de trabalhar, & os filósofos de ensinar. O terceiro disse: Na Republica dos Siculos, faz-se justiça, trata-se verdade, prezão-se de igualdade. O quarto disse: Na Republica dos Rhodos, são os velhos mui honestos, os moços mui vergonhosos, as mulheres mui caladas. O quinto: Na Republica de Athenas, não consentem os ricos serem parciais, nem os plebeus serem ociosos, nem os que governam néscios. O sexto disse: Na Republica de Lacedemônia não reina inveja, porque são todos iguais, nem avareza, porque he tudo comum, nem ociosidade, porque todos trabalham. O sétimo disse: Na Republica dos Sicyonios, não admitem peregrinos, que inventem coisas novas, nem médicos, que matem os sãos, nem oradores, que defendam causas. Não se soube dar sentença, qual era melhor, sendo todas tão boas. A mim me parece, que para huma Republica ser perfeita, havia de ser composta destas sete.” BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário portuguez e latino*. Coimbra: Colégio das Artes, 1712-1721, Volume 7, p. 268.

é que os fins são, em última instância, inconstantes e referentes à determinadas concepções de realidade. O real, ou o consenso a respeito do real, estaria condicionado pelo convencimento de determinado real levado a cabo pelo político. A Verdade seria aqui doxa, ou saber inexato do inexato.

Este conceito deu grande maleabilidade ao historiador na escrita de sua história, pois, lhe permitiu organizá-la de maneira a convencer seus circunstantes a respeito de projetos e programas de Estado sustentados pelo historiador. Assim, ao menos entre aqueles que se filiaram a esta proposta filosófica no período barroco, a história estava vinculada a propostas de governo ou de Estado previamente assimiladas pelo historiador.

A história no período da “dissimulação honesta” se apresentou como arma em posse daqueles que se ligavam aos assuntos de Estado para fazerem valer suas metas e objetivos. Isto se dava simplesmente no recorte feito pelo historiador e no modo como privilegiava determinados elementos em detrimento dos demais.

A história de Mascardi se preocupou com os agentes do passado e atribuiu ao historiador a condição de partícipe e construtor de realidades. O historiador nesta concepção compreende, mas também intervêm e, sobretudo, se vê como um interventor, o que faz com que a história se organize como uma ferramenta aos grupos humanos. Uma ferramenta de publicidade, que apresenta propostas argumentadas com exemplos vivos para fazer com que os homens sejam convencidos deste ou daquele modelo. A historiografia proposta na teoria mascardiana serve para compreender, bem como para convencer, ela faz parte do jogo de luz e sombras do período barroco.

Agora convém tratar-mos da proposta do fidalgo português Melo, *sol do céu* de nossos estudos, para fecharmos a discussão sobre a historiografia, com ênfase no tacitismo, do período barroco na Europa e em Portugal.

D. Francisco Manuel de Melo, assim como os dois autores analisados, produziu uma narrativa teórica que examinou a historiografia de fora dela. Ele investigou, no opúsculo o *Hospital das Letras*, a operação historiográfica não enquanto um historiador, mas enquanto um filósofo ou teórico da história. É por isso que esse texto compõe harmonicamente a discussão com os outros dois textos. Luciano de Samósata, Agostino Mascardi e D. Francisco Manuel de Melo discutiram a respeito do saber histórico pensando-o fora dele mesmo.

O dito opúsculo *Hospital das letras* está contido na importante obra *Apólogos Dialogais* escrita entre 1655 e 1658, período em que o autor se achou degredado na Bahia. Ao contrário das duas obras analisadas, que se constituem em um molde narrativo tratadístico, esta obra é constituída com base em um modelo dialógico, onde vários objetos vivos debatem entre si a respeito das mais variadas questões.⁴²

O *Hospital das Letras* é um intrigante ensaio satirico de crítica literária onde quatro livros vivos adentram numa biblioteca como médicos em um hospital, para aliviar os autores ilustres das calúnias cometidas contra eles por parte de seus comentaristas. O diálogo é composto por quatro personagens-códice⁴³; o livro do autor em questão, os

⁴² As figuras em forma de objetos vivos e falantes se inserem no modo como os homens do século XVII intercalaram livremente a narrativa com o recurso à metáfora e à alegoria, mesclando simbolismo tanto no conteúdo das falas dos personagens quanto na constituição dos elementos que compõem a obra.

⁴³ Livros vivos que dialogam entre si como seres humanos.

Apólogos Dialogais, os *Ragaglios de Parnasso* de Trajano Bocalino, os *Sueños* de Francisco de Quevedo y Villegas e as *Políticas* de Justo Lúpsio.⁴⁴

Quatro livros discutem a respeito de obras poéticas, teatrais, historiográficas, políticas e etc., definindo interpretações e formas de tratamento para as diversas composições literárias. Os livros propõem “mézinhas”, ou remédios, para as calúnias cometidas pelos comentaristas dos grandes autores.

O debate teórico acerca da historiografia apresenta-se marcado pelas opiniões dos quatro debatedores que lhe imprimem uma caracterização bastante singular. É o personagem-livro *Políticas*, escrito por Justo Lúpsio, quem começa a discussão sobre o tema. O autor duplamente autoriza e valoriza a opinião do sábio holandês como personagem que discute este tema; e o tema por ter sido discutido por tão importante figura do período⁴⁵.

É aqui que vemos a interseção do valor dado por D. Francisco à Justo Lúpsio e o uso da importância das palavras do antigo mestre como artifício para valorizar a história em seu pensamento ou mundividência.

Inicia-se a discussão com a classificação de dois tipos distintos de escrita da história. Dirá o livro do sábio holandês a respeito da história:

⁴⁴ É curioso notar que todos os personagens deste diálogo são grandes teóricos da política estoica do barroco ibérico. Todos eles residiam, ou haviam residido, sob o domínio da coroa castelhana. Portugal, representado por D. Francisco, esteve sob o domínio de Castela de 1580 à 1640. Nápoles, representado pelo Napolitano Trajano Bocalini, fora domínio de Aragão de 1443 à 1715, exceto no período de 1647-1648 em que, através de intensos levantes, os napolitanos se libertaram do jugo de Castela e constituíram uma breve república. Os Países Baixos do Sul (Bélgica), representados pela figura de Justo Lúpsio ou Joost Lips, foi dominado pelos espanhóis desde 1549 e, somente obteve sua liberdade em 1713. Por fim, a figura de Francisco de Quevedo y Villegas representa a própria Castela com seus domínios supracitados, mas também representa Nápoles governada pelo vice-rei Pedro Téllez de Giron. É possível que estes interlocutores representassem agentes que tinham por objetivo uma alternativa política distinta daquela exercida por Filipe IV.

⁴⁵ Justo Lúpsio era, além de importante tradutor das obras de Tácito e de Sêneca, catedrático da Universidade de Louvain, onde se ocupava da cadeira de Belas Letras, que concernia o estudo da história, da retórica e da filosofia.

“Em uma de duas maneiras se deve escrever a História. A primeira quisessem os antigos fosse austera e incorrupta, sem que o historiador pusesse de sua casa mais que o estilo, do qual modo de historiar foi grande observante Tito Livio, que aqui vedes, e entre os gregos o famoso Tucídides, principal texto desta faculdade; a segunda não só consente, mas requer no historiador que entreponha seu juízo, quando refere as acções, e sobre elas levante discursos, como não sejam alheios ou prolixos. Destes foi ilustre sequaz o Tácito, tomando-o já de Xenofonte e outros primeiros historiadores e políticos. A classe dos romanos se dividiu em parciais sentimentos, julgando uns que a História se havia de escrever pura, outros ornada, assim depois os vulgares italianos, belgas, espanhóis e franceses. Agora, se me perguntares meu parecer nesta confusão de opiniões, dir-vos-ei que os analistas, crónicos, sumaristas, epitomistas e epilogistas, como todos aqueles que escrevem e regulam sucessos humanos segundo a ordem dos tempos, não tem outra autoridade e jurisdição, mais que para referi-los ordenados, ajustando-se a verdade das cousas e cômputo dos dias; mas aqueles historiográficos que se empregam na escritura de uma só acção, como se disséssemos a vida de um príncipe, o sucesso de uma Guerra, a relação dos movimentos e transferências de uma república, a estes tais afirmo ser lícito e obrigatório salpicar de sentenças, observações e juízos a sua História, porém com tal siso e mesura, que não seja o esmalte mais que o ouro, sob pena de degenerarem de historiadores a discursantes”.⁴⁶

Observamos, portanto, que D. Francisco separa a História em duas categorias. Primeiro, a “História pura” caracterizada por um tratamento abrangente e objetivo da História. Nesta História o historiador não passa de um organizador dos diversos eventos. Ainda que mais tarde no mesmo texto dirá que todo historiador é um interventor, um político. Os integrantes deste grupo cunhado por Dom Francisco são postos como acríticos e isentos de juízo. É como se esta categoria portasse uma forte idéia de Fortuna, de necessidade, de um mundo composto por “estruturas” condicionantes, onde a ação humana, ou a opinião a respeito da mesma, não estivesse contemplada.

⁴⁶ MELO, D. Francisco Manuel de. *Apólogos Dialogais*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1959, pp. 246-247.

Contudo, a segunda categoria proposta pelo fidalgo se apresentou como uma oposição radical à primeira, devido a seu caráter monográfico e relacional. Dentro desta perspectiva, o historiador não é um colecionista de eventos, ele é, antes de mais nada, um narrador de conjunturas. Tendo o trabalho não somente de relatar, mas também, e, sobretudo, de interpretar tais conjunturas semeando o consenso sobre o tema com seus “juízos”, seu “discurso” (conceitos do próprio autor). É uma História onde contemplamos a ação dos agentes e a participação do historiador também como um agente pela sua interpretação específica dos eventos e ações.

A tabela abaixo foi elaborada por nós para sintetizar de maneira mais detalhada e esquemática as informações proporcionadas por D. Francisco Manuel de Melo a respeito das diferenças historiográficas. Acrescentamos também, para tornar mais claro ao leitor contemporâneo, alguns elementos da interpretação a respeito da história antiga pelo historiador Luciano Canfora:

História Imparcial (Tito Lívio / Tucídides)	História Pragmática (Tácito / Xenofonte)
* “austera e incorrupta”	* Presença de “Juízos” e “Discursos”
*Abrangente / Objetiva	* Monográfica / Relacional (Epanáforas)
*Idéia de Fortuna / Necessidade (eixos causais)	* Idéia de Liberdade / Intervenção de Agentes (Causa = Homem / Partido)
*Preponderância do Estilo	* Preponderância dos Juízos
*Discurso serve ao caso	*Caso serve ao discurso
*Historiador = Observador e Sistematizador (porque compreende e	* Historiador = Político (porque ao tratar de conjunturas específicas emite seu juízo

organiza a diversidade e a confusão dos eventos).	e, portanto seu posicionamento).
---	----------------------------------

Assim, constatamos que D. Francisco caracteriza a história de maneira bipolar, atribuindo a uma classificação o estatuto da imparcialidade, da compreensão pura e simples, e à outra o estatuto da funcionalidade, do uso do discurso para a intervenção política. Como pudemos ver no capítulo anterior, Canfora faz de maneira semelhante uma classificação da historiografia. Tucídides, entretanto, para o italiano, não se acha classificado da mesma forma.

Partindo disso, podemos pensar que, ao contrário dos outros teóricos analisados, o fidalgo português observou a história de maneira mais complexa, dentro de crivos que redimensionam e ampliam o saber historiográfico. Aqui, o historiador pode se portar de duas formas, de forma imparcial ou de forma pragmática. O modelo não é simplesmente lógico, é, sobretudo ético, trata do lugar e da inserção do historiador. Contudo, em outro momento, D. Francisco dirá que mesmo o historiador imparcial é interventor, ele somente aparenta-se imparcial – fala de um historiador pragmático.

Porém, apesar do autor bipolarizar sua discussão teórica, este se ocupa e posiciona-se somente ao lado do tipo historiográfico caracterizado pelo historiador Tácito, ao lado do modelo pragmático. Este modelo esta em acordo direto com a proposta de historiografia funcional de Luciano e de Mascardi, como podemos ver na introdução do livro *D. Teodósio* que diz:

“Chama-se divina coisa a história porque nos faz presentes as verdades dos famosos entes já de nós distantes, mas quanto mais útil e verdadeiro

espelho para toda a virtuosa disciplina é o próprio, natural e sincero exemplar que ante os olhos de vossa majestade apresento, donde não só se verão representadas e retratadas as reais e piedosas ações deste sereníssimo Teodósio, mas também parte dos famosos feitos dos portugueses quando, não em pequena proporção, obravam já como vassallos de seu glorioso príncipe prometido! Os mais, senhor, que bons desejam ser, costumam usar um perfeito molde de algum bom rei, pelo qual regulem suas ações”.⁴⁷

Assim sendo, a discussão deste modelo pauta-se antes sobre Tácito do que sobre uma classificação particular e isenta de qualquer apropriação modelar. Pergunta os *Apólogos à Política*:

“Autor. Pois como se conta o Tácito entre os políticos, se ele foi histórico?

Lípsio. A pergunta é tão formal, que requeriria mais tempo para vos satisfazer; porém, para ficardes por agora, bastará advirtirdes que neste autor, como nos mais historiadores, não serve o discurso ao caso; antes o caso serve ao discurso, sendo contado como acaso tudo o que se conta. É bem verdade que a história se quer vestida e revestida de juízos, sentenças, secretos, malícias e discrições; porque, enfim, uma História nua, sobre desonesta, é desaproveitada. Isso vos dizia Agostinho Mascardi, que melhor o escreveu do que o observou, mas contudo não por tal modo que se quebre o fio dos acontecimentos, sendo tirado fortemente para outra parte pela força do discurso”.⁴⁸

E o fundamento desta discussão é a caracterização da historiografia como um saber calcado em larga medida no saber político, não se distinguindo muitas vezes um saber do outro.

Dito isto, constatamos que a bipolaridade constituída por D. Francisco Manuel de Melo, é perpassada por outra bipolaridade que se faz na graduação servil entre os conceitos de “Caso” e “Discurso” utilizados pelo pensador português. Desta forma, a

⁴⁷ MELO, D. Francisco Manuel de. *D. Teodósio II*. Porto: Livraria Civilização, 1944.

⁴⁸ MELO, D. Francisco Manuel de. *Apólogos Dialogais*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1959. p. 212.

“historiografia imparcial” é também marcada por uma assimetria onde o “discurso” serve ao “caso”; ao passo que, a “historiografia pragmática” se caracteriza pela relação em que o “caso” se acha adequado e subjugado pelo “discurso”. Sendo o Caso, os acontecimentos ou a matéria-prima de onde se tira os elementos para compor o relato, e o Discurso, a interpretação que se faz a respeito destes acontecimentos.

Este arranjo do modelo apropriado por D. Francisco Manuel de Melo pressupõe um modelo de historiador em que prepondera a figura do “Homen de Estado”. Ao contrário dos outros dois autores, Melo, ainda que mantenha a modelo da historiografia e do historiador bélicos, coloca todos seus temas organizados em função da matéria política. As guerras, os levantes, os naufrágios, as descobertas de novas terras etc, são antes de mais nada, assuntos de Estado, “Razão de Estado”. O historiador para Melo, já que não é explicitado pelo mesmo, pode ser observado na própria atuação de D. Francisco, um homem de política que se faz soldado, general, diplomata e cortesão.

Neste autor, podemos dizer que se funde o ofício do historiador e a luta pelo poder. Fazer história não significa somente relatar os feitos para que os vindouros aprendam com os exemplos, significa, sobretudo, com base na idéia de verdade proposta por Mascardi, convencer os interlocutores a respeito de determinado projeto de poder. Através da figura do historiador romano Tácito, confluem-se o fazer narrativo do historiador e a intervenção direta do político.

Contudo, perguntamo-nos porque D. Francisco determinou justamente o Tácito para fazer esta operação quando, entre a miríade de historiadores antigos muitos poderiam ter servido a este propósito? A resposta pode ser dada se observarmos a relação orgânica e direta entre a proposta teórica de D. Francisco e sua própria ação política.

O historiador romano Publius Cornelius Tacitus viveu no período entre 55 e 120 d.C., sendo, além de historiador, também questor⁴⁹ no reinado de Tito, pretor⁵⁰ sob Domiciano, cônsul⁵¹ e precônsul da Ásia no reinado de Trajano. O período de sua existência foi um tempo marcado pela cristalização do Império romano, a república há anos havia findado e o império, desde Augusto, já havia experimentado um grande número de imperadores. A extensão territorial dos poderes de Roma se alargava para todos os confins do mundo conhecido.

O mundo de Tácito era um império com base em Roma e situado ao longo da Europa, África e Ásia por meio de ocupações chamadas de Colônias. O poder situado numa pequena região tal era Roma, se espalhava através do mundo, levando para fora sua cultura e uniformizando o mundo habitado por meio do Estado romano. Outrossim, os romanos se beneficiaram dos elementos culturais, políticos, sociais, econômicos e naturais presentes nas culturas dominadas, expandindo e aumentando seu saber.

⁴⁹ Questor (l. quaestores): *em Roma, originariamente assistentes dos cônsules na busca de criminosos, incumbidos mais tarde de cuidar do tesouro público(aerarium). Os quaestores arrecadavam e registravam as rendas do Estado, e efetuavam pagamentos mediante ordens dos magistrados. Eles eram inicialmente dois, posteriormente passaram a quatro, e outros foram acrescentados à proporção que os domínios romanos aumentavam e se fazia necessária a presença de funcionários incumbidos de assuntos fiscais nas províncias. Sua escolha se fazia mediante eleição pelo povo.* HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de literatura clássica*. Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. Pp. 423.

⁵⁰ Pretor: *em Roma, originariamente o termo genérico para os detentores de “imperium” ou autoridade executiva, e o título dos dois magistrados substitutos do rei, mais tarde chamados cônsules. Posteriormente “praetor” era o título do magistrado incumbido de administrar justiça entre cidadãos romanos(praetor urbanus), e do magistrado que tinha a mesma incumbência quando havia estrangeiros envolvidos(praetor peregrinus).* HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de literatura clássica*. Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. Pp. 414-415.

⁵¹ Consol: *em Roma, originariamente chamados praetores, em numero de dois e eleitos anualmente pelo povo. Quando ocorreu a expulsão dos reis os cônsules receberam o “imperium” – a autoridade militar e judicial anteriormente exercida pelos reis. Com o decurso do tempo esse poder reduziu-se mediante a criação de novas magistraturas, principalmente a dos censores. As principais funções conservadas pelos cônsules eram as de comando militar. Mais tarde eles receberam como procônsules uma prorrogação de sua autoridade após o término de seu mandato anual, para capacita-los a dar continuidade a um comando militar ou ao governo de uma província.* HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de literatura clássica*. Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. Pp.139.

Este mundo de Tácito não poderia ser o mesmo de D. Francisco Manuel de Melo, mas era proporcionado em sua vastidão, pela diversidade de domínios ao redor do mundo e pela existência de um Estado, que apesar de se situar numa pequena região era responsável por toda a extensão de suas aquisições, tal foi o ultramar português. Este compreendeu o Brasil, Bombaim, Calicut, Cochim, Ceilão, Goa, Macau, ilha da Madeira, Angola, Açores, Cabo Verde, Madagascar, Molucas entre outros. Poderíamos talvez, pensar uma proporção entre Portugal e Roma, e ao fazer isto, talvez compreendêssemos a escolha de D. Francisco por Tácito.

Melo escolheu o historiador romano por dois motivos. Primeiro, porque este escreveu sobre uma configuração social similar à portuguesa. Segundo, porque, além de ter escrito sobre o império, viveu neste período e se serviu de sua história, assim como se propôs D. Francisco, como uma maneira de intervir no mundo que pertenceu.

Dito isto, fica observado que, quando unimos historia e política, não podemos conceber a narrativa de maneira imparcial, seu molde reflete diretamente a proposta e o projeto do historiador que a dimensiona. Se este é um republicano e se sua república se situa numa cidade, como dissemos, ele não empreenderá uma escrita sobre um império ou fundada numa jurisdição que vá além de sua cidade, de sua unidade de poder. Aqui observamos, pelos olhos de Melo, senão as características do Estado português, o modo como nosso fidalgo contemplou este Estado.

Teoria da história e teoria do Estado (ou do governo) se fundem nesta concepção de forma a que vejamos o ofício do historiador sempre marcado pela presença de projetos de poder do grupo ou partido no qual se inseriu o historiador. Por isso, dirão e questionarão os livros no *Hospital*:

“Autor. Dai, senhores, lugar aos doentes suspiros do patriarca dos estadistas, Cornélio Tácito”.⁵²

“Autor. Pois como se conta o Tácito entre políticos, se ele foi histórico?”⁵³

Outrossim, D. Francisco, além de propagandear a influência de Tácito em seu pensamento político e sua escrita da história nos faz ver a existência de sólido grupo de sábios interessados no poder que se apropriaram da cultura legada pelo sábio romano. Dirá Melo:

“Autor. Reparei já muito em que, sendo o Tácito tão antigo, não florescesse sua memória nos séculos passados.

Quevedo. Ficaram suas obras enleadas no silêncio com a perda do Império Romano em tal feição, que em muitos tempos não gozou o mundo do esplendor de sua doutrina.

Autor. Deixai-me que crea antes fora providência altíssima revelar-nos tantos anos de uso de suas máximas; mas, porque do mesmo modo que se afirma da antiga Roma, que por alimpar a república tornou a admitir medicos, em razão da muita gente que sem eles vivia e multiplicava os trezentos anos de seu desterro, segundo quer Dionísio de Halicarnasse, assim também parece que, por castigar a república com os efeitos de máximas rigorosas e insuportáveis alvitres, permitiu Deus ressucitasse a escola de Tácito e visse a gente suas obras, para ser castigada na observância de seus escritos”.⁵⁴

Esse “grupo” ou “parte” de historiadores, como podemos ver, foi chamada por D. Francisco de a “Escola de Tácito”, fazendo justamente em referência à matriz adotada por Melo para definir os limites de atuação e a daqueles que o fidalgo admitiu como afins.

⁵² MELO, D. Francisco Manuel de Melo. *Apólogos Dialogais*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1959. p. 209.

⁵³ Idem. p. 212.

⁵⁴ Idem. p. 211.

Não obstante, não fica dito quem são os partícipes desta “Escola”. Onde poderíamos achá-los? Quem seriam eles?

Temos alguns indícios não pouco significativos em diversas de suas obras a respeito destes diversos historiadores. Contudo, difícil é observar a relação com o estudo e a utilização do antigo político e historiador Tácito por estes personagens citados por D. Francisco. Haveríamos de ter mais tempo para ler todos estes autores e averiguarmos sua inserção nesta classificação. Possuimos, porém, na importantíssima obra supracitada, os *Apólogos Dialogais*, indícios de que os personagens utilizados neste diálogo estariam unidos pela mesma “orientação médica”, pela mesma proposta filosófica.

Todos os quatro, representados na figura dos livros, contando com D. Francisco, tinham ou tiveram envolvimento com a proposta tacitista. Justo Lípsio, morto no ano de nascimento de nosso autor, foi o maior tradutor e intérprete de Tácito na Europa do período; Francisco de Quevedo, morto na época em que escreveu Melo, se destacou por suas intrigantes sátiras e traduções de Sêneca, que se desdobram num fino e arguto uso do discurso político tal como o próprio Tácito empreendia em sua época; Trajano Bocalino destaca-se pela estilística e por sua relação com o importante sábio Paolo Sarpi.

Por isso, nos subseqüentes capítulos, analisaremos o tacitismo, tal como define nosso autor, presente nesses três personagens, que, desde já, podemos incluir na dita “Escola de Tácito”, e observaremos, com mais profundidade e cautela, as formulações historiográficas de nosso personagem ressaltando suas consequências e relações com a sociedade de seu tempo, com a teoria histórica aqui discutida e com as filosofias apresentadas por estes três interlocutores tacitistas.

CAPITULO TERCEIRO:

A Escola de Tácito.

A Escola de Tácito mencionada e caracterizada por D. Francisco Manuel de Melo interessa-nos, sobretudo como indício de inserção deste personagem em determinadas matrizes historiográficas antigas e modernas. Contudo, podemos constatar pela análise dos personagens citados por D. Francisco que, de fato, havia na Europa, senão uma “escola”, ao menos um conjunto de homens que fizeram uma leitura mais atenta das proposições de Tácito. José Antonio Maravall valorizou esta matriz no período barroco espanhol.⁵⁵

Esses homens foram tradutores do antigo personagem romano e, posteriormente, seus intérpretes. Destes últimos, o mais destacado foi Justo Lúpsio, do qual já se falou. A partir deste, uma miríade de intelectuais se fundamentou para formular conceitos e teorias políticas que pudessem servir para sua realidade.

Entretanto, a proposta tacitista, como podemos constatar pela leitura das obras do antigo historiador, é uma proposta essencialmente fundamentada na idéia de oposição política. Tácito foi um historiador que lutou contra uma série de imperadores em seus discursos, defendendo, sobretudo o modelo político apresentado pelo imperador Trajano, para o qual trabalhou grande parte de sua vida.

Isto posto, observamos nos personagens citados por D. Francisco um alto teor separatista e autonomista. Justo Lúpsio lutou pela liberdade de Flandres, Quevedo lutou

⁵⁵ MARAVALL, José Antonio. *Antiguos y modernos – visión de la historia e Idea de progreso hasta el Renacimiento*. Madri: Alianza Editorial, 1986; id. *La oposición política bajo los Austrias*. Barcelona: Ariel, 1974; id. *Teoría del Estado em Espana en el siglo XVII*. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1997; id. *A cultura do Barroco: análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: Edusp, 1997.

pela autonomia napolitana, Trajano Boccalini lutou pela autonomia de Veneza e o próprio D. Francisco lutou pela autonomia de Portugal.

1. Justo Lúpsio (1547 Oversijse (Isque) – 1606 Louvaina)

Joost Lips, como era conhecido entre os seus, nasceu a 18 de outubro do ano de 1547 em Overijse, Brabante. Seu avô, Martin Lipse, era um amigo de Erasmo. Foi enviado aos 13 anos de idade ao colégio jesuíta de Colônia, Alemanha, onde aprendeu o grego, então, com 16 anos, foi enviado à Universidade de Lovaina, onde estudou direito e conheceu Bellarmino.

Órfão a partir dos 19 anos, acompanhou como secretário o cardeal Granvelle a Roma, de 1567 a 1569, quando visitou importantes bibliotecas e conheceu renomados sábios. Foi em Roma que Lúpsio iniciou seus estudos sobre Tácito, publicando sua primeira obra em 1567, os *Variae Lectiones*, e preparando edições de clássicos latinos.

Aos 24 anos, 1572, fez-se professor de História e de Retórica na Universidade de Iena, fortemente marcada pela cultura da reforma luterana, o que fez com que Lúpsio tivesse que se portar como um luterano para poder permanecer em seu cargo. Dois anos depois Lúpsio deixou Iena para se casar.

Em 1577 o flamengo obteve em Lovaina o título de doutor em Direito. Dois anos depois, os Estados das Províncias-Unidas lhe ofereceram uma cadeira de História na Universidade de Leyde, local dominado pela presença do calvinismo. Em 1584, ele publicou o seu livro *De constantia* que obteve oitenta edições e múltiplas traduções. Este livro é caracterizado pela interpretação lipsiana do estoicismo antigo com pitadas de

tempêro cristão. Em 1589, Lúpsio publicou sua importante obra *Politicorum sive civilis doctrinae libri sex*.

A ambigüidade de seu posicionamento religioso levou Lúpsio a deixar Leyde em 1591, apesar de sua grande fama como professor (muitos discípulos foram a Leyde de toda Europa estudar com o grande filósofo), e ir até a Espanha perante Filipe II, para fazer profissão aberta de seu catolicismo, recebendo o perdão político e o apoio da coroa de Castela.

Lúpsio voltou para Lovaina no ano seguinte e ocupou a cadeira de História e Literatura latina. Ensinando o latim, Justo Lúpsio teve mais facilidade de apresentar os autores que ele mais admirava, particularmente os estóicos. Assim, em 1604, ele publicou o *Manoductio ad Stoicorum philosophiam* e a *Physiologia stoicorum*.

Justo Lúpsio morreu no ano de 1606 e, além das obras citadas, deixou publicados os livros: *De gladiatoribus*, 1582, *De amphiteatro*, 1584, *De religione una*, 1590, *Tractatus ad historiam romanam coognoscendam utilis*, 1592, *De militia romana*, 1595, *De magnitudine romana*, 1598, além de algumas traduções de autores estóicos.

Posteriormente, na cadeira que Justo Lúpsio havia ocupado em Lovaina, de 1592 até 1606, seu aluno Erico Puteano, personagem contemporâneo de D. Francisco Manuel de Melo, ocupou seu posto.⁵⁶

Roma parece ter sido um estimulante para Lúpsio mergulhar na leitura e no estudo dos grandes impérios estabelecidos nesta região. O sábio estava embebido desta cultura, lendo e traduzindo as mais importantes obras cunhadas na antiguidade latina. Porém, um

⁵⁶ Não espanta saber que, em 1640, Melo tenha enviado uma carta a este personagem lhe notificando da chegada de seu filho, D. Felipe Eselo Puteano, que havia sido enviado a Portugal para que Melo fosse seu preceptor. Além da carta, não possuímos mais informações a respeito desta incumbência dada ao fidalgo português.

autor parece ter marcado os estudos empreendidos pelo belga, pois se apresentava como um vultoso historiador e intérprete de seu tempo além de suprir imensamente as necessidades políticas do flamengo no interior do império castelhano.

Tácito parecia ser a matriz fundamental do pensamento lipsiano, pelas informações que continha e, sobretudo, pela particularidade do modo com que tratava o império romano. A política tacitista bebia seus elementos de uma forma de governo que se estendia ao longo de uma vasta e múltipla geografia de poder, lidando com problemas que nunca existiriam numa geografia política cidadina ou mesmo monárquica. Como o império romano, o império governado pelos Filipes em Castela era o espaço ou o limite do poder onde se inseriu o personagem belga. Lípsio trabalhou com o intuito de moldar um novo modelo político para a realidade castelhana. Esse modelo baseou-se no romano e materializou-se no seu livro “*Politicorum*”.

Para constataremos a primasia dada a Tácito pelo autor belga basta observar as interpretações e traduções do romano feitas por Lípsio e publicadas no período de sua existência, a saber: *Ad Annales Corn. Taciti liber commentarius*. Antuérpia: ex officina C. Plantini, 1581; *Ad Annales Cor. Taciti liber commentarius. Ad libros Historiarum notae*. Antverpiae: apud C. Plantinum, 1585; *In C. Cornelium Tacitum notae, cum manuscripto cod. mirandulano collatae*. Bergomi, 1595; *Dispunctio notarum mirandulani codicis ad Cor. Tacitum*. Antuérpia: ex officina plantiniana, apud J. Moretum, 1602; e um *Ad Annales Cor. Taciti liber commentarius, variis in locis utiliter auctus...* [Addita sunt Guil. Barclayi ex vita J. Agricolae, auctore genero, praemetia.] sem data e sem impressor.

Por isso, não nos espanta que o livro utilizado como personagem por D. Francisco Manuel de Melo em seu *Hospital das Letras* referente a Lísio seja justamente o seu *Politicorum sive civilis doctrina libri sex*. O Tácito historiador, tão valorizado por Melo, toma dimensões diversas nos outros integrantes da Escola de Tácito. Em Lísio, ele aparece, sobretudo como um político.

Isto posto, vemos que a pergunta que faz os *Apólogos* às *Políticas* a respeito do perplexidade gerada pelo Tácito, sendo um historiador aparecer como um político é um indicador da leitura feita por Lísio a respeito do célebre romano. Por isso, iremos analisar o pensamento deste belga a partir desta obra que aparece como personagem no aguçado livro de nosso fidalgo português.

As *Políticas*, como já mencionado, foram publicadas em latim no ano de 1589 em Leyde pelo impressor Plantin com o título *Politicorum sive civilis doctrinae libri sex*. Posteriormente, saíram várias edições em latim e em outras diversas linguas do continente europeu. Contudo, interessa-nos, sobretudo, as edições publicadas na Espanha e em Portugal.

Em Portugal não se tem registro de nenhuma publicação desta obra de Justo Lísio a não ser um curioso tratado feito pelo político panfletário Luiz Marinho de Azevedo com o título *Doctrina política, civil e militar tirada do livro quinto que escreveo Justo Lísio...offerecea o capitão Luis Marinho de Azevedo com exemplos modernos*, publicada em Lisboa pela imprensa de Domingo Lopes Rosa no ano de 1644. Quatro anos depois da Restauração de Portugal.

Em 1604, uma importante tradução desta obra foi feita para o espanhol por Bernardino de Mendoza, que se tornou bastante conhecida em toda a Península Ibérica,

apontando para a influência exercida pelo pensador nesta região. Diz-nos Javier Peña e Modesto Santos que “Durante os últimos anos do século XVI e os primeiros do século XVII os escritos de Lísio alcançaram uma popularidade maior que os de nenhum outro, incluindo o próprio Maquiavel”.⁵⁷

A obra é composta por seis livros organizados no clássico formato dos espelhos de príncipes. Por isso, o livro é adereçado inicialmente ao príncipe com o intuito de ensiná-lo *como podrá entrar y caminar rectamente por la senda de la vida civil*.⁵⁸ Este ensino não se dá, segundo o autor por seus ditames, mas antes pelas palavras dos antigos, o que faz com que Lísio se sirva de variadas citações de autores antigos organizando-as organicamente. Este livro de Lísio também é uma reunião de citações de autores antigos magistralmente organizadas pelo sábio.

Toda filosofia de Lísio gira em torno de uma concepção de mundo marcada por uma oposição entre a necessidade, advinda dos desígnios da divina providência, e liberdade. Sendo a primeira, ainda que potente, passível de ser superada pela segunda.

A observância das leis geradas pela divina providência auxiliaria os homens a distinguirem determinados tipos comportamentais que, em última instância, fariam-nos, num primeiro momento, suportar os desígnios da fortuna e, num segundo momento, ultrapassá-los.

Estes tipos comportamentais eram chamados por Lísio, e pelos estóicos, de Virtudes. As virtudes auxiliariam os homens a transcender sua condição de joguetes da divina providência, levando-os a se assenhorearem de suas próprias vidas.

⁵⁷ LÍPSIO, Justo. *Políticas. Estudio preliminar y notas de Javier Peña Echeverría y Modesto Santos López*. Madri: Tecnos, 1997, p.XXXVII.

⁵⁸ Idem, p. 9.

Assim, o pensamento lipsiano é um pensamento marcado pela forte presença da filosofia moral. A teoria, apesar de lidar com formulações de ordem objetiva e macroscópica, gira sempre ao redor do eixo das virtudes. É o comportamento dos homens, e a importância de valores como a prudência e a piedade, que dá vida e dinâmica às suas formulações.

Dito isto, é mister percorrermos passo a passo o caminho argumentativo traçado por Lísio em suas *Políticas* para adentrarmos em sua especificidade filosófica. Como já dito antes, seu livro tem a forma de um espelho de príncipes servindo-se de manual ao rei no governo de seus súditos. Nesse sentido, o flamengo coloca como contexto ou lugar de ação dos homens o que ele chama de “vida civil” e caracteriza este conceito da seguinte forma:

*Llamo vida civil la que hacemos en compañía de los hombres, unos con otros para bien y comodidad de todos. Le doy dos adalides o guías: la prudência y la virtud.*⁵⁹

Desta forma, Justo Lísio introduziu duas normas de conduta básicas a serem seguidas pelo homem virtuoso, são elas: a Prudência e a Virtude. A Prudência é a qualidade do homem sábio e o mais importante dos atributos estóicos. É o pressuposto básico para existir e é por isso que Lísio diz que a Prudência é a arte de viver. Além disso, esta qualidade diz respeito, sobretudo ao homem de poder, que tem em seus desígnios a vida na corte. Diz Lísio a respeito da mesma:

⁵⁹ Idem, *ibidem*.

Quiero definirla: un conocimiento y discreción de cosas que, así en público como en particular, se han de huir o desear. Dije <<conocimiento>>, porque ella lo ve todo, y así es llamada, con mucha razón, ojo del alma. Añadí <<discreción>>, porque hace elección de las cosas, diferenciando con juicios las virtuosas de las que no lo son, y la útiles de las dañosas.⁶⁰

Assim, o prudente é aquele que sabe o que fazer em cada situação, ele é aquele que tem conhecimento das leis que regem o mundo e que lida com elas de forma a não ser prejudicado. O prudente, no terreno da política, corresponde ao sábio homem, ao homem que conhece seus coetâneos e seus antepassados. Talvez corresponda ao sábio a que faz referência Luciano em seu opúsculo já comentado.

Por isso a história em Justo Lísio tem um destaque bastante significativo. Os meios de se adquirir a Prudência são dois: o Uso e a Memória. O uso corresponde à experiência que a vida possibilita aos homens, sendo o aprendizado que se tem pela vivência das coisas. Este caminho para Lísio é o mais instrutivo.

O outro caminho, a Memória, diz respeito ao aprendizado dos homens do presente pelo conhecimento dos homens do passado. O historiador nesta concepção é o guia do estudante através das vivências dos homens de outrora, é ele quem diz ao leitor quais são as boas e más ações. Por isso, o intérprete é antes de qualquer coisa um professor, um moralista ou mesmo um político que direciona os futuros na senda de seus valores.

Daí que a idéia de “história mestra da vida” de Cícero, tão interpretada como se o passado fosse matriz de conselhos aos homens, toma outra forma. O mestre da vida é na verdade o sábio prudente que descreve e interpreta os acontecimentos tirando deles conselhos e desenganos.

⁶⁰ Idem, p.26.

Assim, a história se porta exatamente igual a um espelho de príncipes, o autor direciona o leitor a observar as coisas de determinada maneira. Sobre isso, diz Lísio:

*Quiero decir por la História, la cual no es otra cosa sino el alma y vida de la memoria. (...) Ella es guarda de la virtud de los varones ilustres, testigo de la maldad de los ruines y bienhechora del género humano. Ella es luz de la verdad y maestra de la vida. Verdaderamente maestra, pues en ella, como en espejo, es lícito mirar, ataviar y componer su vida cada uno, por el modelo de las virtudes ajenas.*⁶¹

O “modelo da virtude alheia” que oferece a história é o relato e a interpretação dos acontecimentos por homens de virtude.

A filosofia deste sábio holandês é um caminho para “engajar” os homens na vida de forma ativa e interventora. É um saber viver que imputa nos escolados do estoicismo lipsiano a importância de direcionar toda a moralidade em prol de determinada proposta e determinados objetivos, deixando de lado os apegos disvirtuantes do hedonismo.

A Piedade e a Bondade levam a ação dos homens em direção do culto à divindade, o que por sua vez permite a aquisição da virtude da Consciência. Este culto, que Lísio associa diretamente à idéia de Religião, pode ser empreendido tanto no interior, no âmbito do privado, quanto no exterior, no público. Disto depreende-se o olhar de Lísio no tocante às Igrejas numa época de intensos conflitos religiosos.

Justo Lísio acreditava que o culto mais relevante é o culto interior porque se faz somente entre aqueles que desejam, livre e espontaneamente, praticar determinada religião. Operando este devoto como um estóico que luta por sua fé, pois a tem em seu

⁶¹ Idem, pp. 29-30.

coração, não lhe foi imposta de fora. Assim, as boas ações, para Lísio, são sempre decorrentes deste tipo de culto, por isso é aqui que se gera a consciência.

A religião poderia ser vista como um “apêndice” da moral estóica, como um comportamento temente a Deus que somente poderia ser honesto se tivesse lugar no interior dos homens, se fosse praticada por vontade sincera.

A religião exterior para o flamengo é sempre tratada como um aparato do Estado, deve estar subordinada a ele e se adequar à sua composição. É por isso que Justo Lísio sugere que haja somente uma religião por Estado e que o culto exterior seja, sobretudo o culto da pátria. A fé é posta no âmbito do privado.

O autor, depois de ressaltar, pelo exemplo e pela palavra, a importância das virtudes, destaca o valor do governo, que ele, num primeiro momento chama de “Império”. Faz isso exemplificando cada forma de governo e sua vantagem, concluindo que a melhor configuração, tal como Tácito, é a do império. Os principados e as repúblicas, segundo ele, se acham em situação de desvantagem por apresentarem, pela extensão de seus domínios, uma segurança debilitada face aos demais estados.

Neste momento, ao adentrar numa esfera de discussão menos moral e mais política, Justo Lísio redefine certos pressupostos morais de conduta de forma a melhor adequá-los. Por isso apropria-se do modo como Maquiavel tratou as ações do político, como sendo definidas por seus objetivos práticos, e adiciona o tempêro da “*Honra*”⁶², constituindo assim, uma nova modalidade de virtude política: Justo Lísio cunha a idéia de “Prudência Mixta”.

⁶² Seria interessante observar o significado desta palavra que muitas vezes nos textos de época parece tão dubio. De um lado, a “Honra” é a distinção do nobre e, de outro, a “Honra” aparece como a ética, os bons valores morais que governam a ação do governante em prol de seus súditos. Daí que a prudência mixta se opõe a prudência de Maquiavel, pois que apresenta virtude inexistente na proposta do florentino.

É a Prudência Mixta a “mescla do proveito com a Honra”, nas palavras do próprio Tácito.⁶³ É a virtude do político que visa obter seus desígnios sem, contudo violar sua conduta virtuosa com um posicionamento puramente calculista ou interesseiro. É uma ponderação de atos morais que permitem o uso de artifícios e ardis se estes forem usados em consonância com propostas virtuosas. A palavra “Honra” aparece no texto de Lípsio para simbolizar o outro lado da moeda da ação do príncipe, pois que conquistar aquilo que quer não é o seu único objetivo, ele tem também de pensar no amor de seu povo e no de seus vassalos.

Assim, a Prudência Mixta é um mixto moral que permite ao príncipe maior amplitude de atuação e, ao mesmo tempo, não o transforma num tirano.⁶⁴ O flamengo define seu novo princípio de virtude da seguinte maneira:

*Esto sólo quiero: ser algunas veces razonable y lícito, tomar algunos bordes en esta alborotada mar de sucesos humanos. Y cuando no se puede tomar puerto por el camino derecho, alcanzarlo con mudar la derrota y velas. ¿Quién me culpará por tal respecto, o dirá ser esto apartarse de la virtud? El vino no deja de serlo aunque esté templado con un poco de agua, ni la prudencia, prudencia, si bien haya en ella algunas gotas de disimulación o fraude. Entendiendo siempre que sea poco y a buen fin.*⁶⁵

Desta forma, a Prudência Mixta é a virtude que dimensiona a tomada das ações em prol dos objetivos e do bem comum, mesmo que a “dissimulação honesta” seja um dos ingredientes deste rol de possibilidades de ação. Por isso ela esconde para ganhar, mas somente se o ganho for honesto e “honrado” para todos. Esta proposta de Justo

⁶³ Idem, p.191.

⁶⁴ É interessante notar que Maquiavel, sendo um republicano, escreveu seu livro *O príncipe* em homenagem a um senhor florentino, Lorenzo de Médici. Isso pode nos fazer pensar que esta obra tenha lhe sido ofertada mais porque representava seu modo de atuar do que o modo como Maquiavel via a política e o poder, sendo antes o manual do Tirano do que o manual do príncipe perfeito.

⁶⁵ Idem, p.192.

Lípsio, sob alguns aspectos se situa diametralmente oposta à proposta de Maquiavel, mas, na sua constituição, bebe do pensamento do sábio republicano de Florença.

O sábio flamengo articula todo seu pensamento em torno do princípio da Virtude e do Objetivo do Império. Os princípios são os eixos centrais e motores de seu pensamento, contudo, quando confrontados com a necessidade de obtenção deste específico propósito, Lípsio altera a teoria estóica dando maior relêvo à virtude da Autoridade.

Este modelo de “Novo Império” é marcado por um exército regular do Estado sem qualquer soldado mercenário, pela obtenção de novas colônias, e não de outros Estados. Marcado também pela presença de uma só religião e por um corpo coeso de conselheiros e ministros, que num plano mais objetivo são os responsáveis pela prudência do Estado, personificada no Príncipe.

Justo Lípsio parece ter tirado sua filosofia moral dos sábios estóicos romanos como Sêneca e sua filosofia política de toda a cultura política romana dando especial destaque ao historiador romano Cornélio Tácito. Por isso, era senequista no tocante a moral e tacitista no que diz respeito ao poder, sendo, entretanto estóico com respeito a todo o funcionamento de sua filosofia que sempre repousou sobre as boas ações humanas.

2. Francisco Gómez de Quevedo y Santibáñez Villegas (1580 Madri – 1645 Villanueva de los Infantes)

Don Francisco de Quevedo y Villegas é um importante escritor do século de ouro espanhol, autor de vários escritos satírico-políticos onde critica de maneira veemente e

direta alguns aspectos da sociedade espanhola de seu tempo. Filho de Francisco Gómez de Quevedo e Maria de Santibáñez, o político nasceu em Madri no ano de 1580.

Quevedo iniciou seus estudos na Universidade de Alcalá de Henares em 1596 e desde cedo frequêntou as cortes castelhanas. Quando estas se mudaram para Valladolid pela ação do duque de Lerma, Quevedo acompanhou esta mudança aproveitando para estudar teologia na universidade residente naquela cidade. Em 1606, com a volta da corte para Madri, retornou a esta cidade e aí residiu até o ano de 1611.

De 1612 até 1618, período em que nosso personagem conheceu o destacado Pedro Téllez Giron, Duque de Osuna, Quevedo lhe prestou significativos serviços. Em 1613 foi designado pelo duque como seu secretário, o que o levou a visitar Niza e Veneza e ter um envolvimento mais estreito com as relações diplomáticas de Castela com a Itália. Então, após ter retornado à Madri, teria intervindo junto a figuras de grande porte para que o duque fosse nomeado Vice-rei de Nápoles e Sicília, obtendo sucesso somente em 1616. Neste ano, voltou para a Itália e se colocou aos serviços do novo vice-rei, sendo incumbido de espionar a república de Veneza. Obteve por seus bem sucedidos serviços o hábito da ordem de Santiago em 1618.

Em 1620, com a queda do duque de Osuna, Quevedo é desterrado para a vila de *La Torre de Juan Abad, Ciudad Real*, onde adquiriu um senhorio da parte de Pedro Téllez Giron. Foi feito prisioneiro no convento de São Marcos no ano de 1627, ano em que publicou sua renomada obra *Los Sueños* pela imprensa de Estevan Libreros em Barcelona, e foi solto somente em 1632. Neste ano se colocou a serviço do rei Filipe IV, atuando como seu secretário, e traduziu a importante obra *Il Romulo* do renomado

historiador italiano Virgilio Malvezzi, que no mesmo período havia se colocada ao serviço do rei de Espanha.

Em 1639, segundo um relato não comprovado, Quevedo é preso depois que foi encontrado, no jantar real, um memorial debaixo do guardanapo do rei onde era denunciada a política do conde-duque de Olivares. Atribuído a Quevedo o memorial tornou-se motivo para que fosse novamente preso e levado para o convento de São Marcos de Leão.

Quevedo faleceu em 1645 na cidade de *Villanueva de los infantes*, lugar próximo ao seu senhorio em *Juan Abad*. Foi amigo de figuras de relêvo no panorama social castelhano tais como: Justo Lísio, o nosso D. Francisco Manuel de Melo, Felix Lope de Vega, Miguel de Cervantes, o Duque de Medinacelli entre outros.

Este personagem não está presente no diálogo do *Hospital das letras* por acaso. D. Francisco Manuel de Melo era um de seus importantes correspondentes. A relação entre esses personagens nos leva a ponderar sobre a afinidade cultural e filosófica existente entre eles. Não é por acaso que D. Francisco tenha escrito uma sátira sobre o diálogo onde os livros dos quatro políticos, o do próprio Melo, o de Quevedo, o de Lísio e o de Boccalini, sirvam de referencial, e de remédio, para sanar toda a cultura européia seiscentista (com destaque para a ibérica).

É claro que esta afinidade parte do cérebro de D. Francisco Manuel de Melo, pois foi ele que amalgamou os quatro personagens num diálogo. Todavia, ela extravasa para além disso, quando vemos as cartas recebidas e enviadas para e por Quevedo. No epistolário do espanhol temos duas cartas deste para Justo Lísio e uma de Lísio para

Quevedo, datando do ano de 1604. Outra carta foi escrita pelo belga ao espanhol no ano de 1605, um ano antes de sua morte.

Por outro lado, D. Francisco Manuel de Melo lhe escreveu duas cartas datadas de 1636, em espanhol. Na primeira carta, de quatro de outubro daquele ano, apresenta-se a Quevedo contando-lhe trechos de sua biografia e pedindo-lhe que leia um de seus livros escrito a pouco, antes que seja impresso. Este pedido é bastante impressionante e nos sugere uma identidade, senão uma filiação, entre a proposta filosófico-moral, e talvez mesmo política, do sábio castellano e a do intelectual português. Diz um trecho da carta:

*Yo embío a vuesa merced este primer trabajo, porque se sirva de embiármele de suerte, que no tema después de su enmienda la censura de otro; certificando a vuesa merced que no le tengo por la línea de apeles, ni por el dedo de Fidias, porque ni presumo tanto de los aciertos deste libro, que deje de entender tiene mucho que mejorar, ni de mí confío tan poco, que no entienda podré con más seguridad emplearme en otros escritos. § Segunda vez suplico a vuesa merced se sirva de verlo e aviseme de su sentimiento, en forma que su parecer de vuesa merced sea, o vara que me castigue, o escudo que me defienda, porque sobre el voto de tan docto varón se affirmen mis desengaños o mis esperanças.*⁶⁶

Isto posto, observa-se que não só D. Francisco lhe enviou mais de um livro para que Quevedo analisasse, mas também, e sobretudo, importava-se e dependia de suas críticas para enviar seus livros para imprensa.

É curioso notar a existência de uma intensa relação de D. Francisco de Quevedo com personagens estabelecidos nos domínios da coroa de Castela. Envolveu-se com Lúpsio, um flamenco; com D. Francisco Manuel de Melo, um português e com um duque que se preocupou fundamentalmente com o governo de Nápoles. Publicou suas grandes

⁶⁶ QUEVEDO, D. Francisco de. *Epistolario*. In: MARIN, Luis Astrana (org.). *Obras completas de Don Francisco de Quevedo y Villegas*. Prosa. Madri: Aguilar, 1941, p. 1898.

obras em todo território dominado pela Espanha, como por exemplo, o livro que analisaremos neste ponto, os *Sueños*.

Estes discursos satírico-críticos foram publicados inicialmente em Barcelona, capital do domínio da Catalunha, no ano de 1627. Dois anos depois, em 1629, foi também publicado em Portugal com o título *Desvelos soñolientos, y discursos de verdades soñadas*, pela imprensa de Luis de Souza. E posteriormente, em 1633, foi novamente publicado em Lisboa pela casa de imprensa de Mathias Rodrigues.

Quevedo era um opositor e suas obras mostram-nos o vigor com que atacou e feriu os mais diversos personagens e os mais sortidos grupos sociais. Uma leitura e uma análise mais atenta do livro *Sueños* de Quevedo – também escolhido por ser um dos personagens que constituem o interessante debate travado no *Hospital das Letras* – ajuda-nos a constatar um pouco do pensamento deste importante escritor, político e filósofo castelhano.

Os *Sueños y discursos de verdades descubridoras de abusos, vícios, y engaños, en todos los oficios e estados do mundo*, como o próprio título diz, são discursos fantasiosos, profundamente embebidos da literatura satírica do mundo antigo, sobretudo Luciano de Samósata, que serviram ao autor para criticar os vícios de seu mundo. São divididos em 5 discursos, sendo o primeiro o “Sonho do juízo final” ou o “Sonho das caveiras”, o segundo o “Aguazil endemoniado” ou o “Aguazil Aguazilado”, o terceiro o “Sonho do Inferno” ou as “Pocílgas de Plutão”, o quarto o “Mundo por de dentro” e o quinto, e último, o “Sonho da Morte”.

O “sonho do juízo final”, dedicado ao conde de Lemos, escrito no ano de 1606, narra um pretense sonho tido pelo autor onde este observa os julgamentos dos mais

diversos grupos sociais no dia do juízo final. Nesta divertida sátira soldados, capitães, avarentos, luxuriosos, maldicentes, ladrões, mercadores, médicos, aguazis, pasteleiros, filósofos, boticários, cirurgiões, astrólogos e hereges são julgados com um espírito embebido do mais puro veneno.

Os médicos, os boticários, os cirurgiões e os astrólogos são sujeitos a mais severa crítica. Segundo Quevedo, os doutores em medicina são os maiores responsáveis pelo envio de almas ao além. Os astrólogos são acusados de inutilidade, por seu saber lidar com elementos que não podem ser apropriados, tal o futuro e o destino.

No segundo discurso, o “Aguazil endemoniado”, dedicado ao marquês de Villanueva de Fresno y Barcarrota, Quevedo ataca enfaticamente a figura do aguazil ou do meirinho. O conto se dá com a visita de Quevedo a um aguazil, o licenciado Calabrés, que há pouco teve seu corpo ocupado por um demônio que narra a situação social dos demônios e sua altivez de estado sobre a dos aguazis.

No terceiro sonho, dedicado a um amigo anônimo, Quevedo, no mundo de Morfeu, caminha por uma senda que bifurca em duas outras rotas que conduzem, uma para o céu e outra para o inferno. Após entrar no caminho do céu e se sentir bastante incomodado com o percurso, Quevedo se transfere para a senda do inferno e deságua neste lugar, tal Dante, para observar os castigos sofridos pelos pecadores no além.

O inferno é o lugar perfeito para o escritor colocar todos aqueles que não lhe agradam, fazendo-os sofrer penas por seus defeitos morais. Defeitos esses, claro, ditados pelo olhar e vontade de Quevedo.

Os alfaiates guardam um importante lugar neste mundo. Pasteleiros, parvos, mercadores, nécios, tintureiros, boticários, barbeiros, surdos e até mulheres feias, somente por serem feias, guardam seu lugar entre os demônios de Lúcifer.

Esta sátira, apesar de se assemelhar à viagem ao inferno empreendida por Dante, é fortemente marcada pelo traço da pena Barroca. Quevedo y Villegas ataca feroz e burlescamente seus opositores, ou aqueles que não se adequam às leis e normas de conduta impostas por sua filosofia moral estóica. Ele não se contenta com o desconcerto e o engano, buscando sempre dar estocadas indiretas, mas, contudo certeiras, em seus coetâneos amorais.

Faz isso se servindo de figuras metafóricas e alegóricas belas e inteligentes, além de incorporar o “jogo de luz e sombras” que caracteriza a escrita barroca. Não obstante, apesar de golpear ferozmente o “vício” da hipocrisia, alvo constante dos ataques do autor, opta por uma postura dissimulada e honesta, pois que, segundo Acceto *A dissimulação é a habilidade de não fazer ver as coisas como são. Simula-se aquilo que não é, dissimula-se aquilo que é.*⁶⁷

É por isso que não conseguimos visualizar as pessoas que Quevedo transforma em alvos de suas críticas, pois ele não as nomeia. Isto é colocado de maneira bem sutil e somente pode ser observado mais agudamente com a compreensão dos agentes que o circundavam, de suas alianças, de seus opositores e da sociedade espanhola barroca, o que não pode ser feito no presente trabalho.

Neste sonho, bem como no do Juízo final e no próximo, Quevedo lança um ataque mordaz a um certo tipo de filosofia natural e suas implicações. O fidalgo mostra-se

⁶⁷ ACCETTO, Torquato. *Da dissimulação honesta*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 27.

grandemente insatisfeito com todos os personagens que se apropriam de um olhar que os faz fugir da vida em sociedade. Ataca, sobretudo os filósofos naturais que abraçaram filosofias místicas, tal o hermetismo e o neoplatonismo. Deixa de fora, pelo menos aparentemente, os aristotélicos.

Este ataque é feito através de suas imagens narrativas, enviando este grupo de filósofos para o lugar da penitência no além, envia-os para o inferno. E, no interior do espaço diabólico, os faz sofrer de diferentes maneiras. Cada filósofo é discriminado e citado de maneira particular, a saber: *Pedro de Abano*, com sua ciência “sín ningún fundamento”, *Cornélio Agripa*, famoso feiticeiro, *Juan Trithemio*, autor de obras escandalosas e cheias de demônios “ya que en vida parece que siempre tuvo hambre dellos”, *Girolamo Cardano*, quem “soube ser o maior mentiroso em seu livro *de subtilitate* por feitiços de velhas que nele agregou”, *Julio César Scalígero*, “mentiroso” a respeito de Homero e Virgílio, *Artefio*, com sua mágica para entender a língua dos animais, *Checol de Áscoli*, com seus experimentos “desparatados”, *Teofrasto Paracelso*, queixando-se do tempo que passou fazendo Alquimia, entre muitos outros deste tipo.

É interessante notar esses ataques aos filósofos naturais se observarmos o modo como o próprio Quevedo contemplou a noção de filósofo e como esta noção se opôs ao modo como viviam estes outros filósofos. Falaremos desta noção após finalizarmos a análise descritiva.

O sonho seguinte é o discurso conhecido como “O mundo por de dentro”, dedicado ao importante personagem Pedro Téllez Girón, o duque de Osuna. Quevedo, como explicitado anteriormente, trabalhou muitos anos a seu serviço e o teve como amigo e aliado. O que nos leva a realçar a importância deste discurso, escrito pelo sábio

para servir de “espelho de desenganos” para o importante vice-rei de Nápoles e Sicília. Foi escrito em 1612, exatamente o ano em que Quevedo se colocou a serviço de Osuna como seu secretário particular.

O discurso narra o encontro de Quevedo com um velho mal vestido, porém integro e austero, que nos faz pensar inicialmente na figura de Diógenes, pelo comportamento crítico adotado pelo Fidalgo. Contudo, no decorrer da narrativa, fica mais clara sua semelhança com a figura do velho constante da tradição estóica.⁶⁸

Este velho, que inicialmente se mostra como um personagem característico, assume posteriormente a forma de um emblema. Este velho é a figura do Desengano.

O encontro se dá na “Rua Maior” de uma cidade imaginária. Rua esta que tem por epíteto “Hipocrisía”. Ali o velho mostra a Quevedo uma série de situações que aparentemente levam o espectador a observar seus protagonistas como desafortunados, mas são “descortinadas” pelo velho que faz ver ao nosso fidalgo a natureza real e viciosa de sua condição.

⁶⁸ Esta notificação nos faz pensar na figura do velho do restelo que ofertou conselhos e avisos aos navegantes da frota de Vasco da Gama, figura camoniana bastante inspirada no imaginário estóico. Diz Camões: “Mas um velho d’aspeito venerando

Que ficava nas praias, entre a gente,
Postos em nós os olhos, meneando
Três vezes a cabeça, descontente,
A voz pesada um pouco alevantando,
Que nós no mar ouvimos claramente,
C’um saber só de experiências feito,
Tais palavras tirou do experto peito:

- ‘Ó glória de mandar! Ó vã cobiça
Desta vaidade, a quem chamamos fama!
Ó fraudulento gosto, que se atiça
C’uma aura popular, que honra se chama!
Que castigo tamanho e que justiça
Fazes no peito vão que muito te ama!
Que mortes, que perigos, que tormentas,
Que crueldades neles experimentas!’”

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1963, p. 112.

O vício atacado nesta sátira, como a própria rua onde ocorrem as situações pode mostrar, é a hipocrisia. Os homens são hipócritas por chorar pela morte de entes que de queridos nada têm para eles, por mentir sobre seus interesses verdadeiros, por charlatanices e por uso de filosofias desviantes que somente se prestam ao engano e a simulação.

A simulação é o alvo maior deste sábio dissimulado.

Quevedo oferece-nos relatos chocantes sobre sua concepção de natureza humana que tende ao pecado e ao vício. Ataca aos vaidosos e arrogantes e ensina a seu amigo, o duque de Osuna, a observar com mais cautela a ação dos homens que o rodeiam para que não se iluda com consensos fantasiosos, pois que, para Quevedo, os homens são lobos em vestes de cordeiros.

Por fim, o ultimo sonho trata da única companheira constante da vida de todo ser humano, a Morte. O “sonho da Morte” é dedicado a Doña Mirena Riqueza, anagrama de Doña María Enriquez, e trata-se de mais uma viagem de nosso peregrino fidalgo ao lar de Doña Muerte.

Aqui, neste sonho, Quevedo mostra sua face moral profundamente estoica. Ele lida com o término da existência como se este fosse o outro lado da vida, oferecendo-nos uma definição da morte enormemente arguta, inteligente e sensível.

Isto posto, o nosso viajante sobrenatural ensina aos homens a lidar com este ser que nasceu da mordida dada por Eva na maçã da árvore do paraíso⁶⁹. Ele utiliza este

⁶⁹ Destacamos esta bela alegoria da obra do ilustre escritor português Gil Vicente, autor das mais belas peças de teatro. Na boca de Eva coloca as seguintes palavras:

“Digo que, prenhe, minha alma e vida
assi concebida do verbo corrupto,
desejei, de prenhe, fartar-me do fruto

desengano para continuar a mostrar para seus leitores os erros morais que os homens não deveriam incorrer em vida para que, em sua morte, não apresentem arrependimentos.

Assim, caracterizado o conteúdo da obra analisada, observaremos o modo como Quevedo definiu o filósofo, como ele definiu a “verdade” e porque estes conceitos servem-nos para compreender sua forte oposição a um determinado tipo de filosofia natural.

O conceito de filósofo em Quevedo assume um aspecto bastante peculiar, pois que se insere de maneira orgânica na concepção de pessoa do estoicismo. O homem, para esta filosofia, deve ser prudente e virtuoso e esta virtude o permite agir no mundo de maneira a transformá-lo. Os homens estóicos são todos agentes e interventores, não aceitam a fuga das obrigações que possuem perante a vida.

Assim, em acordo com o esquema de Marcel Detienne apresentado no primeiro capítulo, podemos circunscrever a figura de Quevedo, bem como a de todos os partícipes da “Escóla de Tácito” levando em conta o próprio Melo, na representação do filósofo “sofista”. Quevedo não se preocupa com o que são as coisas de fato, antes se preocupa no que vão ser após serem catalisadas por sua ação. A verdade de Quevedo, como a de Mascardi, é fruto da fé publica, fruto do consenso do público a respeito de determinada

da árvore santa, per Deus defendida.
E, como comi,
(*Aparece a Morte*)
vedes ali, Senhor, que pari,
vedes a minha triste paridura:
essa é a filha da mãe sem ventura,
isto nasceu da triste de mi,
por nossa tristura.”

VICENTE, Gil. *Breve sumário da história de Deus*. In: BERARDINELLI, Cleonice. *Antologia do teatro de Gil Vicente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, pp.165-166.

interpretação. Interpretação que é feita pelo próprio Quevedo e pelos tacitistas que o seguiram em matéria de filosofia.

Portanto, a verdade ou a realidade não se descola das ações dos homens. As palavras e as coisas são interdependentes, posto que a coisa depende de sua nomeação e a nomeação da coisa a nomear. Quevedo parece acreditar, como Horácio, que os grandes reis somente puderam existir quando os narradores deram a notícia de sua existência. O que faz com que o intelectual se coloque em um nível consideravelmente mais alto do que os outros homens.

O filósofo de Quevedo é o intelectual agente, o intelectual interventor. Um homem que não se refugia no seu saber, antes o utiliza como maneira de agir sobre o mundo ao seu redor. Nas palavras de Quevedo:

*No es filósofo el que sabe las cosas, sino el que las hace, como no es rico el que sabe dónde está el tesoro, sino el que le saca y le trabaja. Ni aun ése lo es del todo, sino el que después de poseído, usa bien del. ¿Qué importa que sepas dos chistes y dos lugares, si no tienes prudencia para acomodarlos?*⁷⁰

O “sofista” do fidalgo espanhol não se comporta como um “mago” que separa as palavras das coisas e ironiza com o saber humano, impedindo toda a relação possível entre os homens e seu mundo. As ações humanas para o espanhol não estão compreendidas numa narrativa escrita pelas mãos do criador. Neste pensamento, os homens são responsáveis por sua existência e pela situação específica de seu mundo, sua sociedade.

⁷⁰ Idem, p. 97.

Por isso a teoria das virtudes é tão fundamental neste pensamento, o reto agir é fundamental para que os homens canalizem seus atos em prol de projetos firmes e bem estruturados deixando para a posteridade um legado grandioso. Deste modo, em matéria de filosofia moral e de política, nosso personagem espanhol não aceitava nenhum comportamento indiferente a respeito do mundo circunstante.

Daí que Quevedo tanto criticou os filósofos naturais (herméticos, neoplatônicos e místicos), pois acreditava que estes se comportavam como perdedores resignados que não acreditavam no poder transformador da ação humana e do livre arbítrio.

Dito isto, podemos concluir que Quevedo, bem como os membros da suposta Escola de Tácito proposta por D. Francisco Manuel de Melo, privilegiaram uma cultura que se inseria de maneira forte no pensamento contra-reformista. Isto porque deram enorme relêvo ao livre arbítrio e a uma idéia de sábio que girou ao redor da importância da intervenção no mundo.

3. Trajano Boccalini (1556 Loreto – 1613 Veneza)

Trajano Boccalini Nasceu em Loreto [Ancona] no ano de 1556, filho de um arquiteto. Fez seus estudos em Perugia em 1578 na faculdade de direito civil, contudo em 1580, ano da morte de seu pai, transfere-se para a Universidade de Pádua. Em 1585 dirigiu-se a Roma para continuar seus estudos, tendo, no ano anterior, se casado com Ersilia Ghislieri. Foi aluno do importante cardeal Guido Bentivoglio.

Em 1590 Boccalini se tornou secretário da família Spinola em Gênova e, em 1592, com a eleição do papa Clemente VIII, trabalhou como governador nas diversas

idades do Estado da Igreja, primeiramente em Trevi na Umbria, depois em Tolentino e finalmente em Brisighella. Em 1596, tornou-se tenente de Scipione Gotifredo, governador de Benevento, até que este perdeu seu cargo e Boccalini o substituiu.

Em 1599 ele conseguiu um cargo de juiz criminal em Campidoglio e, em 1603, ele voltou a trabalhar como governador das pequenas cidades de: Comacchio, Bagnacavallo(1606), Argenta(1608) e Sassoferrato(1611).

Em 1612, ano da publicação de sua importante obra os *Ragguagli de Parnaso*, saiu de Roma e se estabeleceu em Veneza, porque teve desentendimentos políticos a respeito da monarquia espanhola além de ter bom acolhimento nesta cidade por seu amigo Paolo Sarpi. Morreu inesperadamente em 1613, com suspeita de envenenamento, contudo não há firmes indícios sobre isto.

Compôs, principalmente, os conhecidos *Ragguagli de Parnaso* (Avisos do Parnaso), sátira em que no topo do monte Parnaso senta-se o deus Apolo como um juiz a ouvir as reclamações de vários personagens importantes de sua época, distribuindo justiça de acordo com os méritos de cada caso em particular. A obra é dividida em duas centúrias, publicadas respectivamente em 1612 e 1613, com uma terceira centúria adicionada em 1615 com o título *Pietra del Paragone Politico*, que trata especificamente de matéria política e foi publicada em diversas línguas – francês, alemão, inglês e latim – na Europa. Além disso, escreveu o importante comentário *Commentarii sopra Cornélio Tácito*, publicado em Genebra em 1669, onde expôs suas exigências de moralidade política e propôs um certo modelo literário onde Tácito era a grande matriz.

Trajano Boccalini foi um personagem de grande relêvo na política européia do seiscentos. Entreviu ativamente nos assuntos do poder e se relacionou com outros

personagens importantíssimos, participando de uma comunidade intelectual ligada à política papal. O italiano foi um integrante da academia laica a serviço do papado, a Accademia dos Desiosi. A respeito disso escreveu Redondi:

“...falava-se de estilo entre os Desiosi, mas mais do que recitar poesias falava-se de filosofia moral e de história: era uma academia de ciências morais e políticas como jamais existira em Roma. (...) Os Desiosi eram os intelectuais do partido do papa. (...) Seus protagonistas eram, porém, naquela fase inicial, dois jovens e brilhantes intelectuais que monsenhor Mascardi colocara a seu lado. O primeiro era Virgilio Malvezzi, trinta anos, que já se fizera notar com seus *Discorsi su Cornelio Tacito*. Discípulo de Tácito em política e de Sêneca em filosofia moral, o conde Malvezzi era um daqueles intelectuais laicos da Contra-Reforma, como Trajano Boccalini, realistas e desencantados, que, contra a historiografia das universidades jesuítas inspirada em Tito Lívio, encontravam em Tácito, e depois dele em Maquiavel, uma teoria de poder mais adequada ao estado presente”.⁷¹

Redondi intriga-nos ao associar Boccalini com a Accademia dos Desiosi. Contudo, ao nos remetermos aos dados oferecidos inicialmente a respeito do personagem, observamos sua filiação direta ao papado pelo trabalho que exerceu durante toda sua vida até 1612, quando vai a Veneza e, possivelmente, muda de orientação.

Boccalini, juntamente com seus pares, formulou princípios de atuação política que se tornaram referências no modo de viver de todos os homens do Barroco. Foi um dos formuladores do princípio ou virtude da “Dissimulação Honesta”. Como ainda nos ressalva Pietro Redondi:

“Não podemos esquecer completamente, todavia, que às virtudes da clareza e da distinção os filósofos e cientistas do século XVII – que de fato se chamavam “virtuosos” – acrescentavam um outro requisito intelectual

⁷¹ REDONDI, Pietro. *Galileu Herético*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Pp. 81-82.

para exprimir suas idéias: a virtude da “dissimulação honesta”, uma virtude cujas regras metodológicas haviam sido rigorosamente desenvolvidas nas obras de metodologia historiográfica e política de Traiano Boccalini, de Virgilio Malvezzi e depois de Torquato Acceto”.⁷²

Daí que, podemos vislumbrar o relêvo de tal personagem, político influente, primeiramente a serviço do papa e, num segundo momento, refugiado em Veneza e opositor severo da monarquia de Castela, o que talvez o tenha feito deixar Roma e se refugiar em ambiente mais seguro como foi Veneza. Boccalini talvez tivesse permanecido do lado do poder papal, contudo, não pretendeu que esse se mesclasse com a vontade gananciosa de Espanha. Nesse ponto as negociações diplomáticas de D. Francisco Manuel de Melo a respeito da provisão dos bispados encontra respaldos no pensamento deste autor.

Analisaremos neste ponto a terceira centúria dos *Raggaglios* que trata especificamente dos assuntos do poder e nos auxilia a vislumbrar, servindo-nos de Boccalini como guia, a situação política européia do XVII. Além disso, o tom do brilho da lanterna deste sábio tacitista nos ajuda a entender o modo como este autor viu seu mundo, seus pares e, portanto, como ele se posicionou em contexto tão complexo e conturbado.

A terceira centúria de seus avisos ou a *Pietra del Paragone Politico* foi publicada em 1615. Está escrito na pagina de rosto que o lugar de publicação do livro é a

⁷² Idem, p.31. Sobre o princípio da *Dissimulação honesta* conferir: CAMENIETZKI, Carlos Ziller. “Dissimulações honestas e cultura científica na Idade Barroca” In: Revista *Sigila*. nº8 – 2001, pp. 81-91, e VILLARI, Rosario. *Elogio della dissimulazione. La lotta politica nel Seicento*. s.l.: Laterza, 2003. Além do importante tratado sobre a dissimulação de Acceto: ACCETO, Torquato. *Da Dissimulação Honesta*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Onde caracteriza a idéia de dissimulação: *Desde que o primeiro homem abriu os olhos e percebeu que estava nu, procurou ocultar-se também da vista de seu artífice; assim a diligência em esconder praticamente nasceu com o próprio mundo e a primeira aparição do defeito, e passou ao uso de muitos por meio da dissimulação*. Idem, p.7.

“Cosmópolis”, o que se mostra bastante interessante porque a idéia de Cosmópolis foi engendrada justamente pelos sábios da filosofia estóica.⁷³

Trajano Boccalini, como os dois personagens analisados anteriormente, deixa sinais claros de sua inserção filosófica no pensamento estóico. Seu livro se organiza como uma série de notícias acerca das configurações dos Estados europeus no século XVII.

A Pietra é uma obra satírica onde o deus Apolo, sentado no monte Parnaso, tendo ao seu redor um grupo de sábios homens que compõem o sacro colégio dos literatos, julga, como um médico da política, os problemas morais de todos os Estados europeus. Todavia, a monarquia espanhola é o escopo de nosso autor, ela é o alvo de todos os seus ataques. O que nos indica seu posicionamento radicalmente contrário a esse Estado.

Inicia sua literatura crítica com uma espécie de manifesto contra a opressão da Espanha sobre Nápoles e os napolitanos. Na notícia seguinte critica a liberdade de Gênova por estar escorada na opressão espanhola que, apesar de parecer permitir a liberdade, enclausura com seus grilhões todas as nações que se colocam sob seu poderio.

Numa outra notícia Boccalini pinta uma excelente alegoria que nos permite observar as relações entre os diversos estados. Um grande incêndio rompe no real palácio da monarquia da França e todas as outras nações da Europa lhe acodem levando água de seus rios para extinguir o fogaréu. Os ingleses levam água do rio Tamisa, os alemães do

⁷³ A lenda diz que, no fim da pólis grega, dois grupos filosóficos se formaram na Hélade. Por um lado, aqueles que se refugiaram no seu “jardim” buscando, através de um profundo hedonismo, se esconder dos sofrimentos do mundo. Esses foram os Epicuristas, liderados pelo filósofo Epicuro. Por outro lado, aqueles que não aceitaram o fim da participação ativa e quiseram continuar seus esforços ampliando seu raio de ação para uma circunferência até então impensada. Estes homens, os Estóicos, perderam a pólis ateniense, mas criaram a “Cosmópolis”, espaço que engloba todo o universo e faz da participação estóica uma ação global. Conferir: BRUN, Jean. *O Epicurismo*. Lisboa: Edições 70, 1987; id. *O Estoicismo*. Lisboa: Edições 70, 1986; PRÉAUX, C. *Le monde hellénistique. La Grèce et l’Orient (323-146 av. J.-C.) II*. Paris: PUF, 1988.

rio Mosa e do Reno e os venezianos e florentinos quase chegam a esvaziar seus rios. Por outro lado, a Espanha também ajuda a extinguir o fogo atirando-lhe líquidos, sem que, contudo, o fogo se extingue.

Desta forma, em seguimento, a França, que sempre teve a Espanha por arquiinimiga, acha estranha a atitude solidária de sua inimiga e vai averiguar o que anda a monarquia espanhola atirando no incêndio. A França descobre que não era água, mas sim óleo, o que impedia a extinção do fogo.

Essa bela alegoria é o símbolo do poder da Monarquia da França e da Espanha e sua forte rivalidade neste período de guerra. As outras nações aparecem sempre a revelia dos dois gigantes que aparentemente controlam a Europa seiscentista. Além disso, essa imagem sugere a rapacidade e o ardil espanhol na busca pelo poder. É quase como se Boccacini acusasse a Espanha de um comportamento político tirânico, onde o que está em jogo é somente o poder e a conquista dos estados.

Por isso ainda em outra notícia o sábio modela um emblema da monarquia espanhola representada por uma jovem rainha necessitada de cuidados médicos.

Caracteriza-a o autor:

*La Monarquia di Spagna in comparatione di quella di Francia, d'Inghiltera, & d'altre vecchie Monarchie d'Europa, è giovane d'anni, mà di corpo è molto maggiore di qual si voglia altra: & alla proportion de gl'anni, che ella hà, é di smisurata grandezza; onde s'argomenta, che, s'ella continuasse à crescere fino à quella età, nella quale li corpi humani sogliono ricevere incremento, diverrebbe così gran Gigantessa, che giugnerebe à quella smisurata altezza delle Monarchie Universali, alla quale pervenne la Monarchia Romana.*⁷⁴

⁷⁴ BOCCALINI, Traiano. *Pietra del Paragone Politico tratta dal monte parnaso dove si toccano I governi delle maggiori monarchie del Universo*. Cosmopoli: Zorzi Teler, 1615. (página não numerada / título da notícia: *Monarchia Spagnola ariva in Parnaso; suplica Appolo di esser risanata d'un cauterio. Dalli Medici Politici viene licenciata.*).

A rainha é então analisada pelo “Político Hipócrates Tácito” quem diagnostica a loucura da rainha. Loucura esta, marcada pelo sinal da excessiva avidez pelo poder que foi causada por uma acumulação de humores engendrada pelo ouro vindo do Perú. Diz Boccalini:

*Medici Politici fù subito considerato il Cauterio & fatto c’hebbbero sopra di lui isquisitissimo Collegio, riferirono, che, chiaramente vedendosi, che la Monarchia Spagnuola veniva travagliata da una continua ardente sete di dominare, haveva bisogno di quel Cauterio, per il quale si purgassero quei humori grossi, che dal Perù le calavano nello stomaco, li quali cagionavano quella inestingubil sete.*⁷⁵

Todo o restante das notícias de Boccalini é marcado por uma inclinação fortemente antiespanhola, que ataca a possibilidade de tanto a Espanha quanto a França se tornarem “Monarquias Universais” e que propõe um ressurgimento do antigo império romano pelas mãos do povo da península itálica, pelas mãos dos descendentes dos romanos.

O pensamento de Boccalini, como o de Justo Lísio, se mostra fortemente marcado pela cultura e pelo pensamento imperial romano. Utiliza-se do artifício do médico, tal como o faz D. Francisco Manuel de Melo no *Hospital das Letras*, para poder estocar pérfidos golpes contra seus inimigos. Entretanto, guarda sempre, em matéria de Política, o molde imperial tacitista e a filosofia estóica.

Se compararmos os *Sueños* de Quevedo, o *Hospital das Letras* de D. Francisco Manuel de Melo e os *Raggagli de Parnaso* de Trajano Boccalino observaremos uma forte

⁷⁵ Idem, ibidem.

semelhança retórica no que se refere ao uso de emblemas, metáforas e alegorias como instrumento de crítica a adversários. Contudo, Quevedo ataca tipos sociais, personagens de seu mundo que eram contrários ao seu modo de ver a realidade. D. Francisco ataca comentadores e intelectuais que, por seus comentários pouco sofisticados, desvirtuavam a compreensão de seus coetâneos da cultura advinda de Portugal. Boccalino, por fim, ataca determinados poderes estatais, sobretudo o poder espanhol.

Com isso observamos em cada autor uma específica preocupação política que, de certa forma, define seu programa político. Quevedo buscava instituir um modelo de homem, criticando fervorosamente determinados comportamentos desviantes que somente favoreciam uma realidade marcada pela injustiça, pelo escapismo e pela hipocrisia. D. Francisco Manuel de Melo queria potencializar a importância da cultura portuguesa e com isso fortificar os laços patrióticos que agregavam os homens no momento de sua ação. Melo preocupou-se com aquilo que de fato representa o Estado, a língua e a cultura. Queria levar a cabo a proposta lipsiana do culto à pátria.

Já Trajano Boccalini esforçou-se para tornar aparente ao consenso geral a injustiça que emanava da monarquia católica, levantando o ódio dos povos das nações oprimidas para que estes alterassem a configuração em que estavam inseridos e fizessem emergir uma outra realidade.

A preocupação maior de Boccalini era com os Estados contidos na península itálica: Veneza, terra de seu amigo Paolo Sarpi, Nápoles, lugar de bravos homens oprimidos pelo jugo espanhol, Florença, vultoso Estado italiano e Roma. Apesar da fragmentação da península, fica implícito no texto deste autor um projeto de uma

“Monarquia Italiana” unificada para destronar a Espanha e a França. Contudo, o pouco estudo a respeito do personagem não nos permite firmes conclusões.

Por fim, acreditamos que Justo Lúpsio seja a grande nascente da Escola sugerida por Melo, ou senão o grande intérprete da matriz utilizada por nosso autor. A Escola que tem Tácito por Matriz fundamental, aparentemente acolhe a interpretação lúpsiana dos escritos do historiador romano.

Queremos insinuar que Justo Lúpsio foi o grande costureiro que coziu os diversos indícios deixados pelo estoicismo político do pensamento de Tácito e teorizou um sistema político coerente que organizou estes personagens cada um em torno de seus projetos. Além disso, foi ele o artífice a unificar o pensamento político antigo com a moralidade e os costumes cristãos.

Lúpsio é a fonte que deságuou nos afluentes Quevedo, Boccalini e Melo. É uma tradição intelectual que se inicia no flamengo, intelectual mais crítico, se desenvolveu com Quevedo e Boccalini e tomou maior delineamento filosófico com Melo.

Foi D. Francisco Manuel de Melo quem classificou esses personagens dentro de um agrupamento coerente, de um Escola. É ele quem nos ajuda a aproximar estes personagens entre si e inseri-lo neste agrupamento.

A Escola de Tácito é uma criação de Melo. Uma criação coerente e, sobretudo orgânica que ajuda-nos a compreender cada um destes agentes, mas, mormente, ajuda-nos a compreender este português que com o ato de juntar diferentes personalidades, nos adiantou os indícios de seu posicionamento, de seu pensamento filosófico e político.

Assim, sendo este trabalho uma análise historiográfica de suas obras e uma análise matricial de seu pensamento filosófico, passemos a análise mesma das obras

historiográficas de D. Francisco Manuel de Melo. Observando a organicidade destas dentro dos componentes do pensamento dos intelectuais da Escola de Tácito.

CAPÍTULO QUARTO:

D. Francisco Manuel de Melo: conselheiro de Estado.

D. Francisco Manuel de Melo nasceu em Lisboa no dia 23 de novembro do ano de 1606, filho de D. Luiz de Melo e D. Maria de Toledo de Maçuellos. Fez seus estudos na renomada instituição jesuítica do Colégio de Santo Antão, tendo aulas de retórica e letras com o eminente padre Balthazar Telles e de filosofia natural com o importante matemático jesuíta Inácio Stafford.

Em 1625, aos dezessete anos, Melo alistou-se numa companhia militar para defender Lisboa dos Ingleses, passando, no ano seguinte, para a esquadra do general D. Manuel de Menezes que naufragou em 1627 na Corunha. Quatro anos depois ele é promovido a capitão envolvendo-se nos assuntos de Estado com maior proximidade, o que o fez ir a Madri em 1633.

No decorrer de alguns anos D. Francisco vivencia a turbulência da vida cortesã espanhola, inteirando-se de suas especificidades e fazendo amigos que lhe acompanharam em grande parte de sua vida. Um deles é o importante ministro e militar português D. Miguel de Noronha, o conde de Linhares, com quem viveu tortuosas conjunturas.

Em 1637 D. Francisco, juntamente com o conde de Linhares, é enviado a Évora para acalmar ou reprimir a revolta popular que teve lugar por conta da proposta de aumento de taxaço de impostos sugerida pelos ministros portugueses Diogo Soares e Miguel de Vasconcelos⁷⁶. Entretanto, Melo não conseguiu levar a cabo seu encargo e, ao

⁷⁶ Na Restauração de Portugal, em 1640, um grupo de fidalgos conjurados invadiu o paço e pôs para fora todos aqueles que representavam o poder castelhano. No caso de Vasconcelos, sua importância no interior

contrário de repressor, se tornou suspeito de envolvimento no levante, o que o fez ser aprisionado quando retornou a Madri.

Contudo, não demorou muito a ser solto e voltou para a intensa dinâmica da corte de Madri. Lá esteve para lutar pelos interesses de Portugal, e pelos interesses de alguns nobres portugueses, junto aos castelhanos. Aproveitou também para publicar um livro que havia começado a escrever desde sua ida a Évora com a utilidade de “espelho” moral para os generais, mormente para o conde de Linhares, a quem o livro é dedicado – obra modelar do estoicismo ibérico tal o *El mundo por de dentro* do sábio Quevedo.

Dois anos depois, em 1639, D. Francisco acompanhou tropas espanholas para ajudar o exército castelhano a fazer face aos revoltosos de Flandres.

Em 1640 Melo regressou a Madri e foi novamente incumbido de militar nas “conquistas alheas” da Catalunha. É enviado para reprimir um enorme levante popular ao lado do importante general espanhol, o Marquês de los Vélez. Foi durante esta repressão que o sábio fidalgo português colheu os dados para sua obra prima de narrativa historiográfica, a *Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña* que será analisada posteriormente.

No mesmo ano, como já mencionado, arrebentou a Restauração em Portugal e Castela se viu desprovida de um de seus importantes domínios. Neste contexto, todos os portugueses instalados em Madri tornam-se suspeitos de conspiração, o que fez com que uma figura de tão alto relêvo como o foi Melo não passasse despercebida. D. Francisco foi preso e durante quatro meses ficou retido até que foi enviado novamente para compor um destacamento militar em Flandres.

da orientação castelhana era tanta que os revoltosos se decidiram a eliminá-lo. Crivaram-no de balas e o atiram ao povo pela janela do paço.

Todo esse período da vida de nosso personagem é bastante obscuro, sobretudo no que diz respeito ao seu envolvimento com os “partidos políticos” castelhanos e com os portugueses. Não sabemos ao certo se D. Francisco era pró Castela e depois da Restauração se colocou ao lado dos portugueses ou se sempre havia sido a favor dos portugueses e lutado por determinado projeto político para Portugal.

Não obstante, após ter se libertado do cárcere espanhol e se dirigido a Flandres, arrumou um jeito de escapar da batalha e ir até a Inglaterra para se declarar abertamente partidário da Restauração. Em 1641 chegou a Portugal e foi logo acolhido pelos aclamadores com suspeita e desconfiança. Assim, permaneceu na margem dos assuntos de Estado até que, em 1643, para angariar as confianças de seus pares, se alistou como soldado num destacamento que invadiu a Espanha.

No mesmo ano, após o retorno da batalha, D. Francisco Manuel de Melo foi incriminado pelo assassinato de um criado. Crime ou armação de seus adversários para vê-lo fora do jogo político que estava tomando forma no interior do recentemente liberto Estado português? Somente poderíamos obter as respostas para esse problema se tivéssemos acesso aos diversos documentos da justiça portuguesa da época e pudessemos nos focar mais no estudo de tal conjuntura, tão importante para a compreensão das forças políticas no Portugal restaurado. Entretanto, este não é o foco deste trabalho.

Esta condenação o deixou retido por quatorze ⁷⁷anos, onze em Portugal e três degredado no Brasil. Nesses longos anos de prisão nosso intelectual se destacou pela imensa quantidade de escritos redigidos e publicados e pela enorme pilha de cartas escritas e lidas, muitas delas foram publicadas no volume *Cartas Familiares*, ao passo

⁷⁷ MELO, D. Francisco Manuel de. *Cartas Familiares*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1981.

que as demais devem supostamente estar em recônditos empoeirados de antigos arquivos ou bibliotecas da Europa sem nunca terem sido tocadas por nossos contemporâneos.

Em 1655, saiu a decisão oficial da justiça de enviar D. Francisco em degredo para Salvador. Melo partiu no dia 17 de abril na armada do importante general Francisco de Brito Freire, autor da *História da guerra brasílica*. Permaneceu no Brasil de 1655 até 1658. Foi nessa permanência que escreveu seu importante livro, *Apólogos Dialogais*, conforme já foi dito.

Todavia, desde o início, D. Francisco não se rendeu às decisões dos juízes e tentou de todas as maneiras se libertar. Num manifesto enviado por ele ao rei D. João IV diz que fora preso pelo ardil de seus inimigos, nos sugerindo a tese da prisão pela armação feita por seus adversários políticos que o queriam fora do jogo do poder. Talvez D. Francisco fosse um adversário difícil e hábil no trato político. Assim, em 1656, quando ainda estava no Brasil e soube da morte do rei D. João IV, enviou uma série de correspondências a Portugal para tentar negociar seu retorno.

Foi o segundo Conde de Castelo-Melhor, João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, antigo amigo de D. Francisco, quem trabalhou com vistas a que ele pudesse voltar para sua terra. Chegou então em Lisboa no ano de 1658 e se colocou sob a proteção de seu filho, Luís de Vasconcelos e Sousa, terceiro Conde de Castelo-Melhor. Foi este Conde, juntamente com a ajuda de nosso personagem, quem deu o golpe de estado que alijou do governo a regente D. Luísa de Gusmão e colocou no poder o rei D. Afonso VI.

D. Francisco Manuel de Melo, a partir de 1662, se tornou uma importante peça desse quebra-cabeça na nova configuração política de Portugal, agindo como diplomata na negociação do provimento dos bispados, na questão do palatinato e, mormente, na

tentativa de arranjar um casamento para o Rei. Foi ele quem negociou as alternativas de casamentos do Rei D. Afonso VI na Inglaterra, na França e na Itália, obtendo sucesso com Maria Francisca de Sabóia, princesa de Nemours, filha do duque de Nemours.

Quando voltou de suas atribuições em 1666 foi nomeado membro da junta dos três estados e faleceu no mesmo ano a 23 de agosto.

Seus escritos contam com mais de vinte obras impressas e mais de noventa obras manuscritas e inéditas. Foi personagem ativo no cenário político e cultural português. Seus livros e suas cartas apontam para uma maior valorização de temas pelo personagem que dizem respeito à razão de Estado, à importância das virtudes, à solidificação de uma cultura portuguesa (dando mais destaque para a idéia de pátria fundamentada na língua e na cultura) e, por conseguinte, à política.

As obras históricas escritas pelo personagem serão o nosso guia, auxiliando-nos a compreender os princípios que compuseram seu pensamento político. Serviremo-nos também de outros textos escritos pelo autor. As histórias escritas por Melo que nos guiarão neste capítulo são quatro; duas impressas e duas manuscritas.

A análise das obras históricas começará pelas obras impressas, com a *História da Guerra da Cataluña* publicada em 1645, no governo do rei D. João IV, e com as *Epanaphoras de Varia Historia Portuguesa* publicadas em 1660, no governo do rei Afonso VI. Seguiremos então analisando as obras manuscritas publicadas após a morte do autor, o livro *Tácito Português*, sem data exata de sua produção, e o *Teodósio II* escrito em 1648.

A *Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña* foi encomendada pelo então rei de Castela, Filipe IV, à D. Francisco Manuel de Melo,

quando este foi enviado à Catalunha para participar do exército de repressão ao levante. D. Francisco Manuel de Melo foi um participante ativo dos combates, o que atribuiu características singulares ao seu relato, pois viveu o evento, vendo de perto o que posteriormente narrou. Apesar de estar com os espanhóis sua obra parece se colocar a favor dos Catalães⁷⁸.

Posteriormente, em dezembro de 1640, Melo foi preso a mando de Castela quando houve a Restauração de Portugal. Após ter sido solto e enviado para Flandres, fugido para Inglaterra e se proclamado partidário da Restauração, voltou para sua terra natal e continuou a escrever a sua narrativa.

Todos estes tumultuosos percursos de sua vida fizeram com que ao invés de dedicar sua obra a Filipe IV ou a D. João IV, a tenha oferecido ao papa Inocêncio X, pelo acolhimento dado ao livro pela Igreja. Como relata no *Hospital das Letras*:

“Quando se começou, aquele livro era oferecido a El-rei de Castela; quando se acabou, devia oferecer-se a El-rei de Portugal. Partiu desta contenda o discurso, acolhendo-me à Igreja e fazendo que o livro fosse posto aos benditos pés da Santidade de Inocêncio X, por mãos de Jerónimo Bataglino, cujo primeiro exemplar mandou se colocasse na livraria do Vaticano”.⁷⁹

Além disso, antes de dedicar sua obra a Inocêncio X, visou homenagear um dos candidatos ao conclave para eleição do papa ocorrido pouco antes, o grande escritor e também seu amigo o cardeal Guido Bentivoglio, homem que influenciou grandes intelectuais da época. Contudo, este morreu antes e Francisco Manuel de Melo se viu obrigado a se servir de um pseudônimo na impressão de seu livro por parecer suspeito

⁷⁸ É mister salientar a importância da experiência para o autor, visto que na maioria de seus relatos históricos, presenciou os acontecimentos de per si.

⁷⁹ MELO, D. Francisco Manuel de Melo. *Apólogos Dialogais*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1959, p. 92.

que se falasse nas obras deste cardeal. D. Francisco assinou seu livro como Clemente Libertino. Clemente por causa de São Clemente cujo dia é o mesmo do de seu nascimento, e Libertino por causa do escravo liberto de mãe escrava, *porque, achando-me filho de mãe que fora escrava e hoje é livre, me convinha aquele significado*.⁸⁰

O livro narra a história dos levantes da Catalunha e dos confrontos entre catalães e castelhanos vividos no ano de 1640 que culminaram com a expulsão dos soldados de Castela da provincia Catalã, passando esta para as mãos do rei da França. A história possui intensa dinâmica narrativa, salientando os diversos personagens envolvidos no ocorrido e tornando-os vivos para o leitor por meio dos fortes diálogos construídos entre os agentes. Melo fez com que o leitor vivesse de perto os enlaces decisivos protagonizados por aqueles homens. É uma história feita de agentes, de personagens, de atores; onde o mínimo ocorrido se dá por causa das ações destas figuras humanas, como se tudo adviesse da escolha ativa dos partícipes. Não é por menos que dirá no seu prefácio, “Hablo a quien lee”:

*Procuró no faltar a la imitación de los sujetos cuando hablo por ellos, ni a la semejanza cuando hablo dellos. En inquirir y retratar afetos pocos han sido más cuidadosos. Si lo he conseguido, dicha ha sido de la experiencia que tuve de casi todos los hombres de que trato. He deseado mostrar sus ánimos, no los vestidos de seda, lana o pieles, sobre que tanto se desveló un historiador grande destes años, estimado en el mundo.*⁸¹

Logo, a história de Melo é um elogio à liberdade do homem e de sua ação no mundo, é uma história dos afetos e dos ánimos dos personagens envolvidos. Não se

⁸⁰ MELO, D. Francisco Manuel de. *Cartas familiares*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1981, pp. 112-113, carta 74.

⁸¹ Idem. *Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña*. Madrid: Editorial Castalia, 1996, p. 68.

preocupa com grandes verdades, antes com o modo como os grandes acontecimentos se desdobraram a partir da escolha humana. Ele viu nos grandes acontecimentos matéria de grande política, assim como na sua causa, a ação do agentes envolvidos nestes acontecimentos. É uma história política onde as coisas acontecem impulsionadas pelos interesses efetivos e não por um “Deo Abscondito” que tudo controla e determina.

Podemos dizer que estes afetos e ânimos são o motor de sua História, é o combustível que dá tom ao andamento do tempo e direciona o andar das sociedades para determinado fim. Com este modo de costurar sua narrativa, Melo propôs que todo o peso e a responsabilidade do que acontece repousasse sobre os homens.

Esta história serve para que possamos observar o advento e a hegemonia de novos agentes em comparação com a época antiga. Os heróis desta nova história não são mais os soldados e os generais. Esta narrativa não ensina mais os homens a lutarem na guerra, antes os ensina a fazer política. É uma historia para o Estado, feita por homens de Estado. Diz Melo:

*Grandíssima es la matéria, y aunque la pluma, inferior notablemente a las cosas que ofrece escribir, podía en alguna manera hacerlas menores, elas son de tal calidad, que por ningún accidente dejarán de servir a la enseñanza de reyes, ministros y vassalos.*⁸²

Outrossim, o fato desta narrativa se preocupar e fazer menção ao Estado da forma que faz, sugere que D. Francisco fosse um dos pensadores de uma proposta de Estado português; um Estado fundado, não nas premissas de um Maquiavel, de um Botero, de um Bodin ou de um Suarez, mas nas propostas de um Justo Lúpsio.

⁸² Idem, ibidem, pp.71-72.

Um Estado cujo culto interno seria o catolicismo e o externo seria a pátria portuguesa. Um Estado com uma milícia própria e um corpo de sábios conselheiros que dariam uma direção prudente a este poder, sendo o próprio D. Francisco um destes conselheiros sábios que dariam uma direção virtuosa ao governo.

D. Francisco inicia sua narrativa dizendo que em 1626, meados da guerra dos trinta anos (1618-1648), o rei Filipe IV celebrou suas cortes na Catalunha. Nesta ocasião se discutiu, entre outros assuntos, a permanência de exércitos estrangeiros em ambiente catalão. Esta contenda foi dividida em duas parcialidades, a do Almirante de Castela, D. Juan Alonso Henriquez de Cabrera, partidário da retirada dos exércitos estrangeiros da Catalunha e a do Conde-duque de Olivares, D. Gaspar de Guzmán y Pimentel, contrário à retirada dos mesmos exércitos. Desde já, Melo ilustra a importância das milícias de Estado como o fez Lípsio.

Segundo relata o escritor, os catalães, nobreza, clero e povo, ficaram ao lado do Almirante e se opuseram ao conde-duque. O que feriu seu orgulho, levando-o a empreender, a partir de então, feitos parciais contra qualquer demanda catalã.

D. Francisco Manuel de Melo construiu uma imagem viciosa do conde-duque e aproveitou para atacar a forma de governo que vingava na Espanha com Filipe IV. Atacou o valimento, o modo de governo em que o rei era aconselhado e guiado por um único homem, não permitindo aos demais as regulações dos possíveis erros cometidos por ele. Como todo bom estóico, relacionou as boas escolhas tomadas no governo a uma idéia de moral virtuosa.

O rei apareceu nos escritos de D. Francisco não como um personagem que participou das decisões de governo, mas como alguém que serviu para legitimar e tornar oficiais as decisões dos ministros.

Assim sendo, partindo de uma concepção aristotélica de direito natural em que a “Comunidade” ou os homens constituintes de uma sociedade são aqueles que elaboram as decisões políticas, e sendo o rei visto desta forma, a existência de um conselheiro próximo ao rei que tivesse poder de deliberação maior que os outros agentes, poria em risco a manutenção de uma “república” livre da presença de um agente tirano.

Quanto menos centralizado fosse o lugar de um conselheiro, ou grupo deles, melhor seriam os resultados das suas decisões. Pois, com as constantes controvérsias deliberativas restavam sempre escolhas advindas do bom senso e não de vontades viciosas e ardilosas. Disse o autor nesta história sobre este problema:

*Famosa lección pueden aquí tomar los príncipes para no dejarse poseer de ninguno. El que entrega su voluntad y su albedrio a otro, este mas se puede llamar esclavo que señor. Hace contra sí lo que no ha hecho su desventura. La suerte le hizo libre, y él se ofrece el cautiverio. La mayor miseria de un príncipe es aquella que le pone vencido a los pies de otro. Cuanto mayor debe ser esotra que le trae avasallado y preso al arbitrio de su propia hechura!*⁸³

Dando prosseguimento à História, nas segundas cortes que se estabeleceram na Catalunha em 1632 o valido, apesar de ser criticado pelos catalães, teve sua vontade aceita e elegeu como vice-rei da Catalunha o Conde de Santa Coloma, D. Dalmau de Querault, um francês. Este comandou um regimento de catalães para libertar as Salsas dos franceses e fez com que estes sofressem graves perdas. Ou seja, um estrangeiro foi

⁸³ Idem, ibidem, p. 151.

posto para governar uma 'pátria' que não queria ser dominada por forças, vontades e interesses externos.

Depois disto, apesar da indignação dos catalães, Castela requisitou ainda mais soldados e empreendeu outras ações que paulatinamente fizeram com que esta província se insurgisse e travasse intenso combate contra os castelhanos. Os catalães perderam muitas vilas e cidades para as guarnições espanholas até que vitoriosamente, segundo o relato de D. Francisco, derrotaram os exércitos chefiados pelo Marques de Los Veles e se encerrou a narrativa com a vitória dos sublevados. A Monarquia Católica perdeu o domínio sobre os catalães e a França ganhou sua confiança tendo-os por aliados.

D. Francisco, assim como os integrantes da Escola de Tácito, é, antes de qualquer coisa, um autonomista.

Do início até o final da narrativa é o Conde-Duque o grande culpado destes sucessos por ter agido segundo intentos orgulhosos e por ser ele o único que deliberou sobre as decisões do governo espanhol, não abrindo espaço aos outros ministros para intervirem nas decisões do Estado a contento da “Republica”. Vício e tirania são os defeitos de Olivares.

A história de Melo, como ele próprio diz nos Apólogos, submete o caso ao discurso. É o seu projeto político, que transparece no arranjo de sua história. É uma história de agentes, de partidos. Uma história que enaltece o grupo em que está inserido e que ataca aqueles, grupos ou pessoas, que se opõem à sua proposta e à sua idéia de virtude. Porém, mais do que isso, a história de D. Francisco Manuel de Melo é um relato que adotou uma idéia de Estado autônomo, que valorizou a ação dos conselheiros e secretários e que julgou, como um livro de conselheiro, pelo viés da moral.

A autonomia estatal de Melo parte de uma aversão à tirania, numa aversão a excessos de poder. Todo seu pensamento gira em torno da importância da cultura, da filosofia e da história para o reto aprendizado dos homens na "República".

O saber cultivaria o homem na boa moral para que suas escolhas fossem justas e virtuosas, para que ele não se tornasse um tirano. Assim, sua filosofia parte de um plano moral para um plano ético-político, de um plano pessoal para um plano social.

Melo se enquadra no modelo de sábio do estoicismo e sua história se arranja de modo a argumentar sua visão de mundo. A "Verdade", ou o Caso, é somente a matéria-prima onde ele molda sua escultura, seu relato.

No livro editado em 1886, *Melo y la revolución de Cataluña en 1640*⁸⁴, Celestino Pujol y Camps acusa D. Francisco Manuel de Melo de alterar a verdadeira opinião do conde de Oñate no discurso que põe em sua boca. Acusa-o de alterar a ordem cronológica dos acontecimentos, colocando parte dos acontecimentos anteriores ao “Corpus de Sangre” (momento em que se trava uma batalha entre castelhanos e catalães) depois deste evento. Acusa-o também de modificar certos detalhes da morte do vice-rei Santa Coloma, bem como de omitir certas crueldades do exército castelhano na Catalunha, além de muitas outras alterações não condizentes com uma análise mais metódica da história.

Tobella, o editor moderno do livro, ao contrário, se preocupou unicamente com a questão de saber se a obra de Melo era ou não história. Examinou-a sob um prisma que não levou em consideração a forma como o autor analisado concebeu o ofício do historiador. Privilegiou a priori, uma leitura estilística da obra em contraposição à

⁸⁴ CAMPS, Celestino Pujol y, *Melo y la revolución de Cataluña en 1640*. Madrid: 1886.

afirmação de Pujol de que *la obra de Melo no es historia: es la manifestación de una idea política hábilmente desarrollada*⁸⁵.

Vemos somente interpretações preocupadas com detalhes que ao invés de desautorizar ou autorizar o autor, deveriam servir para compreendê-lo. Com base no que observamos no primeiro capítulo e com base nos ditames do próprio Melo, estamos autorizados a afirmar que a história para este personagem se configurava como veículo de propaganda de projetos, como forma de expor seu pensamento filosófico a respeito da sociedade, do Estado, do poder e da religião. A historiadora Maria Tereza Amado compreendeu esta característica da história de Melo, contudo, estava tão presa por laços de afeto à uma idéia de intelectual imparcial e interventor que turvou seu olhar no que tange a historiografia do Barroco. Diz ela:

“Francisco Manuel de Melo já não concebe, pois, a História como os políticos-historiadores do século XVII, que a escrevem apologeticamente como história-ficção, elaborada sobre os interesses do presente, mas antes como construção rigorosa que, a partir desses interesses, e por eles perspectivada, enriquece o saber político”.⁸⁶

Estudar a historiografia de Melo é importante para compreendermos suas preocupações e seus pensamentos, para entendermos sua filosofia. O que era o Estado para esse sábio? Em que medida sua filosofia amalgamou a idéia de bom governo do Estado e a idéia de virtude? Por que Melo deu tanto relevo aos homens estudiosos em detrimento dos militares?

⁸⁵ MELO, D. Francisco Manuel de. *Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña*. Madrid: Editorial Castalia, 1996, p. 31.

⁸⁶ AMADO, Maria Tereza. *O pensamento histórico de Francisco Manuel de Melo* In: Penelope, 9/10, 1993, p.189.

Pujol não se preocupou em observar o modo como D. Francisco entendeu a sua produção e não o analisou como um integrante do mundo barroco ibérico. Como Fueter ele o julgou por pressupostos apriorísticos de metodologia historiográfica. A sua sede de afirmar sua própria filosofia da história nos mostra que o historiador não pode nunca se fechar em grilhões valorativos nem em métodos unívocos.

Pujol se aproximou de compreender a forma como Melo concatenou sua obra e pensou o fazer histórico. Contudo, preso ao jeito unívoco de fazer história da escola metódica do século XIX, não soube ver na *Historia da guerra da Cataluña* uma portentosa obra de historiador além de uma potente arma a serviço do grupo político no qual se inseriu o nosso personagem.

Interessante notar como um olhar contemporâneo unívoco sobre o fazer histórico enrijeceu as leituras das diversas possibilidades deste ofício entre os homens do passado, transformando o historiador numa categoria que somente pode ser definida com base em pressupostos predeterminados.

Observa-se, contudo, um jeito de escrever história, despreocupado com quem escreveu as histórias e porque foram escritas.

Disto depreende-se a conclusão lógica de que não existe nenhum modelo historiográfico onipotente e que todos os diversos modelos e histórias são conseqüências dos interesses e vontades dos homens. Daí que, quando um historiador estuda a 'história dos historiadores' ele abre espaço para que possamos observar a cultura funcionando dialeticamente.

A próxima obra a ser analisada e discutida são as *Epanaphoras de varia historia portuguesa*, obra composta ao longo de toda a vida do escritor e publicada, após seu

retorno do desterro no Brasil, em 1660. O livro foi oferecido ao rei Afonso VI, para quem Melo atuou como diplomata, em Roma, Parma, Londres e Paris, esforçando-se para arranjar seu casamento e resolver o problema dos bispados e dos judeus em Portugal.

As Epanaphoras⁸⁷, se dividem em cinco relações históricas que tratam dos mais diversos temas. A primeira, intitulada *epanaphora política primeira: Alterações de Évora. Anno 1637*, tem por tema o levante que teve lugar em Évora em 1637 e é visto por alguns historiadores como o evento que serviu de “ensaio geral” da Restauração. A segunda, cujo título é *epanaphora tragica segunda: naufrágio da armada portuguesa em França. Anno 1627*, trata do naufrágio da armada governada por Manuel de Meneses, e da perda das riquezas advindas da Retomada da Bahia.

A terceira é a *epanaphora amorosa terceira: descobrimento da ilha da Madeira. Anno 1420*, relação bastante poética que fala da descoberta da ilha da Madeira pelos meandros de um amor mal acabado. A quarta se intitula *epanaphora belica quarta: conflito do canal de Inglaterra entre as armas espanholas e olandesas. Anno 1639*, e trata do conflito entre a armada espanhola comandada pelo general Oquendo, e repleta de terços portugueses, e a armada holandesa comandada pelo general Tromp. Por fim, a última relação é a *epanaphora triunfante quinta: Restauração de Pernambuco. Anno 1654*, e é um relato da reconquista de Pernambuco contada para os estrangeiros, visando confirmar a legitimidade do domínio português sobre essas terras. O uso do termo

⁸⁷ O termo, segundo o autor, vêm do grego e significa relação histórica. Podemos constatar essa significação num dicionário de época: “EPANAPHORA: Épanaphora. Figura da retórica, quando no princípio de várias partes de um discurso se repete a mesma palavra. *Epanaphora*, -ae. Fem. *Epanaphora*. Relação, porque no grego *Σπαναφιζω*, he o mesmo que *Relato*; daqui tomou D. Fran. Man. o título de seu livro de varias relações, *Epanaphoras*; & por isso no principio da Epanaphora trágica, diz, *Convidandovos agora a ler huma Relação. &c.*” BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário portuguez e latino*. Coimbra: Colégio das Artes, 1712-1721, Volume 3, p. 172.

Epanaphora ao invés de Relação, Relato ou outro termo mais comum, provavelmente se deve ao fato de que D. Francisco intentava dar um ar de distinção à sua produção.

A primeira epanaphora, mais conhecida como as “alterações de Évora” trata do importante levante ocorrido na cidade de Évora no ano de 1637 causado pela substituição dos tributos do Sal, do Real de Água e do Cabeção das Sisas, emitidos por Castela, pelo subsídio de quinhentos mil cruzados anuais. É a História da repressão de um levante ocasionado pela insatisfação dos populares com a excessiva tributação.

Segundo o relato de Melo, os vereadores declinaram a proposta e o corregedor André Moraes Sarmento buscou outros meios de convencer os eborenses a pagarem o novo tributo. Chamou para a câmara os dois cabeças populares – representantes do povo nas instâncias de Évora na época – Sesinando Rodrigues, borracheiro e juiz do povo, e João Barradas, cuteleiro e escrivão, e os compeliu a fazer o povo aceitar o novo tributo. Pelo que não obteve resultado positivo, e incorreu na alternativa drástica de os ameaçar. Ao que Sesinando Rodrigues se precipitou para a janela da câmara e gritou ao povo por socorro, tendo desencadeado um enorme motim que irrompeu pelas portas da câmara e colocou o corregedor em fuga.

Toda esta intriga teve lugar no dia 21 de agosto de 1637, permanecendo Évora revoltosa por quase um ano. O povo, dividido em bandos, parece ter rasgado registros públicos, despedaçado as balanças da casa fiscal do real de água e dos açougues, devassado a cadeia soltando os presos, saqueado os cartórios e invadido os tribunais, segundo relata o autor.

Os nobres se reuniram na Igreja de Santo Antonio, formando a dita Junta de Santo Antão e agiram tentando conter o levante. Porém, viram neste evento instrumento

poderoso para negociar a seu contento junto à corte de Madri, se servindo da revolta para dissimular seus interesses particulares e até mesmo políticos.

A corte de Madrid enviou então D. Miguel de Noronha, conde de Linhares, e D. Francisco Manuel de Melo para tentar negociar com esta junta e tentar conter a ação dos populares. Não obteve, contudo o mínimo sucesso, pois nem a nobreza nem o povo se viram satisfeitos com a presença dos dois atores, expulsando-os de Évora.

O duque de Linhares foi então a Lisboa e D. Francisco, após ter estado com o duque de Bragança em Villa Viçosa voltou para Madri, onde foi imediatamente preso por motivos desconhecidos. O conde-duque Olivares pediu aos eborenses que enviassem à Madri os homens importantes da cidade.

Olivares queria a presença de boa parte dos nobres de Évora e dos jesuítas envolvidos no impasse, além os dois tribunos da plebe, Sesinando Rodrigues e João Barradas, para que os dois fossem se desculpar pessoalmente pelos distúrbios causados à coroa castelhana. Simultaneamente a este pedido o conde-duque enviou um exército para os arredores de Évora esperando para invadir a cidade e acalmar os rumores caso as negociações não fossem bem sucedidas.

Os principais não se reportaram à Madri, desaparecem. Os exércitos Castelhanos invadiram Évora e acalmaram os humores do povo pela repressão, condenando os dois tribunos da Plebe desaparecidos: queimaram bonecos que os representavam. Sesinando e João haviam fugido pelo Alentejo possivelmente com a ajuda dos nobres da Junta de Santo Antão.

Essa é a história contada por D. Francisco, que esteve presente em Évora durante parte do levante e o observou ao lado daqueles que buscavam conter o fervor popular.

Esta não é, de fato, a história do levante de Évora, mas sim a história de ações tirânicas de um ministro que resultaram no levante. É a história dos causadores e das causas primeiras do levante vista por um estóico. A consequência (o levante) é uma doença, uma tragédia. Portanto, este relato não nos permite observar os agentes presentes na revolta, permite-nos sim, observar a importância dos grandes e de suas escolhas para o desenrolar dos acontecimentos. O Portugal de Melo era movido por partes que davam corpo à monarquia. D. Francisco parece não ver um poder transformador, ou mesmo político, na resposta popular manifestada no levante.

O povo é tratado como um borrão e as únicas imagens nítidas são as dos agentes das cortes e dos grandes próximos ao rei. Estes agentes organizados em “partes” protagonizaram ações que poderiam ou não ter se desdobrado em determinados desfechos dos eventos. No caso de Évora, a ação de Olivares gerou uma catástrofe, um levante. É aqui que D. Francisco vai atacar e criticar determinadas figuras e grupos.

O grande inimigo do escritor é o conde-duque de Olivares, Gaspar de Guzmán y Pimentel, que é visto agregando em si mesmo, vícios que se desdobram em acúmulo de poder excessivo. Talvez porque D. Francisco tenha visto nas ações do Conde-Duque o móbil responsável pela expansão da monarquia castelhana. Além do cargo que, segundo o autor, deu liberdade excessiva à manifestação dos desejos viciosos deste personagem. Não é por menos que é comparado por Melo ao antigo imperador de Roma, o tirano Tibério⁸⁸.

D. Francisco critica o fato de Castela se preocupar mais com a conquista do Estados do que com a conquista dos “elementos”, se preocupar mais em dominar os

⁸⁸ Em outro momento compara também Filipe IV com este imperador tirano de Roma.

povos alheios como tiranos do que com expandir seu território na direção de terras virgens.

A crítica lançada contra Olivares versa sobre o fato dele ser mais versado em práticas militares e menos em atividades letradas, o que o leva a atuar sem uso do engenho no que diz respeito às escolhas das medidas necessárias a serem tomadas para o bem do governo. É caracterizado como um homem de intelecto pouco perspicaz que se serve de exemplos engessados e não sabe moldar suas escolhas com base nas especificidades dos acontecimentos de seu presente. Diz D. Francisco:

“Era o Conde Duque, de natural, vão glorioso, e procurava obrar por modos extravagantes; que se no meneyo particular são aborrecíveis, são péssimos no governo público. Os livros políticos e históricos que professara, lhe haviam deixado algumas máximas improporcionadas ao humor de nossos tempos; donde procedia intentar algumas vezes cousas asperas, sem outra conveniência que a imitação das antigas: como se os mesmos Tácitos, Senecas, Paterculos, Plínios, Lívios, Políbios e Procópios, que as aconselharam e escreveram, sendo hoje viventes, não mudaram a opinião, à vista da diferença que fazem os anos, os interesses, e os costumes dos homens. Esta foi a causa, de que a grandes varões já pareceu, que os muitos sábios não serviam para a administração da republica, contra a antiga opinião de Plato, donde sentio, que então seria ella bem governada, quando os reis filosofassem, ou reinassem os filósofos”.⁸⁹

Olivares é visto nesta epanaphora como imprudente, como um personagem que funcionou mais a partir de ímpetos que com o uso coerente da razão; se associou a homens que também não foram os mais prudentes.

Conta-se que um certo fidalgo roubou projetos de melhoria da fazenda de Espanha de outro fidalgo destemperado e os apresentou ao Conde-Duque. Este, muito

⁸⁹ MELO, D. Francisco Manuel de. *Epanaphoras de Varia Historia Portuguesa*. Lisboa: Henrique Valente de Oliveira, 1660, (edição de Edgar Prestage, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931) p. 93.

contente, instituiu-os como plano de ação econômica do governo, resultando na faísca que engendrou o referido descontentamento popular de Évora. Esse exemplo ilustrado no livro não somente nos leva a constatar a idéia de insensatez e ganância de Olivares, como também mostra seu excessivo poder de deliberação no governo castelhano. Além disso, mostra também que, por detrás desta ação, reside a vontade do Conde-Duque em conquistar os Estados alheios, em dominar Portugal apesar da vontade dos portugueses. Acusa o Conde-Duque de tirania.

Outros imprudentes filiados ao conde-duque foram os dois ministros portugueses Diogo Soares e Miguel de Vasconcelos que, agraciados pelo valido, galgaram vertiginosamente os postos políticos na corte castelhana. Lutando por interesses particulares, prejudicaram os interesses portugueses, pois ajudaram a aumentar cada vez mais a opressão de Castela sobre os seus.

Estes homens, por sua vez, são marcados pelo signo da ganância, da cobiça e da indiferença. Homens que, pelos mais viciosos ardís, buscaram unicamente galgar os degraus do sucesso particular, sem se preocuparem com o bem da “republica”.

É Diogo Soares o grande interlocutor e opositor do nobre D. Miguel de Noronha, conde de Linhares, nesta epanaphora. Soares representa todos os ardis e Noronha representa o sábio constante, para quem Melo escreveu muitos conselhos, tal Quevedo para Pedro Téllez de Giron. D. Francisco deixou transparecer que talvez tenha sido Soares o responsável pelo afastamento do Conde de Linhares e dele próprio da corte de Madri no final do levante de Évora e o motivador da prisão do escritor quando este retornou de sua jornada. Disse Melo da relação de Olivares com Diogo Soares:

“Tinha, por este tempo, em grande altura a graça do Conde Duque (primeiro e memorável ministro da monarquia) Diogo Soares, secretário de Estado em o conselho de Portugal, a cujo ofício subira de Escrivão da Fazenda⁹⁰, que era no reyno. A pouca suficiencia que até então se havia descoberto neste ministro, e notável velocidade com que voou a tão alto estado, deu causa para que alguns, em demasia desafeiçoados, ou queixosos, entendessem não eram todos naturaes os meys porque alcançou a valia, e depois se fortificou nella; porque fora do costume destas maravilhas, ellas foram do tamanho de sua vida, prevalecendo contra os combates de huma fortuna adversa, que ainda que declarada em seu ódio, não pode destruílo, antes de acabar aquelle a cuja grandeza se arrimou; como costuma a hera com a coluna, da qual se não desabrace, até que a tempo não derruba o edifício”.⁹¹

Como se vê, para D. Francisco Manuel de Melo, o Conde-Duque é a coluna que deixou agregar em torno de si os personagens mais odiosos e os permitiu ascender, não por vias meritórias, mas por jogos de interesses os mais ardilosos. O Conde-Duque representou o homem cegado por sua cobiça. Caracterizou o excessivo apego às armas pelo Conde-Duque como prática que atrofiaria sua capacidade crítica, e a preocupação de seus aduladores com o sucesso particular. É um ataque aos militares e aos interesseiros, aos imprudentes e viciosos. É antes de tudo a eleição do saber como principal senda do político. É um ataque a figura do tirano.

Podemos associar este ataque de D. Francisco ao militares e seu elogio ao "letrados" com a noção de sábio estóico. Para o estóico, a Fortuna pesa sobre os homens. Contudo, neste modelo barroco, o homem é capaz de, pela sabedoria, driblar esta condição. Assim, o cego ou o imprudente, como o militar, não consegue governar ou direcionar a sua vida de modo a evitar a Fortuna.

⁹⁰ O fato de este personagem ter sido escrivão da fazenda nos faz pensar no misterioso fidalgo que se refere D. Francisco no início de sua epanaphora, que escreveu um plano de tributação e enviou-o ao conde-duque. Contudo, nenhuma conclusão pode ser tirada daí, a não ser que se encontre este plano e se faça um estudo detalhado sobre o secretário Diogo Soares.

⁹¹ Idem, pp. 15.

A epanaphora política primeira é, portanto, ao mesmo tempo, um relato histórico e um discurso político contra Olivares e seus sequazes, além de uma crítica contundente à acumulação de poder proporcionada pelo ofício de valido. Não é, ao contrário do que pensam muitos, um relato histórico do levante de Évora preocupado somente em relatar um evento.

A Alterações de Évora é um discurso dissimulado num caso.

A segunda epanaphora, “Naufrágio da armada portuguesa em França. Anno 1627”, narra o retorno para Lisboa, da armada governada por D. Manuel de Menezes, general e cronista-mor do reino, que foi para a Bahia lutar contra os invasores holandeses.

Neste relato é reconstituída uma rede de deliberações que de Castela alterou o curso da armada repleta de riquezas advindas do Brasil. Mudando o curso original que tinha por objetivo chegar a Lisboa, a nau desviou-se para a parte norte da Espanha, o que fez com que os navegantes tivessem ingressado numa região turbulenta e naufragassem. São essas deliberações, para D. Francisco, repletas de conteúdo moral, que se apresentam como a causa deste naufrágio.

Os ministros que deliberaram sobre o novo itinerário estariam, na verdade, interessados em passar a riqueza primeiramente pela Espanha para que os portugueses não subtraíssem parte do butim, o que provavelmente teria acontecido. O vício da Cobiça teria sido o motor que desvirtuou a sorte dos valorosos navegadores portugueses.

Desta ganância, adveio não somente a perda da armada, mas também de toda as riquezas nela presentes, caindo parte destas nas mãos dos franceses, pois o naufrágio ocorreu nas proximidades de S. Jean de Luz, nos baixos Pirineus, sul da França.

Dom Francisco não somente pintou as parcialidades das cortes espanholas, mas também as parcialidades no interior da própria armada. Distinguindo dois interlocutores, o general D. Manoel de Menezes que representou o ministro sábio, indo contra os ditames da corte, e o mestre de campo Antonio de Moniz Barreto. Este, apesar de ser valoroso e reconhecer o perigo de ingressar na baía de Biscaia naquele momento, se apegou à cobiça e incitou os marinheiros em direção à sua ruína.

O homem sábio pintado na figura de Manoel de Menezes salienta a importância da Prudência para se tomar boas decisões, e o vicioso, apesar de altivo, pintado no personagem de Antonio Muniz Barreto, ressalva a conquista da ganância sobre o bom senso.

A moral não aparece aqui somente como um meio de se viver de maneira austera, suportando as dores da Fortuna, antes aparece como a forma de driblar esta fortuna, direcionando as ações para escolhas mais proveitosas e obtendo o sucesso desejado. Política e moral fundem-se e entrecruzam-se no pensamento deste importante personagem. Tomar decisões políticas é, em última instância, recorrer ao conhecimento onde a moral se destaca. O funcionamento da política e o funcionamento da moral, para este sábio se tocam, sendo muitas vezes a mesma coisa.

D. Francisco na quarta epanaphora falará de um emblema que faz pensar bastante na forma como vê a Fortuna. O emblema é a Ocasão, que ele discreve como uma virgem sem os cabelos da parte de trás da cabeça, e diz que:

“Mostrando sabiamente como sempre ficará escarnecido, aquelle que topandose com esta varia donzella, se descuida de a prender pellas primeiras tranças que ela lhe oferece, esperando de tela pelas últimas”.⁹²

Pois, os homens que deixam de agarrar a virgem no primeiro momento, ficam decepcionados com o não ter o que segurar do segundo momento. Assim é a Fortuna para D. Francisco, o momento decisivo que o homem deve se manifestar. Se ele não se pronuncia, perde de vez sua oportunidade. A Fortuna aqui é sempre constituída em função da participação e da escolha dos agentes. Fazer política para Melo é, antes de tudo, ser livre. Poder deliberar a respeito do destino da sociedade em que se vive. Sendo a liberdade uma consequência das possibilidades de escolha. A moral desponta como saber definitivo.

A terceira epanaphora trata do descobrimento da ilha da Madeira pelos portugueses. Texto bastante poético que tem seu início numa história de amor e termina no descobrimento da ilha pelos vassalos do rei D. João II.

Trata-se um relato romanceado, que nos ajuda a observar que os historiadores que escrevem sobre uma só ação, acontecimento ou conjuntura, ganham total liberdade para salpicar de sentenças, observações e juízos sua história.

A história começa com a paixão entre os ingleses Ana de Arfet, filha de nobres, e pretendida pelos maiores da cidade, e Roberto o Machina, advindo de grupo ou casta inferior. Quando o romance entre os dois é descoberto Roberto é vítima de ardis e vai preso e Ana é compelida a se casar com outro homem hierarquicamente mais digno. O que causa a indignação dos jovens e faz com que o amante, após ser libertado por seus

⁹² Idem, p. 324.

amigos rapte a donzela e fuja pelo oceano. Eles entram num barco e tomam um rumo incerto.

Nesse vagar a esmo, os apaixonados descobrem uma formosa ilha totalmente deserta. Lá permanecem até que Ana, convulsionada pelas lembranças de sua terra e por saudade do homem com quem havia se casado, morre de tristeza levando o jovem Roberto à dor e ao sofrimento que também o matam na sequência.

Os amigos de Roberto desiludidos reingressam no navio e tentam retornar a sua terra natal, quando, seguindo correntes desconhecidas, aportam nas costas da África e são aprisionados pelos mouros. Nas prisões muçulmanas os ingleses conhecem o espanhol João de Morales e relatam para ele sua História: seu achado assim como as coordenadas da ilha. Com alguns anos de cadeia e maus tratos os ingleses morrem e aquela região da África é invadida pelos portugueses que saem vitoriosos e se apoderam dos prisioneiros cativos naquele lugar.

É neste momento que João de Morales, integrante do povo inimigo de Portugal, propõe um acordo com o rei D. João II, para que este não o sacrifique. Morales relata seus conhecimentos e, como era piloto e tinha conhecimentos de marinharia, propõe acompanhar uma frota até o lugar onde se encontrava a até então desconhecida ilha. O que tem lugar e os portugueses não somente descobrem a ilha, mas também os vestígios da história de amor entre Roberto e Ana de Arfet.

Esta ficção a respeito da descoberta da ilha como fruto da ação de amantes ingleses, talvez tenha sido utilizada diplomaticamente por Melo.

Este relato é coroado pela escrita a mais poética e bela, não somente por conta da história que elabora mas também pelos temas que discute, como por exemplo a profunda

teorização acerca da natureza da Saudade, que não pode deixar de ser, pelo menos em parte, reproduzida. Diz:

“E pois parece que lhes toca mais aos portugueses, que a outra nação do mundo, o dar-lhe conta desta generosa paixão, a quem somente nós sabemos o nome, chamando-lhe Saudade, quero eu agora tomar sobre mi esta notícia. Florece entre os portugueses a saudade por duas causas, mais certas em nós que em outra gente do mundo; porque de ambas essas causas tem seu princípio. Amor e ausência são os pays da saudade; e como nosso natural he, entre as mais nações, conhecido por amoroso, e nossas dilatadas viagens ocasionam as mayores ausências; de ahi vem, que donde se acha muito amor e ausência larga, as saudades sejam mais certas, e esta foi sem falta a razão porque entre nós habitassem como em seu natural centro”.⁹³

Além disso, coloca na boca do comandante da frota portuguesa que descobre a ilha, João Gonçalves, a seguinte frase referida ao rei D. João II, sobre o valor dos portugueses:

“Conquistaram os gregos aos persas e os romanos aos gregos; porém os portugueses, em vez de Estados, conquistam elementos. As vossas quinas se ajoelham as ondas do temeroso oceano; e os ventos não se atrevem a desenrolar por mal vossas bandeiras.(...) Chore Alexandre a falta de mundos, sobre que estenda sua soberba, que se o mundo não responde à vaidade de sua ambição, he porque quer satisfazer a temperança de vossa modéstia; para vós se faz mayor na posse, do que foi para elle no desejo”.⁹⁴

Esta frase pode estar fazendo referência a uma concepção de Estado contrária a de Maquiavel, como a de Lípsio. Porque Melo coloca-se contrário à dominação de outros Estados e a favor da ampliação de seu território por meio das descobertas. Isso nos

⁹³ Idem, pp. 223-224.

⁹⁴ Idem, p. 264.

remete também para a crítica de Melo aos intentos do Conde-Duque de Olivares que, por sua larga cobiça, preocupava sobretudo em subordinar os outros Estados de forma tirânica.

As duas colocações versam sobre assuntos que dizem respeito a Portugal, aos portugueses e a uma idéia de Pátria portuguesa. Podemos pensar em um projeto de Estado inerente a essas preocupações do autor e relativo a seus diversos programas, como por exemplo, o empreendimento de uma biblioteca portuguesa⁹⁵ e de um Parnaso português.

Talvez, o culto da pátria de Justo Lísio esteja manifestado no intento de acumulação e enaltecimento da cultura portuguesa empreendido por Melo.

Até então as três epanaphoras trataram de assuntos que buscaram enaltecer o mundo português ou um certo Portugal. O Portugal dos homens sábios (virtuosos), varões ilustres, das navegações, da bela língua portuguesa, da política prudente e de um Estado sem validos. D. Francisco trabalhou a especificidade da cultura portuguesa, observando a língua, os sentimentos específicos (tal a Saudade), as grandes obras literárias que versam sobre todos os temas (matemática, medicina, literatura, filosofia, astronomia...) e os grandes homens de Portugal que compuseram estas grandes obras.

Curiosa a publicação destes textos em momento da formulação de projetos para o Estado cujo novo rei era D. Afonso VI. D. Francisco se destacou como diplomata oficial deste governo e foi na cultura que argumentou e ilustrou todos os seus desígnios e propostas.

⁹⁵ Podemos pressupor que a Biblioteca Portuguesa, feita por Barbosa Machado, tenha sido um desdobramento dessa idéia.

A quinta e penúltima epanaphora é a bélica ou “conflito do canal de Inglaterra entre as armas espanholas e olandesas. Anno 1639”. Conta a história do combate da grande armada espanhola do general de Oquendo contra a singela armada do general holandês Tromp. Epanaphora bastante curiosa pelos diversos detalhes referentes aos conhecimentos sobre estratégia de combate no mar e sobre preciosidades dos costumes da época.

O relato começa com o recrutamento de terços⁹⁶ pelos militares espanhóis que buscavam constituir armada para a luta contra os holandeses, descrevendo as atrocidades cometidas por esses militares no agrupamento dos soldados. Além de se referir ao recrutamento, D. Francisco salienta a sua participação nessa empresa nas regiões da Beira, Douro, Minho, Tras-os-Montes e Alentejo, levantando 500 infantes, e caracterizando sobremaneira a participação dos portugueses nesse empreendimento.

Nesta história participam dois atores principais, ou dois “partidos”. Um deles na armada espanhola, representado pelos integrantes do navio S. Thereza, o general da armada Oquendo e pelo diplomata Cárdenas, por outro lado, na armada holandesa, integrando a Real Armada, tem a outra parte representada na figura do general Tromp e seu embaixador na Inglaterra.

As duas armadas aparecem como os cascos de ânimos advindos destas partes, como é ilustrado pela fala de Tromp no momento precedente à batalha:

“Alguns navios poderosos de Espanha estou acolá reconhecendo, mas os navios, como fortalezas, corpos sem alma, quando lhes não serve de espírito o espírito dos bravos homens, que lá faltam para defendellos”.⁹⁷

⁹⁶ Palavra referente a regimentos, agrupamentos militares ou grupos de homens para servir na guerra.

⁹⁷ Idem, p.318.

E é a ação destes homens que caracteriza o desfecho desta batalha. A virtude é o combustível que determina o desfecho das ações humanas e do destino.

A armada espanhola, composta por mais de setenta navios, deixa a Espanha com direção ao norte e encontra a armada holandesa do general Tromp acima da baía de Biscaia onde as duas se confrontam. O governo da frota por Oquendo é descrito como atrapalhado, despreocupado e pouco envolvido com os detalhes da guerra estando mais mobilizado pela sua própria vaidade e soberba de ser um vencedor. Por isso, investe contra os holandeses de maneira desengonçada, como se cada navio fosse governado pelos desígnios de seus próprios pilotos, não havendo uma estratégia minuciosa para a orquestração dos navios para o ataque.

Ao contrário, o governo de Tromp é altamente enaltecido como firme, disciplinado e concentrado, apesar de menos guarnecido de embarcações. Por isso, mesmo em menor número, investe contra os espanhóis como uma “fortaleza”.

Ambas as armadas saem prejudicadas, mas as proporções dos estragos feitos pelos holandeses são mostradas de forma muito mais realçada. Então após uma série de ataques e contra-ataques as armadas se dirigem ao canal da Mancha, entre a França e a Inglaterra. Cada frota pede auxílio a um país para reparar seus estragos e estarem aptas a voltar à luta. Os holandeses do lado da França e os espanhóis do lado da Inglaterra.

Da França os holandeses obtêm a ajuda reclamada, porém na Inglaterra, que naquele momento estava em alvoroço, vivendo uma revolução, os parlamentares desconfiaram da presença do navio espanhol e o bombardeiam obrigando à armada castelhana a deixar o porto sem nenhum reparo. O que fez com que, por fim, ao

reencontrar a armada holandesa, os espanhóis perdessem o combate e ficassem destituídos de muitos infantess e muitos navios.

É uma narrativa que critica a soberba e a vaidade daqueles que acham que por serem grandes conseguem vencer a tudo e todos. Pode ser definida como uma crítica voraz ao governo de Castela e sua pretensão de Império Universal, propondo, ao contrário, que cada príncipe se ocupe de sua jurisdição sem lesar os outros estados sob o risco de se fragilizarem perante os mesmos.

Esta visão segue a linha da proposta lançada pelo político Pedro Barbosa Homem na sua *Verdadeira e Juridica razão de Estado* publicada no ano de 1626.⁹⁸ Contudo, o que parece é que a apartir da década de trinta, grande parte da sociedade portuguesa se viu indignada com a preponderância castelhana e sua excessiva dominação. O que nos aponta para um certo tipo de opinião coletiva acerca do domínio espanhol. Melo era um opositor desta monarquia. Diz o autor:

“Antiga maxima he dos principes procurarem contrapesar huns dos outros, a grandeza; porque todos possam viver seguros, em quanto iguais: o que da formidavel maioria, nunca pode esperar-se. Por esta causa a potência dos reys de Espanha, depois de Carlos Quinto e Felipe Segundo congregaram em huma só coroa muytos reynos, foi sempre enojosa aos reis visinhos”.⁹⁹

Este trecho corrobora a tese apresentada em outra citação de que é mais virtuoso conquistar os elementos do que os Estados, tal como o fizeram os portugueses.

⁹⁸ HOMEM, Pedro Barbosa. *Discursos de la iuridica y verdadera razon de estado, formados sobre la vida, y acciones del rey don Iuan el II, de buena memoria, rey de Portugal, llamado vulgarmente el Príncipe perfecto, contra Machavelo, y Bodino, y los demas políticos de nuestros tiempos, sus sequazes*. Coimbra: Nicolao Carvalho, 1626.

⁹⁹ MELO, D. Francisco Manuel de. *Epanaphoras de Varia Historia Portuguesa*. Lisboa: Henrique Valente de Oliveira, 1660, (edição de Edgar Prestage, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931) p. 332.

Melo é contra a tirania e os tiranos.

Esta epanaphora além das questões políticas traz um relato curioso acerca de uma investida da armada holandesa sobre os espanhóis, após ter sido fortemente danificada pelas balas dos canhões. D.Francisco indaga sobre o porque daquele ataque noturno quando as forças desta armada se encontravam tão fragilizadas. Então, posteriormente encontra o general Tromp e o interroga sobre tal curiosidade, o qual lhe responde que à época dos ataques, como prudente que era, carregava em seu navio um astrólogo que nesta específica noite, leu nos céus uma conjunção que pareceu fortemente favorável ao ataque contra os espanhóis. Ficaram os holandeses sem obter sucesso, mas, ainda assim, não saíram danificados da empresa.¹⁰⁰

A quinta e última epanaphora trata da Restauração de Pernambuco, é a “epanaphora triunfante”, e se trata de um relato essencialmente descritivo do ocorrido em Pernambuco para enaltecer o poderio dos portugueses.

Descreve todo o processo de expulsão dos holandeses de Pernambuco, mostrando o papel dos diversos agentes e a importância da criação da Companhia Geral dos Comércios do Brasil, objetivada para fazer face à Companhia das Índias pertencente aos holandeses. Aborda a importância do general Fradique de Toledo e do general D. Manuel de Menezes na retomada da Bahia.

Fala da ida da armada de Brito Freire com motivos que para os holandeses foi dito serem puramente comerciais, mas que ao contrário foi decisivo na batalha de expulsão dos invasores. Relata a ida do Conde de Castelo-Melhor ao Brasil, além da nomeação pelo mesmo do novo governador daquele estado, Pedro Jacques de Magalhães.

¹⁰⁰ Esta historietta é um interessante relato de como a astrologia era prática difundida não somente entre os populares, mas, sobretudo nas cortes e palácios, além de, como mostra o relato, ser usada nas importantes decisões de guerra naval.

Enfim, expõe detalhadamente o processo de reconquista de Pernambuco pelos portugueses tratando este evento como um feito de heróis, enaltecendo sua história e nos remetendo à discussão colocada na “Conquista da ilha da Madeira” sobre a questão da Pátria em D. Francisco Manuel de Melo.¹⁰¹

Busca também na escrita da história deixar para os presentes e para os vindouros a memória das glórias e conquistas de Portugal, agregando as vontades em torno deste povo. Diz ele sobre a Restauração de Pernambuco:

“Entre as modernas acções de nossos lusitanos, não he esta a que deixa sem competência as dos antigos; e he aquella que por ventura não achará imitação entre estranhos, moderna nem antigamente; porque se considerarmos huma guerra distante, desajudada dos respeitos, estorvada do tempo, executada por desfavorecidos, armas tumultuarias, em mãos de homens vinte e quatro annos, sogeitos ao jugo de aspero domínio, contra nação famosa, capitães destros, ministros prudentes e efeitos ricos; não sei eu que nos archivos da lembrança humana haja outra, com semelhante felicidade conseguida, por mais que Albania se nos oponha, pela de seu semelhante Castrioto”.¹⁰²

Ou ainda, quando fala do mestre de campo Luis Barbalho, que ao aportar no Brasil desbravou sertões para chegar a Pernambuco e lutar contra os holandeses:

“Com valerosos companheiros, atravessou quatrocentas leguas de desertos, pela barbara América, donde elementos e homens não podem contrastar a constância portugueza; que em maravilhas e trabalhos escureceo esta vez a famosa expedição dos catalães em Grécia, e ainda a dos macedonios em Ásia”.¹⁰³

¹⁰¹ Contudo, é importante ressaltar que esta idéia de Pátria não é similar à idéia forjada no século XIX, isto é, pertencimento à nação. Antes diz respeito a um pertencimento linguístico, cultural e histórico.

¹⁰² Idem, pp. 372-373.

¹⁰³ Idem, pp. 384-385. É interessante constatar a constatante contraposição dos modernos aos antigos, ressaltando que os empreendimentos e feitos dos homens de sua época e sociedade eram mais valorosos, como por exemplo, quando na belíssima apresentação do livro *D. Teodósio II*, quando diz: *Estes são os acontecimentos que porão alma e darão corpo à minha História, e que, sem comparar-se aos antigos, lhes*

Ao que parece essa operação se deu ao longo de todos os cinco livros constituintes das epanáforas. O primeiro tratou de um evento político ocorrido em Portugal, o segundo de um naufrágio de uma armada repleta de portugueses, o terceiro do aumento das conquistas do rei de Portugal, o quarto da batalha entre duas armadas, uma delas constituída com grande soma de portugueses e por fim, o último, como viemos de relatar, da reconquista de um território que fora domínio da coroa portuguesa.

Temos aqui, claramente uma ação de enaltecimento do povo português ou pelo menos de uma idéia de pátria que poderia estar vinculada a uma proposta de Estado que, aparentemente, não obteve sucesso.

A questão da pátria pode estar vinculada, como já referimos, a proposta de Estado de Justo Lísio. D. Francisco Manuel de Melo, apesar de católico, procurou outro amálgama que pudesse unir as vontades do povo português. Este amálgama foi a cultura portuguesa.

Das duas obras impressas podemos observar a atuação de D. Francisco Manuel de Melo na crítica ao conde-duque de Olivares, na crítica à limitação do direito natural que

*não seria inferiores, pois nem Alexandre sentia mais ardente ímpeto de dominar o mundo que Sebastião(cujas façanhas contaremos) de vencer em África; nem Tibério desenvolveu, para coroar-se, mais traças que Filipe para conseguir a coroa de Portugal; nem Agripina, opondo-se à Cesar, pelo Filho, mostrou mais valor, com as cinzas do marido no regaço, que Catarina, lutando por seu filho também, contra Filipe, e com as mãos armadas apenas de documentos; nem Pompeu, combatendo pela Liberdade da Pátria e perdendo a sua, do que D. Antonio oferecendo-se por ela ao sacrifício e por ela deixando-se vencer. § Nem Germanico soube dominar melhor as violências do inimigo Moraca do que Teodósio contemporizar com as astúcias daquele rei. Nem Caio, Sílio, Tício Sabino padeceram tanto, pela fidelidade que guardavam à memória do seu verdadeiro príncipe, como os amantes da casa de Bragança, fiéis à justiça da causa nacional, acossados pela mão violenta do rei estrangeiro. Não fizeram mais, pelas Panónias, Arménias, Germanias e Galias, os romanos, nem por causa dos persas, na Ásia, na África e na América. Porque, sem dúvida nenhuma, nem Roma nem Grécia sofreram, por suas monarquias, mais vários e apertados acontecimentos que os sofreu Portugal. o que Grécia e Roma experimentaram ao longo de muitos séculos, – sofreram-no os portugueses em menos de um. Pelo que, e com mais razão do que floro falando dos seus romanos, poderemos dizer que quem ler o que fizeram os nossos não lê os feitos de uma nação isolada, mas os do mundo inteiro. MELO, D. Francisco Manuel de. *D. Teodósio II*. Porto: Livraria Civilização, 1944. pp. 54-55.*

causou o ofício do valido, na valorização do saber sobre a força, ou das letras sobre as armas e no enaltecimento das conquistas, das ações, dos sentimentos, dos ânimos, da virtude e da língua dos portugueses.

Estes dois escritos, a 'história da guerra da Catalunha' e as 'Epanaphoras', foram publicados em dois momentos distintos e se manifestam como indícios das ações do conselheiro em cada um destes momentos. O primeiro momento é a década de 1640, marcado por uma enorme instabilidade que vivia Portugal recentemente restaurado, o segundo expressa-se no golpe de 1661 e na participação ativa de D. Francisco no reinado de Afonso VI.

A história da guerra da Catalunha simboliza um intento autonomista e diplomático de nosso autor. Autonomista porque talvez ao falar da libertação dos catalães do jugo de tão tirânica figura, tal o Conde-Duque de Olivares, estivesse também falando da libertação de todos os lugares dominados pela tirania castelhana, como Portugal.

Olivares parece simbolizar para D. Francisco a cobiça espanhola de que fala Boccacini em seus *Raggagli*. Além disso, o livro se mostrou como um instrumento diplomático por tentar convencer o Papa, e Roma, dos vícios da Espanha. Buscando com isso fazer com que o impasse do provimento dos bispados se resolvesse. Melo foi mal sucedido.

Contudo, não jogou a toalha, continuou lutando por seu Estado após regressar do Brasil em 1658. Aglomerou extensas informações sobre a cultura portuguesa e publicou as suas epanaphoras como a grande compilação de relatos que enalteciam a pátria portuguesa. Criando uma grande matriz para a "nova religião" do Estado português.

Foi partidário do grupo composto pelo Conde de Castelo-Melhor e por Antonio de Sousa de Macedo, apoiando o golpe que retirou D. Luisa de Gusmão do governo de Portugal e colocou seu filho, D. Afonso, no lugar.

Por isso, lutou contra os partidários de Dona Luísa, por exemplo, contra o jesuíta Antonio Vieira. Foi nesta conjuntura que o padre escreveu sua "história do futuro" vaticinando transformações na política portuguesa.

D. Francisco, por sua vez, escreveu o "tratado da ciência Cabala" argumentando, como Quevedo a respeito da filosofia natural, a inconsistência e a charlatanice dos vaticínios. Disse ele:

“os ignorantes ou maliciosos (talvez por outros fins) acodem prontamente ao crédito destas novidades, sublimando-as e notificando-as como se fossem piedosas e qualificadas profecias, sendo certo que elas não são outra coisa que uns ambíguos, rudes, bárbaros e confusos vaticínios, corruptos, estragados e as mais das vezes inventados pelo próprios expositores deles. As quais exposições e seus professores e secretários crescem cada dia com maior inquietação da consciência e república, repartindo o uso de sua maldita disciplina, agora por homens que se fingem sábios, agora por mulheres hipócritas, e dali passam a introduzir papéis fictícios, livros supostos, astrologias temerárias, sonhos imaginados, revelações falsas, sem perdoarem ao verdadeiro curso do sol, lua e estrelas, a quem mil vezes perfilham aspectos nunca vistos, sombras e figuras que debuxa sua malícia sobre a ignorância dos que ouvem, com outra infinidade de semelhantes desvarios, misturando atrevidamente as verdades católicas com suas fabulosas quimeras”.¹⁰⁴

Continua:

“Este vício tão lamentável pela maior parte compreende os descontentes da República, como pessoas que, vivendo do presente estado pouco satisfeitas, já que não podem reformar o mundo conforme a pauta de seu

¹⁰⁴ MELO, D. Francisco Manuel de. *Tratado da ciência Cabala ou notícia da arte cabalística*. Rio de Janeiro: Imago, 1997, p.71.

desejo, desejam pelo menos que ele se resolva pelo moto de sua vontade; também se dilata esta paixão aos grandes e felizes, que muito gozam da vida; mas estes por outro fim procuram alcançar os sucessos vindouros, em ordem a prevenirem qualquer contingência que possa contradizer sua perpetuidade”.¹⁰⁵

Passemos agora à análise e descrição das obras históricas manuscritas do autor, observando suas especificidades e coerências com as obras já analisadas, e retirando destas mais elementos para compreendermos a vida e filosofia da história do autor em questão.

Iniciemos nossa análise da obra manuscrita *Tácito Português – vida, e morte, dittos e feytos de El-Rei Dom João IV* provavelmente escrita no período de prisão de D. Francisco, sem a data exata da produção do texto, por falta do escrito original, pois o que temos são somente cópias feitas ao longo do século XVIII.

Na Biblioteca Nacional de Lisboa existem três cópias com as respectivas numerações e informações: 758(copiado em 1747, com o título: *Tacito Portugues Vida Morte Ditos e Feytos de El Rey D. João IV Dividido em sete Livros compostos por Dom Francisco Manuel de Melo Lisboa na officina nova manuscriptense Anno MDCCXXXVIII*), 830(copiado em 1718) e 406(sem informações relevantes). Na Biblioteca da Ajuda existem dois exemplares desta obra (51-III-25 e 51-III-26) e outro na Torre do Tombo (nº 809). Foram encontrados também um exemplar na Biblioteca Publica de Evora e dois na Biblioteca Publica Municipal do Porto (387 e 388 – ambos datados de 1718).

O exemplar utilizado neste trabalho é outro encontrado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, transcrito e editado pela Academia Brasileira de Letras e apresentado por

¹⁰⁵ Idem, p.72.

Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Pedro Calmon no terceiro centenário da Restauração de Portugal.¹⁰⁶

Este livro trata da História da vida do duque de Bragança, desde de sua criação por seu pai D. Teodósio até 1644 quando ocorre um impasse com o secretário de Estado Francisco de Lucena e se dá a prisão de nosso autor.¹⁰⁷

Inicialmente, no primeiro livro, fala da infância e adolescência de D. João, então duque de Barcellos, levando em conta sua história familiar e seu envolvimento com a política. Trata de sua relação com seu pai, D. Teodósio, e se refere à comportamentos destemperados que o levaram a ser preterido por seus vassalos. Neste momento da história, D. Francisco Manuel de Melo constrói uma imagem de tensão entre pai e filho. Pinta D. Teodósio como o homem de Letras, prudente, e seu filho, D. João, como o de Armas, envolvido com personagens pouco confiáveis, tal como o conde-duque de Olivares em pessoa.

É como se, apesar de enaltecer o duque de Bragança, D. Francisco assinalasse seus defeitos, exortando-o a observar a importância das atividades intelectuais e daqueles que as professavam, e a indignidade do manejo das armas e dos homens que passavam seu tempo a robustecer o corpo e desmerecer o intelecto.

Ainda, é como se, da prisão, buscasse enaltecer a sua “parte” e suas ações particulares, valorizando seu projeto e seu programa de governo. Fala então da ação dos diversos sábios ministros que estavam ligados à política da casa de Bragança e operaram conquistas importantes para os seus integrantes.

¹⁰⁶ MELO, D. Francisco Manoel de. *Tacito Portuguez – vida, e morte, dittos e feytos de El-Rei Dom João IV*. Rio de Janeiro: 1940.

¹⁰⁷ Conferir o estudo feito sobre o caso do secretário de Estado, Francisco de Lucena: AMARO, José Emidio. *Francisco de Lucena: sua vida, martírio e reabilitação*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1945.

Um exemplo de ação que nos salta os olhos é a negociação do primo de D. Francisco Manuel de Melo, Francisco de Mello, no casamento do então duque de Bragança com D. Luisa de Gusmão, pois havia, na época, forte pressão do Conde-Duque para que D. João se casasse com sua filha, impedindo qualquer projeto de autonomia por parte de Portugal.

É uma narrativa que enaltece os intelectuais e desvaloriza os militares. Colocando o rei como partidário de uma causa que privilegia a virtude da Fortaleza em detrimento da virtude da Prudência, que para D. Francisco é a mais importante das virtudes cardeais. Sendo assim, ilustra na sua história como a prática de atividades ligadas às armas, como a caça, atrofiaria a formação cultural do homem, não o permitindo usar seu raciocínio suficientemente. Nas suas palavras coloca que:

“Tem-se levantado a caça com nome de virtude; não nego, a que compreende útil para a robustidade, que traz a seus amadores: os sábios ensinaram que o solar dos vícios é o extremo das coisas; a experiência mostra que os homens summamente inclinados a este exercício, declinão facilmente nas ásperas controvérsias, e dispoem os príncipes a contrarios efeitos do principado, ao odio dos negócios, sem lhes revelar a ocazião dos perigos na saúde, e conservação; desta cauza, com alta providencia, fingiram os poetas (cuja arte foi mestra do mundo) que aquelle seu Amphion se convertera em cervo; não ousaram (parece) a admoestar de outro modo aos príncipes que o homem dezordenadamente motor da caça, se não na natureza, nos costumes se convertia em fera”.¹⁰⁸

A concepção filosófica de D. Francisco levou muito em conta a importância da moral para a convivência em sociedade. Diz ainda sobre o problema:

¹⁰⁸ MELO, D. Francisco Manoel de. “Tacito Portuguez – vida, e morte, dittos e feytos de El-Rei Dom João IV”. Rio de Janeiro: 1940, p.5.

“As contínuas jornadas ao bosque, e dilação nele, davam não menos cauza à semelhante efeito, tendo por certo, que ao animo inficionado do vício sucede o que ao corpo, quando discordes os humores, este converte em pessoa os milhores alimentos. Não era menor, posto que nem menos sentido, outro inconveniente; era que, como robustos exercícios do campo necessitam de homens, tão bem robustos, o duque se afeiçoava aos companheiros, e àquelles homens, como àquelles exercícios. Tal vez seja o sangue deste excesso, respondeu interiormente, tal a dignidade; que assim o premite a providencia; donde os homens faltam, passa a dispor, que canse o mesmo delito, para que seja em parte o gosto delle, a quem só por seguillo dezemprou o resto”.¹⁰⁹

A formação pessoal do rei é tratada para servir de ataque ao grupo menos inclinado às atividades da mente. Observando a valorização excessiva das práticas físicas como causa de atrofia da capacidade crítica, impossibilitando aos seus cultores, no caso do próprio rei, de obter a faculdade de deliberar mais sabiamente sobre os problemas do governo. Aqui, mais uma vez, sobressai a filosofia do velho estóico. A virtude é o que há de mais importante para um político e esta somente pode ser adquirida pela via das “letras”, do saber.

Continua com a narrativa da elevação de D. João a duque de Bragança e do poder que ganhou a estrutura montada por este, além das dissensões internas e externas que vão se apresentando no decorrer dos acontecimentos. Descrevendo a dissensão ocorrida entre o duque e seu irmão D. Duarte, por causa de intrigas perpetradas por D. Luisa de Gusmão.

D. Duarte, ao contrário de seu irmão é caracterizado pelo autor com virtudes inigualáveis. Parece-nos mesmo que ele seria o candidato perfeito, segundo Melo, para ser rei de Portugal.

¹⁰⁹ Idem, p. 34.

Teve por consequência das dissensões entre os irmãos a ida de D. Duarte para a Alemanha e, constou nos intentos do Conde-Duque, segundo nos é relatado, o envio do futuro rei para uma embaixada na Itália. Entretanto, os sábios ministros da parte de D. Francisco contornaram o desfecho desta conjuntura.

Melo mostrou a importante inserção que possuía a casa de Bragança na política internacional pelo relato da ação dos ministros portugueses no exterior, tal foi Francisco de Mello na Inglaterra e Francisco de Sousa Coutinho na Dinamarca e Suécia.

D. Francisco Manuel de Melo nesta narrativa demonstra um enorme apreço pelo irmão de D. João, D. Duarte, o qual é caracterizado como homem tão prudente que poderia ter sido melhor rei que o duque de Bragança. Pois aqui nos parece que a figura de D. João ilustra um projeto marcado pela Fortaleza, mas não pela Prudência, ao contrário de D. Duarte. E diz ainda do julgamento dos pouco prudentes:

“Quando os reis levantam os melhores da Republica a seus mais altos postos, toda a Republica se satisfaz: os prudentes, por ver exercitada a prudência; os bons, por ver premiada a virtude; os vãos, porque, estimando-se em muito, se têm por um daqueles”.¹¹⁰

Aborda então, o desfecho final do governo filipino e as bases morais que permitiram o acontecimento, em 1640, da Restauração. Para isso cita o levante de Évora de 1637, a questão do sebastianismo entre os jesuítas – vista como seita a ser combatida, pois incitava os populares ao descontentamento – e a indignação da fidalguia. Sem deixar de criticar o valido e seus agentes.

¹¹⁰ Idem, p. 54.

Trata da estruturação da monarquia de D. João IV, de seus novos ministros e embaixadores e as diversas tensões internacionais vividas por este novo governo, bem como das tensões internacionais e nacionais vividas por Portugal depois da aclamação de D. João IV, sem deixar de citar as conspirações intestinas e as guerras externas.

Além disso, fala das invectivas de Portugal, dos combates contra os castelhanos e das tensões nas escolhas militares, dando atenção privilegiada à descrição das cortes de 14 de setembro de 1642. Por fim no sétimo livro relata o caso envolvendo a expulsão do secretário Francisco de Lucena e suas causas e agentes envolvidos, contudo, não termina a abordagem, deixando muitas questões mal resolvidas. Por exemplo, o aparecimento de um tal Pedro Bonete no final do livro que poderia ser um elemento importante para a compreensão de tal conjuntura.

Todo o enredo se dá em torno das partes compostas por artífices que batalharam para ganhar o aval do rei e terem seus projetos políticos tornados oficiais, hegemônicos. E o antagonismo se dá claramente entre dois grupos delineados por suas atribuições funcionais, ou seja, de um lado estão os inimigos de D. Francisco e de sua “parte” caracterizados pelo ofício das Armas. Estes são militares que ao longo da história são descritos sem terem seus nomes referidos, talvez porque o autor não pretendesse deixar seus nomes registrados para a posteridade.

Do outro lado, podemos constatar a presença dos aliados de D. Francisco, caracterizados pelos “Letrados”, insígnies intelectuais versados no conhecimento da cultura clássica, e prudentes nas atuações diplomáticas. Este partido, ao contrário do primeiro, é descrito com o maior detalhamento, salientando o nome dos personagens que

o compõem e expondo suas ações com o mais acentuado toque de louvor, o que nos leva a crer que seja, de fato, esta parte a cabeça ou o herói de sua história.

Destes personagens temos os nomes de agentes muito referidos nas demais obras do autor, são eles Francisco de Mello, embaixador de Portugal na Inglaterra, e Francisco de Sousa Coutinho, embaixador em Flandres, D. Miguel de Noronha, o Conde de Linhares, D. Manuel de Menezes e outros.

Assim, apesar de algumas indicações teóricas, observamos que sua história se construiu em torno de antagonismos, de ânimos, de afetos, de projetos e programas políticos. É uma história que propiciou ao leitor ver nos muitos desfechos as escolhas humanas e além do mais, propôs e valorizou um tipo de escolha em detrimento das demais. É uma história da ação dos homens, de sua liberdade e capacidade de intervir na sociedade em que vivem. A jurisdição de seu relato são os “partidos”, sempre caracterizados por uma determinada liderança. Daí que, o mundo proposto por Melo é um mundo cingido por “partidos” políticos que disputam pelo poder.

Outrossim, esse tipo de História que valoriza a liberdade humana também se relaciona com a escolha de D. Francisco pelos homens de letras, pelos intelectuais. A liberdade é pensada com relação à faculdade criadora do homem, alojada na esfera do intelecto, e não da força que está acostumada a seguir ditames e ordenar sentenças: o ignorante é cego.

Por fim, o último manuscrito a ser analisado é o livro *D. Teodosio II*, escrito a pedido do rei D. João IV em 1648 quando estava preso na Torre Velha. Para a escrita desta História teve acesso a todos os arquivos reais e lhe foi permitido que entrevistasse

peessoas que conviveram e conheceram os diversos personagens da casa de Bragança, e as pessoas mais próximas do pai do rei, servindo o mesmo de testemunha para a história.

O manuscrito apresenta um esboço de um frontispício, segundo o autor, feito por seu primo Francisco de Mello (anexo 1), que nos ajuda a ilustrar o modo como D. Francisco entendeu a escrita da história e sua função.

O frontispício é a imagem de uma mulher sentada numa cadeira, olhando para trás, tendo em sua mão esquerda vários pincéis e uma palheta com tintas de várias cores. Na direita da imagem há um pincel de que a moça se serve para pintar um quadro que esta na sua frente com os ditames: *Theodosio de nombre Segundo – por Francisco Manuel*, e com a imagem do pai do rei D. João IV, Dom Teodósio.

Atrás da donzela que pinta e tem em sua saia a palavra “Veritas”, há outra moça que lhe fala ao ouvido e aponta para o quadro, e na barra de sua saia temos a palavra “Memoria”. Por fim, atrás do quadro vemos a figura do deus Hermes macerando tinta sobre uma pedra, tendo a palavra “Stylus” estampada em sua roupa. Acima deste personagem se vê uma estante repleta de obras de D. Francisco.¹¹¹ Abaixo no canto direito vemos uma pequena efígie grafada com a palavra *Quare*, advérbio que em latim quer dizer “porque, por que motivo, pela qual razão” – talvez fazendo referência à busca do saber. Além disso, todos estes personagens se encontram em cima de um palco, como numa cena de teatro.

Este frontispício é uma alegoria da história, a qual é para o Melo um quadro pintado pela Verdade olhando para trás, auxiliada pela Memória, em que o estilo, ou a eloquência simbolizada por Hermes, dà as cores para a sua confecção. A figura central é

¹¹¹ Podemos ver assinalados os seguintes livros: “Guerra da Catalunha”, “Ecco Político”, “El mayor pequeño”, “Politica Militar” e “El Fenis de Africa”. Ao lado dos livros vê-se um amontoado de manuscritos que com dizeres que não são possíveis de serem lidos por serem pequenos demais.

a verdade, mas percebemos que no canto direito há uma acumulação excessiva de elementos que nos remetem à figura dissimulada do jovem Hermes que trabalha na escuridão em segredo e está por detrás do quadro, tendo talvez a importância de ser o elemento que está “por trás” da obra, seu principal artífice.

O caso (Veritas) então como nas palavras proferidas no *Hospital das Letras*, serviria ao discurso (Stylus), tendo este aqui, não uma acepção puramente retórica ou estilística. Significaria antes, os intentos, os ânimos ou os afectos do escritor quando compõe sua obra. D. Francisco Manuel de Melo dá primazia à parcialidade na escrita da história, não vê nenhuma história como produto constituído a partir do intento imparcial do escritor.

Hermes está no canto dissimulado nas sombras, mas se acha coberto de panos que se esvoaçam ao seu redor, dando-lhe destaque em relação às outras figuras. É acima dele que estão as obras do autor organizadas na estante ao lado de um chumaço de manuscritos. Ele é representado escondido, pois é isso que o autor faz com suas sentenças, as dissimula na narrativa da verdade, se servindo desta para difundir aquelas.

O *D. Teodosio II* é um documento que buscou argumentar a legitimidade real de D. João, o duque de Bragança. No Projeto inicial, seria composto por três partes cada uma integrando oito livros, sendo que o autor finalizou somente os três primeiros livros da primeira parte.

A obra seria organizada da seguinte forma: primeira parte contendo a origem da “real casa de Bragança”, o nascimento de D. Teodósio até o seu resgate no cativeiro, se tratando do período que vai do ano de 1567 até o ano de 1579. A segunda parte trataria

do ocorrido a partir de 1579 até 1582, e, por fim, a terceira parte abordaria os eventos ocorridos de 1582 até 1630.

Este livro é a História da casa de Bragança desde sua formação e sua relação com os reis de Portugal, intentando salientar todos os laços de sangue existentes entre esta casa e a família real com o intuito de legitimar o lugar do duque de Bragança no trono português.

Quando se refere à história e sua produção coloca uma série de problemas que nos apontam questões já colocadas anteriormente. Ressalta a sua utilidade e a associa a um “espelho” que, por meio de exemplos, indicaria a quem lê, o caminho da virtude. Nesse ponto vemos que a história se coloca como um dos atos que são necessários ao homem para adquirir a Prudência. Sobre isso, disse Melo:

“Chama-se divina coisa a História porque nos faz presentes as verdades dos famosos entes já de nós distantes, mas quanto mais útil e verdadeiro espelho para toda a virtuosa disciplina é o próprio, natural e sincero exemplar que ante os olhos de vossa majestade apresento, donde não só se verão representadas e retratadas as reais e piedosas ações deste sereníssimo Teodósio, mas também parte dos famosos feitos dos portugueses quando, não em pequena proporção, obravam já como vassallos de seu glorioso príncipe prometido! Os mais, senhor, que bons desejam ser, costumam usar um perfeito molde de algum bom rei, pelo qual regulem suas ações”.¹¹²

A história de Melo busca convencer seus leitores, tentando instaurar na fé pública o consenso a respeito de seus projetos. Tácito reaparece explicitado no ‘Teodósio II’

¹¹² MELO, D. Francisco Manuel de. *D. Teodósio II*. Porto: Livraria Civilização, 1944, pp. 34-35. Melo se remete ao mesmo tema em outro momento no mesmo livro quando diz: “atento ao que, não tenho dúvidas(se os defeitos da obra não perturbarem o valor da matéria), eu podia prometer à posteridade um espelho claríssimo daqueles acontecimentos a cuja luz cada um concertasse as suas acções, de maneira a, por honestos modos, orienta-las para uma situação mais feliz.” p. 51.

como o símbolo da ação de Melo, símbolo de homens de Estado que se vêem como interventores. Diz ele:

“A poética esta cheia de leis severas e rigorosas que não faltam à História, tanto nos preceitos dos antigos como na crítica dos presentes. Alguns condenaram, no foro histórico, as excessivas minúcias por Tácito espalhadas nos seus Anais. Outros esquivaram-se da secura de Tito Lívio. Felicíssimo será o que encontrar um meio termo, sem discursos demasiados perante as acções, nem agravos falando de política.(...) O historiador deve tomar um caminho em que não perca de vista a gravidade nem a simplicidade. É coisa de muito admirar, decerto, que Tácito, em seus Anais, descesse a falar de coisas tão pequenas como a venda das hortas dos histriões e as valas do Tibre, fazendo-o de tal forma que tudo parece digno do lugar em que o deixa. Imitando-o, não esquecerei nenhuma circunstância referente ao meu assunto por medo de baixar referindo-a”.¹¹³

A história deste político é profundamente parcial e não se prestou somente a trazer para o presente a memória do passado, mas sobretudo, intervir no modo como os homens viram seu passado. Portanto, interveio no modo como os homens viveram seu presente. Apresentou seus projetos de poder organizados, pelos princípios de sua cosmovisão. Além disso, seu modelo historiográfico pressupôs um olhar crítico que conferiu utilidade a seu relato pelos exemplos nele contidos e pela forma que incitou a compreensão das pessoas como agentes de sua realidade, tal como Luciano. Sua história coopta partidários.

Observemos agora, mais de perto, o tema tratado no *D. Teodósio II* e sua relevância para a política de D. Francisco. A História começa no reinado de Afonso V e trata da participação dos duques de Bragança na política portuguesa além de seus laços de

¹¹³ Idem, p. 43.

sangue com a dinastia de Avis, mostrando a relação desta casa com os monarcas lusitanos.

Começa o seu relato com a História de D. Afonso, nomeado pelo rei de mesmo nome, primeiro duque de Bragança, importante fundador desta casa nobiliárquica. Sucede-lhe seu filho D. Fernando I, que é enviado às empresas bélicas em África e, ao retornar, foi posto ao lado da regente D. Leonor como colaborador do Estado, satisfazendo uma certa imagem de duque prudente.

Relata o intento de Afonso V em dominar Castela no momento que esta “república” se via fragilizada, e ressalta com louvor a atitude dos dois duques, pai e filho, em se oporem a esta medida, donde podemos tirar, tal como no relato do conflito da Armada, a oposição que fazia D. Francisco a um projeto de monarquia universal. Além do que este comportamento denota a aversão do sábio à conquista de Estados alheios.

Segue-se o relato de todos os feitos dos integrantes vistos de maneira ativa e servindo para legitimar a casa de Bragança como a nova dinastia real portuguesa. Salientando de forma gritante a importância e o valor do sétimo duque de Bragança, D. Teodósio II, “herói” do livro.

D. Teodósio é esboçado por Melo como o grande sábio, homem mais prudente da casa de Bragança e mais apto para estar no trono¹¹⁴, discípulo dos homens mais sábios, tais como Fernão Soares, Antonio de Crasto e seu aio D. Luís de Noronha. Mas, findando a primeira parte no terceiro livro, não elucida os feitos deste homem e sua participação na

¹¹⁴ Utiliza-se até de um juízo astrológico para mostrar a altivez do duque: *Aquele nascimento moveu a curiosa vaidade dos Astrólogos que, segundo o costume dos grandes, devem prever, pelo estudo dos astros parte de suas acções futuras, conforme a inclinação e disposição física do homem que Deus, sem dúvida, pôs à contos dos mesmos astros. Estudando aquele nascimento, desenharam o respectivo horóscopo que eu próprio vi por obséquio do seu augusto neto, cuja real altivez se dispôs agradavelmente ao estudo das matemáticas. (...) é notável uma cláusula invulgar neste horóscopo que, segundo Vicélio, previa ao nascido um grande pleito de sábio varão. Não podia prever-se melhor a contenda de Teodosio com Filipe.* Idem, p. 158.

política portuguesa e européia, pois este relato estaria situado ao longo dos capítulos seguintes que nunca foram escritos. É ainda aqui, como no *Tácito Português*, a figura exemplar a qual opõe seu filho, D. João, por ser este seguidor de homens que desperdiçaram seu tempo a cuidar das armas, por serem violentos e pouco aptos a lidarem com os assuntos do Estado. Serviu, portanto, este livro de aviso, ou “espelho” ao então rei D. João IV, para que aderisse aos partidários de sua causa, homens letrados e pacifistas.

Vemos que este livro de D. Francisco Manuel de Melo foi uma História da casa de Bragança, que buscou legitimar a nova aclamação do duque de Bragança, D. João IV, rei de Portugal. Seria uma obra monumental se tivesse sido acabada, mostrando os sucessos dos duques de Bragança além de traçar importante panorama sobre a sociedade da época vista por um fidalgo que queria fazer valer sua proposta.

D. Francisco Manuel de Melo amalgama em seu pensamento e em seus escritos diversos elementos filosóficos oriundos da antiga filosofia estóica reelaborados pelos intelectuais da Escola de Tácito. Contudo, como cada um dos integrantes desta escola, sua filosofia é singular, respondeu aos problemas de sua época. Pois, como disse Marx, *a filosofia não é exterior ao mundo*.

Todo o pensamento de Melo gira em torno da idéia de liberdade do homem, tudo se depreende das escolhas e dos caminhos a se seguir. Por isso, a teoria das virtudes é tão importante para D. Francisco. Assim, o problema da supremacia dos sábios é crucial, pois são eles os virtuosos.

É importante, para Melo, que o sábio seja o governante, porque é ele quem sabe fazer as boas escolhas para driblar a Fortuna. Daí que, o rei precisa estar rodeado de bons

conselheiros como disse o próprio Justo Lísio. O rei no pensamento de D. Francisco é apenas um símbolo da autoridade, é ele quem aprova ou desaprova as escolhas. Entretanto, aqueles que formulavam estas escolhas eram os sábios, conselheiros e secretários.

A história do diplomata português acentua a relação direta entre os intelectuais e o poder, são os conselheiros os verdadeiros governantes da República. Porque são eles que, com seu vasto estudo, contemplan as diversas saídas para os problemas na adversidade da Fortuna. O conselheiro de Estado é o grande herói da história de D. Francisco. Sua história enaltece a si mesmo como integrante deste grupo.

O desdobramento disto é que a virtude, característica fundamental do governante, somente pode ser alcançada pelos homens de letras ou pelos homens velhos de larga experiência. Os caminhos da virtude são dois, o uso e a memória. Daí que, a monarquia proposta por D. Francisco Manuel de Melo é um sistema constituído com base nos ministros cultores do saber, nos filósofos.

Seu ataque ao valimento relaciona-se com o fato de que sempre a acumulação do poder em torno de um só agente põe abaixo os proveitos advindos do embate entre diversos ministros. Pois que, é deste embate que se obtém as boas escolhas, as escolhas virtuosas. Porque aquelas demasiadamente relacionadas ao interesse de uma só pessoa são, na maioria dos casos, viciosas e tirânicas. A filosofia deste sábio estóico busca as boas escolhas para a república no coletivo de sábios. Para Melo, o bom político é aquele que, como os habitantes das catadupas do Nilo, têm por harmonia o estrondo.

O Conde-Duque de Olivares aparece em seus escritos como o grande inimigo porque representa justamente o valido vicioso que, por sua ganância pessoal, disseminada

entre seus adutores, propôs uma saída trágica. Esta saída, creio eu, é o ponto de contato de todos os intelectuais da Escola de Tácito. Todos eles são contra a proposta de monarquia universal da Espanha. Todos eles são contra a tirania do Conde-Duque e de Castela. Esta idéia é mesmo contrária aos moldes historiográficos propostos por Tácito. Podemos mesmo dizer que, para esses homens, um dos sinônimos de tacitismo é a oposição à tirania.

Além disso, a filosofia de Melo acha um paralelo na Escola de Tácito no que diz respeito a uma concepção de verdade preocupada com a junção imediata entre palavras e coisas. O que se diz, se se aceita, é o que é. Daí o repúdio de Melo e de Quevedo pelos praticantes da magia e pelos cultores do profetismo. Eles privilegiaram somente aqueles que não se refugiaram em imagens fantasiosas e estiveram sempre lutando por sua sociedade.

O culto da pátria como religião externa, como precognizado por Justo Lúpsio, é um ponto muitíssimo relevante na pauta de D. Francisco, talvez um dos mais importantes. Suas Epanaphoras são a manifestação clara, no âmbito da historiografia, da tentativa de compilar um rol de elementos que pudessem dar uma identidade mais firme ao povo português.

A proposta de Estado de Melo é baseada numa monarquia aristocrática estruturada, não mais em torno da religião católica e do rei, mas da cultura portuguesa e dos sábios que a cultuavam. É por isso que ele se preocupou tanto em fazer uma biblioteca e um parnaso português, compilando todas as obras escritas produzidas em Portugal e em português. O Estado proposto por D. Francisco se centralizaria na idéia de

união dos homens em torno de um sentimento de pertença que não estivesse mais focado em Deus, mas sim nos ditos e feitos dos portugueses.

O Caso serviu ao Discurso na historiografia de D. Francisco Manuel de Melo para lançar mão de um projeto de Estado monárco-aristocrático com vastas extensões e um governo constituído na intervenção de um grupo de sábios do qual o próprio D. Francisco Manuel de Melo fez parte.

Conclusão:

Toda produção e empreendimento humanos somente podem ser compreendidos em relação ao seu produtor ou agente. No caso da escrita da história as particularidades existentes tanto no método quanto na narrativa dos relatos advêm do olhar do historiador.

Quando estudamos a escrita da história o que estamos fazendo na verdade, se formos rigorosos, é estudar o historiador e sua inserção no mundo em que viveu. Todos os feitos nos remetem para aqueles que os empreenderam.

Podemos buscar compreender Aquiles pela leitura das obras de Homero, contudo o que observamos de fato é o modo como Homero viu Aquiles e, portanto, compreendemos mais o homem por trás do escrito do que o homem narrado no texto. Assim, podemos dizer que a obra sempre eterniza o autor.

Todo empreendimento historiográfico é um empreendimento propositivo, político. As histórias que não contemplam isso desta maneira deixam de lado o fato de que o texto escrito não contém uma verdade intrínseca, ao contrario, ele é sempre uma organização de elementos culturais que somente podem ser entendidos se levarmos em conta o lugar do escritor.

Assim, não podemos compreender nenhuma obra narrativa se não levarmos em conta a inserção determinada dos agentes por trás do escrito. A Escola de Tácito nasceu num momento em que o Estado Moderno, centralizado, se fortalecia na Europa. A política européia polarizava-se na oposição entre França e Castela muitas vezes assinalada pelos personagens discutidos, como foi o caso de Boccalini.

Portanto, podemos com isso, relacionar o posicionamento marginal destes intelectuais com o recurso a uma cultura profundamente intervencionista e política, tal a história de Tácito. Todos os integrantes desta Escola se colocaram, de alguma forma, em oposição à monarquia espanhola. Todos eles se serviram da filosofia estóica, temperada com especiarias culturais provenientes do cristianismo, para se armarem contra este poder dominante cada vez mais em ascensão.

Estes agentes tinham como ponto primário de suas pautas a proposição de novos modelos estatais que pudessem fazer face ao fortalecimento da máquina administrativa

do Estado Castelhana. Todos estes personagens estavam envolvidos na discussão calorosa do caráter dos Estados Novos.

Suas matrizes filosóficas eram idênticas: Tácito e Sêneca. Contudo, a utilização destas matrizes se deu de maneira bastante peculiar. Cada um destes personagens, apesar de possuir uma mesma orientação política, e, portanto, historiográfica, organizou seus escritos e seus pensamentos em torno de proposições programáticas e da resolução de problemas determinados oriundos da realidade da qual eles eram provenientes.

Justo Lúpsio preocupou-se com um Estado para Flandres com toda a sua diversidade religiosa e cultural. Levou em conta o problema avassalador da diversidade religiosa e propôs um modelo de Estado, largamente recorrido na península ibérica e itálica, onde as religiões não despontassem como problemas de Estado, mas sim como problemas individuais.

Acreditamos, ainda que com poucos indícios, que a filosofia de Justo Lúpsio estava para a política no século XVII como a astronomia de Tycho Brahe estava para a astronomia europeia deste mesmo momento. Isto por causa da pregnância e vastidão do mundo ibérico no período moderno e sua preponderância no quadro europeu.¹¹⁵

Quevedo preocupou-se com os domínios da coroa espanhola como Nápoles e Barcelona. Não sabemos exatamente quais foram seus desígnios. Contudo, podemos afirmar que este personagem não se associou ingenuamente a uma filosofia tão poderosa quanto foi o tacitismo barroco, se não tivesse grandes projetos para o futuro dos domínios de Castela.

Boccalini por outro lado mostrou ser o grande teórico autonomista da península itálica, atacando ferozmente todos aqueles que se associaram ao poderio espanhol. Sua relação com a Academia dos Desiosi e seu posterior desvencilhamento, talvez dissessem respeito à inconformidade deste intelectual frente à nova orientação de Roma em se aliar à coroa castelhana. A presença do importante e renomado Paolo Sarpi ao lado desta figura, nos indica, com holofotes, a importância deste personagem no contexto político italiano da época.

¹¹⁵ Dizemos isto porque, Tycho Brahe foi o mais importante astrônomo europeu do século XVII pela importância e utilização de seus estudos por grande parte da Europa. Neste sentido, a importância de Lúpsio se afirma na mesma proporção.

Entretanto, o foco de nosso trabalho foi o estudo da dinâmica política portuguesa e a análise da importância do tacitismo em Portugal através das produções de D. Francisco Manuel de Melo, e é daqui que sairão as conclusões mais detalhadas.

Acreditamos que Melo, juntamente com outros personagens importantes da política portuguesa da época, fomentou uma importante proposta de Estado português que não se saiu bem sucedida, como podemos constatar pelas leituras das histórias de Portugal. Este novo Estado estava na correnteza das propostas políticas as mais modernas da Europa Barroca.

D. Francisco estruturou sua proposta numa forma de governo monárquica em que o poder do rei se colocaria de maneira unicamente simbólica. Os maiores agentes desta nova proposta de poder estariam representados pelos ministros, secretários, cortesãos e conselheiros envolvidos com o intenso debate deliberativo junto às cortes, ao redor do rei. Este Estado, estruturado num território vastíssimo que não se limitava unicamente à geografia de Portugal, mas ia para além do espaço terrestre visível, para o Brasil, África e Ásia, preocupou-se com o todo o reino ultramarino português.

Por isso, o comércio poderia ser uma possível entrada no estudo do pensamento de D. Francisco para compreendermos mais de perto quais teriam sido seus desígnios para unir territórios tão distantes quanto o foram os domínios de Portugal. Daí que, o Tácito se encaixava tão sublimemente às propostas melianas, pois que a extensão romana possuía certa semelhança com a extensão portuguesa.

D. Francisco Manuel de Melo queria unificar seu povo não mais com recurso à religião e à Igreja, mas à organização acumulativa de elementos culturais que dessem sentido a uma idéia de pátria portuguesa. Idéia que talvez já se encontrasse em desenvolvimento antes mesmo da intervenção do personagem estudado. Entretanto, ele buscou com que os portugueses lutassem por sua tradição, por sua língua, sua história e sua cultura.

Todos os indícios presentes na obra de Melo nos apontam para a vontade de erigir um Estado novo, livre da dominação castelhana e fundado em relações sociais laicas. Um Estado que teria a pátria como religião exterior, pública, e o catolicismo como religião interior, privada.

É por isso que a história de Melo não pôde se preocupar unicamente com a compreensão da “verdade”. Esta história voltou-se para uma intervenção política direta na sociedade portuguesa e preocupou-se com o modelo, ou os indícios de modelo, de Estado levantados por nosso estudo.

Numa época em que se acreditou ser Portugal país atrasado dentro do contexto europeu, vemos a incompreensão dos historiadores hodiernos a respeito de um mundo que nunca esteve atrasado; somente funcionou de maneira singular, discrepando do resto da Europa, ainda que nesse momento o lugar de Portugal tivesse muito pouco há ver com o “resto” da Europa.

Anexo

Bibliografia:

Obras de consulta:

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos*. Coimbra : no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728

HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de literatura clássica – grega e latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana : historica, critica, e cronológica na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo prezente*. Lisboa Occidental : na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-1759.

SILVA, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português: estudos applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1847-1926.

Obras de D. Francisco Manuel de Melo:

D. Teodósio II. Porto : Civilização, imp. 1944

Cartas Familiares. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1981.

Epanaphoras de varia historia portuguesa. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña. Madri: Editorial Castalia, 1996.

Tácito português – vida, e morte, dittos e feytos de El-Rei Dom João IV. Rio de Janeiro: centenário da Restauração, 1940.

Tratado da ciência Cabala ou Notícia da arte cabalística. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

Obras de anteriores a 1800:

ACCETTO, Torquato. *Da dissimulação honesta*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BOCCALINI, Trajano. *Pietra del paragone politico tratta dal Monte Parnaso dove si toccano i governi delle maggiori monarchie del universo*. “Cosmopolis”: Zorzi Teler, 1615.

ERICEIRA, Conde da. *História de Portugal Restaurado*. Vol.1. Porto: Civilização Editora, 1943.

HERÓDOTOS. *História*. Brasília: UnB, 1988.

HOMEM, Pedro Barbosa. *Discursos de la iuridica y verdadera razon de estado, formados sobre la vida, y acciones del rey don Iuan el II, de buena memória, rey de Portugal, llamado vulgarmente el Príncipe perfecto, contra Machavelo, y Bodino, y los demas políticos de nuestros tiempos, sus sequazes*. Coimbra: Nicolao Carvalho, 1626.

LIPSIO, Justo. *Políticas*. Madri: Tecnos, 1997.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MASCARDI, Agostino. *Dell'arte istorica*. Modena, Mucchi : 1994

QUEVEDO, Francisco de. *Obras escogidas*. Barcelona: Montaner y Simón, 1952.

REBELO, Diogo Lopes. *Do governo da república pelo Rei*. Lisboa: Edições Távola Redonda, 2000.

RIBEIRO, João Pinto. *A acção de acclamar a El Rey Dom João o IV: foy mais gloriosa, & mais digna de honra, fama, & remuneração, que o dos que o seguiram aclamado*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1644.

_____. *Preferencia das letras as armas*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1645.

SAMÓSSATA, Luciano de. *Oeuvres Completes de Lucien de Samosate*. Traduction de Eugène Talbot. Tome premier. Paris: Hachette, 1912

SUAREZ, Francisco. *De legibus*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1971.

TACITE. *Oeuvres complètes*. Paris: J. J. Dubochet et Compagnie éditeurs, 1844.

TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Brasília: UnB, 1999.

VICENTE, Gil. *Antologia do teatro de Gil Vicente*. Introdução e estudo crítico pela Profa. Cleonice Berardinelli. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

Obras gerais:

ALBUQUERQUE, Martin de. *Um percurso da construção ideológica do Estado – a recepção lipsiana em Portugal: estoicismo e prudência política*. Lisboa: Quetzal Editores, 2002.

AMADO, Maria Tereza. *O pensamento histórico de Francisco Manuel de Melo*. In: Revista Penélope. Núm. 9/10, Lisboa: Edições Cosmos, 1993.

AMARO, José Emidio. *Francisco de Lucena: sua vida, martírio e reabilitação*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1945.

ANTON, B. *El tacitismo en el siglo XVII en España. El proceso de “Receptio”*. Universidad de Valladolid, 1992.

BERTELLI, Sergio. *Rebeldes, libertinos y ortodoxos en el Barroco*. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1984.

BOURDÉ, Guy et Hervé Martin. *Les écoles historiques*. Paris: Seuil, 1989.

BOXER, Charles R. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1981.

BRUN, Jean. *O Epicurismo*. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. *O Estoicismo*. Lisboa: Edições 70, 1986.

CAMPS, Celestino Pujol y. *Melo y la revolución de Cataluña en 1640*. Madrid: 1886.

CANFORA, Luciano. *Teorie e tecnica della storiografia classica*. Roma: Laterza, 1996.

_____. *A biblioteca desaparecida – histórias da Biblioteca de Alexandria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *O poder das bibliotecas – a memória dos livros no ocidente*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

_____. *Livro e liberdade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Atelié Editorial, 2003.

CARDIM, Pedro. *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

CIDADE, Hernani. *A literatura autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, s.d.

- _____. *Lições de cultura e literatura portuguesas*. Vol.I. Coimbra: Coimbra editora, 1959.
- CUNHA, Mafalda Soares da. *A casa de Bragança 1560-1640*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.
- CURTO, Diogo Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Projecto Universidade Aberta, 1988.
- DETIENNE, Marcel. *Os mestres da verdade na Grécia arcaica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- DEVÈZE, M. *L’Espagne de Philippe IV (1621-1665)*. Paris: S.E.E.S, 1970.
- FRANÇA, Eduardo d’Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FUETER, Ed. *Historia de la historiografia moderna*. Buenos Aires: Editorial nova, 1953
- GARIN, Eugenio. *L’umanesimo italiano. Filosofia e vita civile nel Rinascimento*. Bari: Laterza, 1952.
- _____. *O homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- _____. *Machiavelli tra politica e storia*. S.l.: Einaudi, 1993.
- _____. *Dal Rinascimento all’Illuminismo. Studi e ricerche*. S.l.: Le Lettere, 1993.
- _____. *Il ritorno dei filosofi antichi*. S.l.: Bibliopolis, 1994.
- _____. *La cultura del Rinascimento*. S.l.: Il Saggiatore, 2000.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *A estrutura na antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Editora Arcádia, 1971.
- GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia: o que é a Sociologia?* Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- _____. *Le dieu caché. Étude sur la vision tragique dans les pensées de Pascal et dans le théâtre de Racine*. Paris: Gallimard, 1959.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto – ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- _____. *Memória de Ulisses – narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- HAY, Denis. *Annalists and Historians – western historiography from the VIIIth to the XVIIIth century*. Londres: Methuen and Co, 1977.
- HELLER, H. *Teoria del Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- HESPANHA, Antonio Manuel. *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político em Portugal século XVII*. S.l.: Livraria Almedina, 1994.
- LAGRÉE, Jacqueline. *Juste Lipse – la restauration du stoïcisme*. Paris: Vrin, 1994.
- LIRA, Osvaldo SS.CC. *Visión política de Quevedo*. Madri: Graficas Espejo, 1948.
- LUCE, T. J. y A. J. Woodman. *Tacitus and the tacitean tradition*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- MAFFRE, Claude. *La guerre de Catalunha: D. Francisco M. de Melo, écrivain et philosophe de l’histoire*. In: Arquivos do centro cultural português. Vol.2. 1971, pp. 371-400, Paris.
- MARAVALL, José Antonio. *A cultura do Barroco*. São Paulo: Edusp, 1997.
- _____. *Antiguos y modernos: visión de la historia e idea de progreso hasta el Renacimiento*. Madri: Alianza Editorial, 1986.

- _____. *La oposición política bajo los Austrias*. Barcelona: Ariel, 1974.
- _____. *Teoría del Estado em Espana en el siglo XVII*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.
- MEINECKE, Friedrich. *La Idea de la Razón de Estado en la edad moderna*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1983.
- NAVARRO, A. Viñas. *El motin de Évora y su signification en la Restauración portuguesa de 1640*. Santander: Boletín de la biblioteca Menendez y Pelayo, 1925.
- OLIVEIRA, Antonio de. *Poder e oposição política em Portugal no período Filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1991.
- _____. *Movimentos sociais e poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Econômica e Social, 2002.
- PRÉAUX, C. *Le monde hellénistique. La Grèce et l'Orient (323-146 av. J.-C.) II*. Paris: PUF, 1988.
- PRESTAGE, Edgar. *D. Francisco Manuel de Melo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933.
- _____. *D. Francisco Manuel de Melo – um esboço biográfico*. Lisboa: Fenda, 1996.
- REDONDI, Pietro. *Galileu Herético*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RUYSCHAERT, J. *Juste Lipse et les Annales de Tacite*. Lovaina: Bibliotheque de l'Université, 1949.
- SANMARTÍ BONCOMPTE, F. *Tacito en España*. Barcelona: CSIC, 1951.
- SCHAUB, Jean Frederic. *Le Portugal au temps du comte-duc d'Olivares 1621-1640*. S.l.: Casa de Velazquez, 2002.
- _____. *Recherche sur l'histoire de l'Etat dans le monde iberique XVème-Xxème siècles*. S.l.: Rue d'Ulm, 1993.
- SCHELHASE, K. C. *Tacitus in Renaissance political thought*. Chicago: Chicago University Press, 1976.
- SERRÃO, Joaquim Verissimo. *A historiografia portuguesa*. 2 vols. Lisboa: Editorial Verbo, 1973.
- SERRÃO, Joel. *Aproximação da mentalidade de D. Francisco Manuel de Melo*. In: Revista Colóquio Letras, número 33 setembro de 1976, pp. 51-61.
- _____. *As Alterações de Évora (1637)*. In: D. Francisco Manuel de Melo. *Alterações de Évora / 1637*. Lisboa: Portugalia Editora, 1967.
- STRADLING, R. A. *Filipe IV y el gobierno de España, 1621-1665*. Madrid: Cátedra, 1989.
- STRAYER, J. *As origens medievais do Estado Moderno*. Lisboa: Gradiva, s.d.
- TIERNO, E. *El tacitismo en las doctrinas políticas del siglo de oro español*. In: Escritos(1950-1960). Madrid: Tecnos, 1971.
- TOBELLA, Joan Estruch. *Historia social e historia personal en la Epanaphora Política de D. F. M. de Melo*. In: Boletín de la Biblioteca Menendez y Pelayo, LXXI, 1995, pp. 87-104.
- TOFFANIN, G. *Machiavelli e il tacitismo. La "politica storica" al tempo della contrariforma*. Nápoles: Guida, 1972.
- TORGAL, Luis Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. 2vols. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981.

_____. *A Restauração: breves reflexões sobre a historiografia*. In: Revista de História das Idéias. Vol.I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1977, pp. 23-40

_____. *História e ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989.

ULMANN, W. *A history of political thought: the middle ages*. Harmondsworth: Penguin, 1965.

VALLADARES, Rafael. *La rebelion de Portugal 1640-1680 (guerra, conflicto y poderes en monarquia hispanica)* s.l.: Junta Castilla-Leon, 1999.

_____. *Portugal y la monarquia hispanica, 1580-1668*. Madri: Arco/Libro, 2000.

VILLARI, Rosario. *O homem barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

_____. *Elogio della dissimulazione. La lotta politica nel Seicento*. S.l.: Laterza, 2003.

_____. *Per il re o per la patria. La fedeltá nel Seicento*. S.l.: Laterza, 1994.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)